

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO E DOUTORADO

CLEONICE DE FÁTIMA MARTINS

POLÍTICAS PÚBLICAS E AS ATIVIDADES PARA PESSOA IDOSA QUE
FREQUENTA O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE
VÍNCULOS

PONTA GROSSA
2025

CLEONICE DE FÁTIMA MARTINS

POLÍTICAS PÚBLICAS E AS ATIVIDADES PARA PESSOA IDOSA QUE
FREQUENTA O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE
VÍNCULOS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, na linha de pesquisa História e Política Educacionais como parte do requisito para obtenção do título Doutora em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rita de Cássia da Silva Oliveira

PONTA GROSSA
2025

M386 Martins, Cleonice de Fátima
Políticas públicas e atividades para pessoa idosa que frequenta o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos / Cleonice de Fátima Martins. Ponta Grossa, 2025.
119 f.

Tese (Doutorado em Educação - Área de Concentração: Educação),
Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Rita de Cássia da Silva Oliveira.

1. Políticas públicas. 2. Envelhecimento - Brasil. 3. Educação- Pessoa idosa.
4. Serviço de Convivência - Fortalecimento de Vínculo. I. Oliveira, Rita de Cássia da Silva. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Educação. III.T.

CDD: 370.115



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Bairro Uvaranas - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR - <https://uepg.br>

TERMO

CLEONICE DE FÁTIMA MARTINS

"POLÍTICAS PÚBLICAS E AS ATIVIDADES PARA A PESSOA IDOSA QUE FREQUENTA O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS"

Ponta Grossa, 25 de fevereiro de 2025

Tese apresentada para obtenção do grau de Doutora no Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Profª Drª Rita de Cassia da Silva Oliveira - UEPG (Presidente)

Prof Dr. Antonio Carlos Frasson - UTFPR

Profª Drª Marisa Schneckenberg - UNICENTRO

Profª Drª Vera Lucia Martiniak - UEPG

Profª Drª Elenice Parise Foltran - UEPG



Documento assinado eletronicamente por **Rita de Cassia da Silva Oliveira, Professor(a)**, em 27/02/2025, às 00:07, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vera Lucia Martiniak, Professor(a)**, em 27/02/2025, às 10:21, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marisa Schneckenberg, Usuário Externo**, em 11/03/2025, às 08:31, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Elenice Parise Foltran, Professor(a)**, em 24/03/2025, às 22:08, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Carlos Frasson, Usuário Externo**, em 14/04/2025, às 10:58, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.uepg.br/autenticidade> informando o código verificador **2418730** e o código CRC **42F05664**.

Dedico este trabalho à memória de meu vovô Luiz Renevil, quem sempre acreditou em mim, me incentivando a nunca desistir, minha base de tudo, junto de minha avó Ana Tereza, que mesmo em outro plano, seguiram sendo meus guias. Pessoas que souberam me mostrar o caminho a seguir, que me ensinaram a enfrentar os obstáculos e a contorná-los quando se agigantam e, principalmente, nunca desistir dos sonhos, à minha mãe Lúcia e à minha irmã Ana Claudinéia, que contribuíram de formas distintas e grandiosas, para eu chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela sua infinita bondade e misericórdia. Pelo dom da vida e por acreditar no plano que Ele tem para cada um de nós, humanos, aqui na Terra. Pela presença constante em minha vida. E só crendo em um ser superior para conseguir transpor os obstáculos que encontramos no caminho.

Ao meu avô Luiz Renevil, *in memoriam*, minha base aqui na terra, minha força e impulso maior a essa busca ao conhecimento, por acreditar sempre em minha capacidade e me incentivar antes e após sua morte.

À minha mãe Lúcia e à minha irmã Ana Claudinéia pelo amor fraternal, que auxiliaram na concretização deste trabalho.

A toda minha família, pelas orações que fortaleceram, em especial, a minha prima Luciane Bachinski, pelo apoio de sempre.

À minha orientadora, Professora Doutora Rita de Cássia da Silva Oliveira, pelo estímulo a percorrer esse caminho, pelo conhecimento e pelas excelentes sugestões oferecidas, mesmo se algumas não pude (ou não soube) aproveitar devidamente, pelo ser humano especialmente.

Aos professores doutores, que compuseram a banca, por aceitarem o convite para a qualificação e contribuírem grandiosamente para o aprimoramento deste trabalho.

Aos professores do programa de doutorado em Educação PPGE-UEPG pelas contribuições à pesquisa, pelos aprendizados que proporcionaram, não só o crescimento acadêmico, sobretudo o pessoal.

Aos meus antigos professores, que me ensinaram com prazer e dedicação parte do que sei e, o mais importante, me ensinaram a aprender sozinha, em especial a minha professora doutora Djane Antonucci Correa, que um dia me mostrou a relevância da escrita como forma de empoderamento e minha primeira professora Joaninha Viniski Burak, que foi meu primeiro incentivo profissional.

Às minhas amigas e amigos que, de alguma forma, contribuíram para trilhar essa caminhada, em especial a Maria Luzia, pela contribuição com livros e palavras.

Aqueles que puderam contribuir direta ou indiretamente, enfim, a todos os envolvidos, muito obrigada!

Olhar para trás, após uma longa caminhada, pode nos fazer perder a noção da distância que percorremos. Mas, se nos detivermos em nossa imagem, quando iniciamos e ao término, certamente nos lembraremos de quanto nos custou chegar até o ponto final, e, hoje, temos a impressão de que tudo começou ontem.

(João Guimarães Rosa)

RESUMO

A presente pesquisa versa sobre as atividades desenvolvidas para pessoas idosas que frequentam a unidade de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e neste contexto se observa como essas atividades contribuem para o empoderamento desta população que vem aumentando demograficamente nas últimas décadas. Na década de 2010, eram 20 milhões de pessoas com 60 anos ou mais e em 2022, o Brasil chegou a 32,1 milhões (IBGE, 2022). Considerando o crescimento acelerado da população idosa, ainda que haja políticas voltadas para esse público, há uma parcela que não tem acesso aos seus direitos, ainda estão à margem da sociedade. Desta forma, a pesquisa teve como objeto de estudo as atividades desenvolvidas para as pessoas idosas que frequentam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV da cidade de Ipiranga-PR. Este trabalho apresenta como problemática: As atividades desenvolvidas para a pessoa idosa no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV de Ipiranga - PR podem ser consideradas educativas e como contribuem para o empoderamento da pessoa idosa? O objetivo principal é analisar as atividades desenvolvidas no SCFV e como podem contribuir para o empoderamento da pessoa idosa que frequenta este espaço. A tese defendida é: As atividades desenvolvidas para a pessoa idosa no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV de Ipiranga – PR são educativas e contribuem para o empoderamento da pessoa idosa. Com o intuito de atender aos objetivos propostos e a temática elencada, a pesquisa é alicerçada na perspectiva teórico-metodológica, sobretudo na teoria crítica, fundamentada em Paulo Freire, que defende a emancipação e centralidade do sujeito histórico e sua ação crítica, transformadora da realidade. O referencial teórico se vale de estudiosos como: Beauvoir (1990, 2018); Freire (1989, 2019); Gadotti (2005, 2008); Oliveira (1999, 2003); Gohn (2005); Trilla (1985, 2008); Veras (2004, 2009) entre outros que contribuíram com os aspectos teóricos. A pesquisa se caracteriza como qualitativa, está baseada em análise bibliográfica e documental, tendo como fontes a legislação, políticas públicas que orientam o SCFV, referenciais e teóricos acerca do objeto de estudo. Realizou-se também uma pesquisa de campo. Para coleta de dados, além da observação in loco, no período de julho a agosto de 2023, para análises das atividades desenvolvidas, foram aplicados questionários em maio de 2024, com questões abertas e fechadas para pessoas idosas do SCFV de Ipiranga - PR, totalizando quarenta e seis sujeitos participantes da pesquisa, com 60 anos ou mais, de ambos os sexos. Com base nos dados e estudos realizados, nota-se que as atividades que se desenvolve no SCFV podem ser consideradas educativas no contexto da educação-não formal e contribuem para o empoderamento das pessoas idosas, se mostrando um espaço a direcionar mais estudos a partir da política educacional e repensar ações que aproximem essas duas políticas: Assistência Social e Educação nos Serviços de Convivências. Logo, entende-se a relevância de futuras pesquisas neste contexto, ampliando as dimensões da educação para idosos, os desafios e impactos, para que possamos construir um cenário ainda mais favorável ao aprendizado e à inclusão dessa importante parcela da população.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Envelhecimento no Brasil. Educação para Pessoa Idosa. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

RESUMEN

Esta investigación se centra en las actividades desarrolladas para las personas mayores que asisten a la unidad del Servicio de Convivencia y Fortalecimiento de Vínculos (SCFV) y en ese contexto se observa cómo estas actividades contribuyen al empoderamiento de esta población que viene aumentando demográficamente en las últimas décadas. En la década de 2010 había 20 millones de personas de 60 años o más y en 2022 Brasil llegó a 32,1 millones (IBGE, 2022). Considerando el crecimiento acelerado de la población anciana, aún existan políticas dirigidas a esta población, hay una porción que no tiene acceso a sus derechos y aún se encuentra al margen de la sociedad. De esta manera, el objeto de estudio fueron las actividades desarrolladas para las personas mayores que asisten al Servicio de Convivencia y Fortalecimiento de Vínculos - SCFV en la ciudad de Ipiranga - PR. Como problema se presenta: ¿Las actividades desarrolladas para las personas mayores en el Servicio de Convivencia y Fortalecimiento de Vínculos - SCFV de Ipiranga - PR pueden ser consideradas educativas y cómo contribuyen al empoderamiento de las personas mayores? El principal objetivo es analizar las actividades que se desarrollan en el SCFV y cómo pueden contribuir al empoderamiento de las personas mayores que frecuentan este espacio. La tesis defendida es: Las actividades desarrolladas para las personas mayores en el Servicio de Convivencia y Fortalecimiento de Vínculos - SCFV de Ipiranga - PR son educativas y contribuyen al empoderamiento de las personas mayores. Para cumplir con los objetivos propuestos y la temática planteada, la investigación se fundamenta en la perspectiva teórico-metodológica, especialmente, en la teoría crítica de Paulo Freire, que defiende la emancipación y centralidad del sujeto histórico y su acción crítica en la transformación de la realidad. El marco teórico se nutre de estudiosos como: Beauvoir (1990, 2018); Freire (1989, 2019); Gadotti (2005, 2008); Oliveira (1999, 2003); Gohn (2005); Trilla (1985, 2008); Veras (2004, 2009) entre otros que contribuyeron con los aspectos teóricos. La investigación se caracteriza como cualitativa, basada en el análisis bibliográfico y documental, utilizando como fuentes la legislación, las políticas públicas que orientan el SCFV, referencias y teorías sobre el objeto de estudio. También se realizó investigación de campo. Para recolectar datos además de la observación in situ de julio a agosto de 2023 para analizar las actividades realizadas, se aplicaron cuestionarios en mayo de 2024 con preguntas abiertas y cerradas a personas mayores del SCFV de Ipiranga - PR, totalizando 46 sujetos participantes de la investigación con 60 años o más, de ambos sexos. Con base en los datos y estudios realizados, se observa que las actividades desarrolladas en el SCFV pueden ser consideradas educativas en el contexto de la educación no formal y contribuyen al empoderamiento de las personas mayores, demostrando ser un espacio para direccionar más estudios con base en la política educativa y repensar acciones que aproximen estas dos políticas: Asistencia Social y Educación en Servicios de Convivencia. Por ello, entendemos la relevancia de futuras investigaciones en este contexto, ampliando las dimensiones de la educación para las personas mayores, los desafíos e impactos, para que podamos construir un escenario aún más favorable al aprendizaje y a la inclusión de esta importante población.

Palabras-clave: Políticas Públicas. Envejecimiento en Brasil. Educación para personas mayores. Servicio de Convivencia y Fortalecimiento de Vínculos.

ABSTRACT

The research focuses on the activities developed for elderly people who attend the Social Service and Strengthening of Bonds (SCFV) unit and, in this context, it is observed how these activities contribute to the empowerment of this population that has been increasing demographically in recent decades. In the 2010s, there were 20 million people aged 60 or over and, in 2022, Brazil reached 32.1 million (IBGE, 2022). Considering the accelerated growth of the elderly population, even with the existence of policies aimed at this population, there is a portion that does not have access to their rights and is still marginalized from society. Thus, the research had as its object of study the activities developed for elderly people who attend the Social Service and Strengthening of Bonds - SCFV in the municipality of Ipiranga-PR. This paper presents the following problem: Can the activities developed for the elderly at the Service for Coexistence and Strengthening of Bonds - SCFV in Ipiranga - PR be considered educational and how do they contribute to the empowerment of the elderly? The main objective is to analyze the activities developed at the SCFV and how they can contribute to the empowerment of the elderly who attend this space. The defended thesis is: The activities developed for the elderly in the Service of Coexistence and Strengthening of Bonds - SCFV of Ipiranga - PR are educational and contribute to the empowerment of the elderly. In order to meet the proposed objectives and the listed theme, the research is based on the theoretical-methodological perspective, especially on critical theory, based on Paulo Freire, who defends the emancipation and centrality of the historical subject and its critical action, transforming reality. The theoretical framework uses scholars such as: Beauvoir (1990, 2018); Freire (1989, 2019); Gadotti (2005, 2008); Oliveira (1999, 2003); Gohn (2005); Trilla (1985, 2008); Veras (2004, 2009) among others who contributed to the theoretical aspects. The research is characterized as qualitative, based on bibliographic and documentary analysis, using as sources the legislation, public policies that guide the SCFV, references and theories about the object of study. Field research was also carried out. For data collection, in addition to on-site observation, from July to August 2023, to analyze the activities developed, questionnaires were applied in May 2024, with open and closed questions to elderly people from the SCFV of Ipiranga - PR, totaling forty-six subjects participating in the research, aged 60 or over, of both sexes. Based on the data and studies carried out, it is clear that the activities developed at the SCFV can be considered educational in the context of non-formal education and contribute to the empowerment of the elderly, proving to be a space to direct more studies based on educational policy and rethink actions that bring these two policies closer together: Social Assistance and Education in Community Services. Therefore, we understand the relevance of future research in this context, expanding the dimensions of education for the elderly, the challenges and impacts, so that we can build a scenario that is even more favorable to the learning and inclusion of this important portion of the population.

Keywords: Public Policies. Aging in Brazil. Education for the Elderly. Community Service and Strengthening of Bonds.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapas de comparação da idade mediana no Brasil - 2010 - 2022	31
Figura 2 - População idosa em 2010 em Ipiranga - PR	38
Figura 3 - Articulação e referenciamento entre os serviços do CRAS e SCFV	60
Figura 4 - Mapa da localização da unidade CRAS/SCFV em Ipiranga – PR	65
Figura 5 - Placa de inauguração do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Ipiranga - PR	66
Figura 6 - Foto do local físico do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Ipiranga - PR	67
Figura 7 - Mapa do Estado do Paraná	68
Figura 8 - Formas de acesso ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	70
Figura 9 - Exemplo de Atividade realizada no Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	76
Figura 10 - Eixos orientadores do SCFV	77

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Pessoas Idosas no Brasil entre os anos de 1970 a 2022	29
Gráfico 2 – Faixa etária no Brasil entre os anos de 1980 a 2022	30
Gráfico 3 – Distribuição da população residente no Brasil por Idade e Sexo entre 2010 – 2022	32
Gráfico 4 – Gráfico de projeção do envelhecimento da população mundial	34
Gráfico 5 – Países com maior quantidade de idosos (60+) de 2022 a 2100	35
Gráfico 6 – População idosa do Paraná e em outros estados do Paraná	36
Gráfico 7 – Participantes que residiram ou residem na região rural	93
Gráfico 8 – Porcentagem de mulheres que residem ou residiram na região rural ...	94
Gráfico 9 – Escolaridade das pessoas idosas participantes da pesquisa	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 1– Estado do conhecimento: produções acadêmicas relacionadas à pesquisa	23
Quadro 2 – Pessoas idosas que frequentam o SCFV de Ipiranga-PR	73
Quadro 3 – Características de tipos de educação	79
Quadro 4 – Perfil geral das pessoas idosas participantes da pesquisa	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Pessoa Idosa em Ipiranga – PR	39
Tabela 2 - Quantidade de SCFV em cada Estado do Brasil referenciado diretamente ao CRAS	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC	-	Benefício de Prestação Continuada
CNAS	-	Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	-	Centro de Referência da Assistência Social
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOAS	-	Lei orgânica da Assistência Social
PAIF	-	Programa de Atenção Integral à Famílias
PNAIF	-	Plano Nacional de Atendimento Integral à Família
PNAS	-	Política Nacional de Assistência Social
PSB	-	Proteção Social Básica
SCFV	-	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SUAS	-	Sistema Único da Assistência Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 - O ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO NO BRASIL E A POPULAÇÃO IDOSA DE IPIRANGA-PR	29
1.1 O ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO NO BRASIL	29
1.2 A POPULAÇÃO IDOSA DO ESTADO DO PARANÁ	36
1.3 A POPULAÇÃO IDOSA DA CIDADE DE IPIRANGA – PR	38
1.4 OLHARES À PESSOA IDOSA E O ENVELHECIMENTO	41
CAPÍTULO 2 - AS POLÍTICAS PÚBLICAS QUE ORIENTAM OS SCFVs E OS ASPECTOS HISTÓRICOS DO SCFV NO BRASIL E NA CIDADE DE IPIRANGA - PR	50
2.1 POLÍTICAS E POLÍTICA PÚBLICA	50
2.2 OS SCFV NO BRASIL: ASPECTOS HISTÓRICOS E AS POLÍTICAS QUE ORIENTAM ESTE EQUIPAMENTO	52
2.2.1 Política da Assistência Social	52
2.2.2 Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS	54
2.2.3 Política Nacional de Assistência Social - PNAS e Sistema Único de Assistência Social - SUAS	55
2.2.4 Centro de Referência da Assistência Social - CRAS.....	57
2.2.5 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV no Brasil ..	59
2.3 O SCFV NA CIDADE DE IPIRANGA - PR E AS POLÍTICAS QUE ENVOLVEM AS ATIVIDADES REALIZADAS NESTE ESPAÇO	64
2.3.1 Trajetória da Política da Assistência Social do município de Ipiranga de 2003 até 2023	64
2.3.2 O Serviço de Convivência Fortalecimento de Vínculos na Cidade de Ipiranga – PR	65
2.3.3 Políticas de acesso às atividades ofertadas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	70

CAPÍTULO 3 – O PERFIL DA POPULAÇÃO IDOSA DE IPIRANGA-PR QUE PARTICIPA DO SCFV E A CONTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES EDUCATIVAS PARA ESTE PÚBLICO	74
3.1 O PERFIL DAS PESSOAS IDOSAS QUE FREQUENTAM O SCFV DE IPIRANGA - PR	74
3.2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PARA PESSOA IDOSA NO SCFV: ASSISTÊNCIA SOCIAL E A EDUCAÇÃO	75
3.3 OS TIPOS DE EDUCAÇÃO E AS ATIVIDADES DO SCFV	80
3.3.1 Educação não-formal: um olhar às atividades desenvolvidas no SCFV de Ipiranga - PR	82
3.4 ATIVIDADES CARACTERIZADAS EM POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA X POLÍTICA E DA EDUCAÇÃO	85
3.5 POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO SCFV PARA O EMPODERAMENTO DA PESSOA IDOSA	87
3.5.1 Empoderamento da Pessoa Idosa	88
CAPÍTULO 4 - DOS CAMINHOS PERCORRIDOS: RELATOS DO PÚBLICO IDOSO QUE FREQUENTA O SCFV DE IPIRANGA-PR: ANÁLISES E DISCUSSÕES	91
4.1 DAS ANÁLISES DOS DADOS COLETADOS E DISCUSSÕES	91
4.1.1 Caminhos percorridos - O público idoso participante da pesquisa	91
4.1.2 Percepções das pessoas idosas sobre participação nos grupos e atividades do SCFV de Ipiranga-PR	97
4.1.3 Relatos de contribuições das atividades realizadas no SCFV de Ipiranga-PR para as pessoas idosas	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS	107
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA	113
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO	115
ANEXO A - APROVAÇÃO PLATAFORMA BRASIL - CONSELHO DE ÉTICA.	117

INTRODUÇÃO

As pesquisas do IBGE (2022) indicam que a população idosa do Brasil está em processo de ascensão demográfica. Segundo os dados da última pesquisa realizada, mostra o comparativo entre a década de 2010, em que eram 20 milhões de pessoas com 60 anos ou mais e que em 2022, o Brasil chegou a 32,1 milhões, um aumento de 12, 1 milhões.

Esse aumento significativo do envelhecimento alerta para se pensar o que se tem realizado por meio de políticas públicas para pessoas idosas¹ no Brasil. E neste contexto, cabe direcionar o olhar para as atividades desenvolvidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, o possível cunho educacional e contribuições destas atividades na emancipação cidadã deste público. Pois,

a educação e a informação exercem papéis significativos, no panorama atual dos idosos. E também, exercerão forte influência no panorama futuro, que poderá ser alterado por meio da educação, reformulando-se essa mística que envolve o envelhecimento (Oliveira, 1999, p. 261).

Ao entender que a sociedade contemporânea revela uma trajetória histórica e política do atendimento da pessoa idosa, que prima por uma nova concepção de velhice, mais ativa, autônoma, mais participativa, conhecedora de seus direitos (Alcântara et al, 2016), bem como a percepção de uma fase da vida diferenciada, faz-se necessário portanto, mecanismos, estratégias para atendê-los ou inseri-los em programas, projetos, ações específicas.

E neste cenário de inserção, encontra-se o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, ofertando atividades para a pessoa idosa sob a orientação da política pública da Assistência Social.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos apresentado pela sigla SCFV é um equipamento, que integra serviços da Política da Assistência Social, sendo este referenciado diretamente ou indiretamente ao Centro de Referência da Assistência Social - CRAS. Por sua vez, junto ao CRAS, possui um caráter preventivo

¹ Faz uso do termo pessoa idosa em adequação da Lei nº 14.423, de 22 de julho de 2022 que altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para substituir, em toda a lei, as expressões “idoso” e “idosos” pelas expressões “pessoa idosa” e “pessoas idosas”, respectivamente.

e proativo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos usuários, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias, para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais (Brasil, 2017).

Conforme os documentos norteadores: o Caderno de orientações nacional (Brasil, 2016) e Caderno de perguntas frequentes (Brasil, 2017), o SCFV deve ser um instrumento complementar às outras políticas públicas, busca trabalhar no âmbito da diminuição das desigualdades, das vulnerabilidades da população que necessite, de modo a garantir as seguranças de acolhida e de convívio familiar e comunitário, além de trabalhar para estimular o desenvolvimento da autonomia dos usuários destes serviços.

Trata-se de um Serviço socioassistencial² e socioeducativo, em que objetiva prestar apoio efetivo à família, por meio da inclusão em programas de transferência de renda e na rede de serviços públicos, atua como facilitador para acesso aos direitos básicos de cidadania. Trabalha com famílias, enquanto sujeitos socioculturais, com suas histórias e projetos, fazendo reflexão sobre o cotidiano e formas de organização da família, para promover suas capacidades e autonomia (Brasil, 2009).

É com base nestas premissas que o SCFV traz planejamentos de ações, oficinas, projetos que estejam fundamentados nos documentos que orientam esta instituição, desde as exigências sociais de visão de mundo, contexto da sociedade em perfil e necessidades de atendimentos.

Neste contexto, dentre os atendimentos realizados para crianças, adolescentes, adultos no SCFV, há trabalho com grupos específicos de pessoas idosas, que segundo o Estatuto da Pessoa Idosa (Brasil, 2003), pessoa idosa é considerado todo indivíduo que possui idade igual ou maior de sessenta anos, conhecida também como terceira idade. Para esse público, são realizadas atividades

² Os serviços socioassistenciais são aqueles que desenvolvem ações continuadas e por tempo indeterminado junto à população usuária da rede de assistência social e objetivam a garantia de direitos é uma política social constituída por um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios que compõem o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e são prestados diretamente ao cidadão ou por meio de convênios com organizações sem fins lucrativos. Tais serviços estão estabelecidos na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009).

diversas como oficinas, palestras temáticas, cultura, lazer, entre outras. E é neste espaço, com olhar às atividades desenvolvidas, que se direciona a presente pesquisa.

Nestas circunstâncias, considerando a pessoa idosa como um indivíduo que integra a sociedade, assumindo na atualidade o foco de discussões e preocupação dos órgãos gestores, emerge o anseio pessoal e profissional em analisar as atividades desenvolvidas para pessoa idosa que frequenta o SCFV de uma cidade do interior.

Acresce-se a tais premissas que instigaram a citada temática, entrelaçando aspirações pessoais e profissionais, o resgate de experiências vivenciadas pela proponente da pesquisa, como aluna da Educação de Jovens Adultos, onde convivia com pessoas idosas como colegas de sala de aula, que tinham na educação, uma forma de transformar identidades de toda uma família. Posteriormente, experiências vivenciadas como professora na Educação de Jovens e Adultos, onde uma grande parcela do público discente era de pessoa idosa e buscava aprendizados como forma de autonomia social.

Ressalta-se o fator principal em pesquisar esta temática, o regresso à cidade natal da pesquisadora, ao município de onde saiu, ainda no início da adolescência, em busca de continuar os estudos como forma de superar vulnerabilidades sociais e contribuir para o sustento familiar. Pois, durante a infância e adolescência vivia na roça, trabalhava com empreitadas, lavoura de fumo, de arroz, feijão e outros afazeres que a colônia onde vivia, propiciava como sustento e sobrevivência. Porém, ao frequentar as aulas multisseriadas, nascia o desejo de por meio de estudos, conseguir sair da fome.

Ao ter que se afastar por alguns anos da Escola, a Educação de Jovens e Adultos foi a possibilidade de retomar os estudos. Após alguns anos, já com a carreira profissional acadêmica em andamento, deu-se a oportunidade de cumprir uma etapa profissional e objetivo pessoal, em levar bagagem de aprendizados acadêmicos para conterrâneos.

Assim, ao assumir a função de coordenadora pedagógica do CRAS e SCFV de Ipiranga-PR, consolidou o desejo de pesquisar este contexto, tendo em vista que as atividades que ali se desenvolvem para pessoas idosas, além da possibilidade de ampliar a visão do papel do professor pedagogo em atuar em outros espaços, contribuiu para experiência e crescimento profissional.

Há também um resgate afetivo, ao unir o estudo com situações de superação de vulnerabilidades, nas quais era possível reviver momentos de menina, que buscava alcançar outras vivências. Ao interagir com grupos de pessoas idosas, que mostravam ter ali acesso ao que seria a única forma de contato com as atividades como forma de acesso a ampliar conhecimentos e visão de mundo, tão logo, surgiram indagações sobre as políticas que orientam SCFV e sobre o cunho das atividades ali desenvolvidas. Indagações como: Quais políticas orientam essas atividades e podem ser consideradas educacionais? Como essas atividades contribuem para o empoderamento e a emancipação da cidadania de pessoas idosas que frequentam o SCFV?

Entre esses aspectos que instigaram ao objeto de pesquisa, cabe evidenciar quem é esse público de pessoas idosas que frequentam as atividades ofertadas no SCFV e suas especificidades, não somente em faixa etária, mas o perfil social, bagagem cultural e conhecimento de mundo.

Deste modo, ainda que se considere um desafio discutir sobre a presente temática, **justifica-se** o estudo ao entender como necessário problematizar as atividades desenvolvidas no SCFV e sua relevância, as percepções na vida do público idoso que participa destas atividades, já que nesta parcela de público há sujeitos que não frequentaram a educação escolar e, se torna um espaço de aprendizagens, de trocas que podem contribuir para a autonomia cidadã dos sujeitos (Brasil, 2017). Pois,

Na verdade, nenhum pensador, como nenhum cientista, elaborou seu pensamento ou sistematizou seu saber científico sem ter sido problematizado, desafiado. Embora isso não signifique que todo homem desafiado se torne filósofo ou cientista, significa, sim, que o desafio é fundamental à constituição do saber (Freire, 2011, p. 68).

Neste prisma, assumindo o desafio necessário para constituir mais saberes sobre as políticas públicas no contexto do SCFV, as atividades desenvolvidas, educação e pessoas idosas que frequentam aquele espaço, levantou-se a **problemática** que norteia essa pesquisa: As atividades desenvolvidas para a pessoa idosa no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV de Ipiranga - PR podem ser consideradas educativas e como contribuem para empoderamento da pessoa idosa?

A partir do questionamento central elencou-se as seguintes **perguntas de pesquisa**: a) Quais políticas públicas que orientam as atividades para pessoa idosa no SCFV? b) Qual o perfil do público idoso que frequenta essa instituição? c) As atividades desenvolvidas para pessoas idosas no SCFV de Ipiranga - PR podem ser consideradas educativas? d) Como as atividades desenvolvidas no SCFV podem contribuir para o empoderamento da pessoa idosa que frequenta este espaço?

Considerando essas reflexões, a partir dos questionamentos defende-se a seguinte **tese**: As atividades desenvolvidas para a pessoa idosa no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV de Ipiranga - PR são educativas e contribuem para o empoderamento da pessoa idosa? Tendo, assim, como objeto de estudo as atividades desenvolvidas para as pessoas idosas que frequentam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV da cidade de Ipiranga - PR.

Deste modo, tem-se como **objetivo geral**: analisar as atividades desenvolvidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV e como essas podem contribuir para o empoderamento da pessoa idosa que frequenta este espaço. Para tanto, estabeleceu-se os seguintes objetivos específicos: a) Caracterizar as políticas públicas que norteiam o SCFV no Brasil e na cidade de Ipiranga - PR; b) Apresentar aspectos demográficos sobre a pessoa idosa no Brasil; c) Identificar o público e o perfil da pessoa idosa que participa das atividades no SCFV; d) Averiguar as atividades desenvolvidas no SCFV e contribuições para o empoderamento da pessoa idosa.

Desta forma, com o intuito de atender aos objetivos propostos e a temática elencada, a pesquisa é alicerçada na perspectiva teórico-metodológica sobretudo na teoria crítica fundamentada no educador e filósofo Paulo Reglus Neves Freire, considerado o patrono da educação brasileira: Paulo Freire, que defende a autonomia e centralidade do sujeito histórico e sua ação crítica transformadora da realidade.

Neste viés, o referencial teórico se vale de estudiosos como: Simone Lucie-Ernestine-Marie Bertrand de Beauvoir (1990, 2018); Renato Peixoto Veras (2004, 2009) e Rita de Cássia da Silva Oliveira (1999, 2003) e estudiosos da população idosa e do fenômeno do envelhecimento e velhice, assim como, políticas públicas voltadas para o empoderamento e bem-estar da pessoa idosa.

Com aporte aos aspectos da educação e relevância para o empoderamento, a transformação na emancipação cidadã, se embasa na visão de Paulo Freire (1981, 1989, 1991, 2019, 2006) e contribuindo com reflexões e análises a respeito de aspectos da educação como atividade emancipadora Moacir Gadotti (2005, 2008); Maria da Glória Gohn (2005), que sustenta discussão sobre educação e tipos de educação, de maneira a conceituar as atividades e Jaume Trilla (1985, 2008) corrobora nos tipos de educação, sobretudo o tipo formal e o não-formal.

No entanto, o aporte teórico se dá ao entender que “a construção do conhecimento é um diálogo que se estabelece com os autores escolhidos, visando dar sustentação teórica ao tema em estudo” (Oliveira, 2012, p. 33).

Assim, complementando os procedimentos metodológicos, a seleção do material documental que consiste em fontes de pesquisas contribuem significativamente para o contexto pesquisado pois,

Os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentam as afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte “natural” de informação. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto (Lüdke; André, 1986, p.39).

Tomou-se como fonte de dados documentos legais da legislação, políticas públicas que orientam o SCFV, políticas para pessoas idosas, como: a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Brasil, 2003), Lei Orgânica da Assistência Social, a Instrução Operacional e Manual de Orientações nº 01 SNAS – MDS / SEB – MEC (Brasil, 2014), o Caderno de Perguntas Frequentes: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV (Brasil, 2017a), o caderno de orientações de Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos – SCFV (Brasil, 2017b), a Política Nacional de Assistência Social. Ministério do desenvolvimento social e combate à fome: Secretaria Nacional de Assistência Social (Brasil, 2004), a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Texto da RESOLUÇÃO Nº 109, de 11 de novembro de 2009 (Brasil, 2009), a Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome 1. ed. (2009), entre outros documentos que serviram como base de pesquisa e sustentação da tese contribuindo para a discussão sobre a instituição e o

público da referida faixa etária estabelecida legalmente pelo Estatuto da Pessoa Idosa.

E deste modo, realizou-se uma pesquisa de cunho qualitativo, pois, segundo Silva *et al* (2009),

Em uma abordagem qualitativa e compreensiva se faz necessária a produção da inferência; procurar o que está além do escrito, para que se possa chegar à interpretação das informações. Gomes (2007, p.91) anuncia que “chegamos a uma interpretação quando conseguimos realizar uma síntese entre: as questões da pesquisa, os resultados obtidos a partir da análise do material coletado, as inferências realizadas e a perspectiva teórica adotada” (Silva *et al*, 2009, p. 4561).

Considerando que a pesquisa qualitativa vem sendo usada há muito tempo na área da educação (Bortoni-Ricardo, 2008), além de que, “em pesquisas qualitativas, os dados não podem ser considerados como fatos isolados” (Oliveira, 2012, p. 80)

Para que se entenda melhor este tipo de pesquisa, apoia-se também na reflexão de Lüdke e André (1986), que afirmam ser pesquisa qualitativa aquela que tem seu desenvolvimento natural, possui dados ricos em descrição tendo como foco a realidade de maneira complexa e contextualizada, com o plano aberto e flexível.

Portanto, a pesquisa caracterizada como qualitativa, como já citada, considerou também a triangulação teórica que está baseada em análise bibliográfica e documental, tendo como fontes a legislação, políticas públicas que orientam o SCFV e referenciais teóricos acerca do objeto de estudo.

Para coleta de dados, além da observação *in loco*, no período de julho a agosto de 2023, para análises das atividades desenvolvidas, foi utilizado como instrumento para a coleta de dados, um questionário (Apêndice A) com questões abertas e fechadas para pessoas idosas, que participam de atividades desenvolvidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV de Ipiranga - PR, totalizando setenta e oito pessoas com 60 anos ou mais, que frequentam o local, destas, quarenta e seis foram participantes da pesquisa.

A escolha dos sujeitos participantes da pesquisa, deu-se pelo **critério** de abranger pessoas que participam assiduamente e a mais de um ano na perspectiva de inclusão da visão das pessoas idosas, que frequentam as atividades do SCFV de

Ipiranga – PR e se sentissem livres para contribuir respondendo às questões propostas.

Logo os **critérios de exclusão** foram: estar frequentando menos de um ano as atividades do SCFV (não é suficiente para avaliar os aspectos de participação nas atividades), não ter condições de assinar o nome e não manifestar desejo de participar da pesquisa.

Assim, os aspectos metodológicos desta pesquisa se deu inicialmente pelo levantamento do estudo do conhecimento, estudo teórico da temática, contextualização de espaço e campo de investigação, questionário como instrumento de coleta e dados, análise das atividades desenvolvidas para as pessoas idosas que participam desta instituição e as contribuições para este público.

Acrescentando o olhar reflexivo às pessoas idosas usuárias do SCFV, como se chegam ali, suas perspectivas, o perfil desse público, o contexto onde estão inseridos e suas visões de mundo após ter frequentado, ter participado das atividades ofertadas no SCFV de Ipiranga-PR, além de caracterizar as políticas públicas, que orientam o funcionamento deste espaço e as atividades realizadas.

Conforme o exposto, a presente pesquisa pode contribuir com estudos seguintes neste contexto. Cabe buscar entender a relevância de atividades realizadas neste espaço, as quais podem ser educativas e podem contribuir para a emancipação desse público, tendo em vista ser um tema pouco discutido, conforme aponta a busca de produções acadêmicas realizadas.

O levantamento do estado do conhecimento relacionado à temática desta pesquisa foi realizado por meio de busca das produções científicas em Catálogo de Teses e Dissertações Capes, Portal de periódicos da Capes, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), do Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Redalyc, após as pesquisas foram encontradas inicialmente 11 teses, 37 dissertações e 29 artigos de periódicos que abordam sobre algum tipo de ação educacional para idosos, a partir dos seguintes descritores: educação idosos, educação terceira idade, política educacional idosos; política educacional SCFV; idosos SCFV; Terceira Idade SCFV, resultando no total de 77 produções, que se conectam em algum destes descritivos.

Neste prisma, foi realizada a revisão de literatura pautada em produções, que tratam de políticas educacionais para terceira idade/idosos no SFCV, produções da Terceira Idade/ Idosos e Educação no SCFV e produções sobre Educação para os idosos no SFCV.

Assim, foram selecionadas as produções, com base nos termos citados e foram desconsideradas as dissertações e teses que tratam dos termos utilizados nos descritores, de maneira isolada e com foco na assistência social que é a política regente do SCFV, saúde, religiosidade, saúde mental, jogos, sexualidade, atividade física, entre outros temas, que fugiam ao objetivo desta pesquisa.

Dessa forma, com base nos seguintes critérios de seleção já mencionados, foram selecionadas uma tese, três dissertações e um artigo. Dentre as produções mapeadas, essas que mais se aproximavam do objeto de estudo desta pesquisa. No quadro a seguir, pode-se observar as produções selecionadas no mapeamento, com recorte temporal a partir de 2013³

Quadro 1 – Estado do Conhecimento: produções acadêmicas relacionadas à pesquisa

NATUREZA DO TRABALHO	ANO	AUTORIA	TÍTULO	CATEGORIA
TESE	2020	MIRA, Levi Nauter de.	<i>As educações na política de assistência social: um olhar para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos</i>	EDUCAÇÃO e SCFV
DISSERTAÇÃO	2021	RODRIGUES, Priscila da Silva.	<i>O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos com a escola: representações sociais de</i>	SCFV e EDUCAÇÃO

³ O recorte temporal de busca por trabalhos acadêmicos se deu a partir do ano de **2013** devido ser o ano de implementação regulamentada do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV no Brasil, assim buscou delimitar a busca por trabalho realizados de 2013 até o ano de 2023, ano de atualização na realização do levantamento dos trabalhos acadêmicos.

			<i>letramento e alfabetização</i>	
DISSERTAÇÃO	2019	SANCHES, Carlos Ailton Moraes.	<i>A atuação e a intervenção educativa do professor de educação física no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) em Imperatriz / MA</i>	SCFV e EDUCAÇÃO
DISSERTAÇÃO	2018	CABRAL, Giovana Donaise	<i>Serviço de Convivência e fortalecimento de Vínculos para pessoas idosas: um estudo no município de Rebouças-PR.</i>	SCFV e IDOSOS
ARTIGO	2018	SILVA, Amós Santos.; LAGE, Allene Carvalho	<i>Práticas educativas nos grupos de convivência para idosos: promoção do envelhecimento ativo e da convivência familiar e comunitária em espaços educativos "outros"</i>	EDUCAÇÃO, IDOSOS e SCFV

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Os trabalhos mapeados no quadro 1, ainda que tragam vieses que se aproximam do objeto de estudo da pesquisa conforme critério de seleção, buscam outras especificidades, como se pode observar a seguir.

A tese que foi localizada é de autoria de Levi Nauter de Mira se intitula: *As educações na política de assistência social: um olhar para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos*. Foi defendida em 18 de março de 2020, pelo programa de pós-graduação em educação da Instituição de Ensino: Universidade do Vale do

Rio dos Sinos. Traz considerações acerca de educação e política que norteiam as práticas educativas em instituições de SCFV.

Foi a única tese encontrada no eixo da educação que discorre sobre aspectos da temática da presente pesquisa. O eixo da educação, ainda que no sentido mais amplo, as políticas e o SCFV como espaço de estudo, porém não se delimita e não se direciona a educação para pessoa idosa, trata de uma pesquisa mostrando que educação e como ela se desenvolve neste equipamento, que no geral é referenciado às políticas da Assistência Social.

A dissertação da autora Priscila da Silva Rodrigues, intitulada: *O serviço de convivência e fortalecimento de vínculos com a escola: representações sociais de letramento e alfabetização*, defendida em 26 de fevereiro de 2021, do programa de Mestrado em Educação da Instituição de Ensino: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Esta dissertação traz considerações sobre as representações sociais de pais, professores e educadores sociais inseridos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), em relação aos processos de alfabetização e letramento nas turmas do 3º ano do Ensino Fundamental. Não traz nenhuma nota sobre educação para idosos.

A dissertação de Carlos Airton Moraes Sanches, intitulada: *A atuação e a intervenção educativa do professor de educação física no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV) em Imperatriz / MA*, defendida em 10 de abril de 2019, do programa de Mestrado em Educação da Instituição de Ensino: Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Aborda as possibilidades de intervenção educativas do professor de Educação Física em espaços não escolares, fugindo da temática desta pesquisa.

E a dissertação de Giovana Doanise Cabral, intitulada: *Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para pessoas idosas: um estudo no município de Rebouças-PR*. Defendida em 2018, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Comunitário - Mestrado Interdisciplinar pela Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati-PR, versa sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas do município de Rebouças - PR, a partir dos relatos de usuários e profissionais.

Mostra-se que buscou nesta dissertação, conhecer quem são os profissionais que atuam no serviço e quem são os usuários que frequentam o SCFVI e a percepção destes profissionais e usuários, em relação às políticas públicas vigentes para idosos. Então, este estudo é direcionado especificamente sobre SCFV para Pessoa Idosa e não sobre o SCFV para todo público em vulnerabilidade, em geral, como é o caso da presente pesquisa.

Foram apenas esses estudos acadêmicos de mestrado e doutorado encontrados nos portais de busca. Ambos citam educação e SCFV, porém em vieses distintos, na proposta de pesquisa em andamento.

E na busca de recorte de tempo em que se constituiu o SCFV, foi possível encontrar no âmbito da educação, apenas um artigo que versa com mais proximidade sobre o objeto da presente pesquisa, trazendo considerações sobre os idosos, práticas educativas, porém em grupos de convivência que pode ser indireto ao CRAS, o que difere do espaço de SCFV, que se objetiva discorrer.

O artigo encontrado selecionado é de autoria de Amós Santos Silva e Allene Carvalho Lage e se intitula: *Práticas educativas nos grupos de convivência para idosos: promoção do envelhecimento ativo e da convivência familiar e comunitária em espaços educativos "outros"* publicado na Revista COCAR, Belém, V.12. N.24, p. 524 a 557 - Jul./Dez. 2018. Programa de Pós-graduação em Educação da UEPA. Este estudo traz como foco: a promoção do envelhecimento em grupos de convivência específico para idosos, que podem não estar relacionados diretamente como o do SCFV do CRAS.

Assim, a partir do exposto, salienta-se que a pesquisa proposta torna-se relevante como estudo de pesquisa ainda não realizada no foco desta abordagem. Assim, os caminhos a serem trilhados trazem inovações em pesquisa na linha de história e políticas educacionais. É o que sugere ao percorrer as produções selecionadas. Pois, ainda posterior a exaustiva busca, não foram localizados teses ou dissertações no âmbito da educação, que abordasse diretamente o objeto da pesquisa, o que ressalta o ineditismo da referida pesquisa.

E com intuito de atender aos objetivos propostos desta tese, o presente trabalho se estrutura com quatro capítulos, conforme a seguinte organização: o primeiro capítulo discorre acerca dos aspectos demográficos sobre a pessoa idosa no

Brasil e logo na cidade de Ipiranga-PR, traz considerações sobre o envelhecimento visando a necessidade de refletir sobre políticas públicas, que atendam essa população, assim como o atendimento destas pessoas no SCFV.

O segundo capítulo busca contextualizar o SCFV da cidade de Ipiranga – PR, qual é o espaço do foco da pesquisa e as políticas públicas nacionais, que orientam as atividades para pessoas idosas nesta instituição.

Para tanto, faz-se necessário trazer sobre o cenário dessa instituição no Brasil e sua constituição como um equipamento do CRAS, que por sua vez é um setor da política pública da Assistência Social. Além de caracterizar a política do SCFV no Brasil e na cidade de Ipiranga - PR.

O terceiro capítulo dispõe da população das pessoas idosas na cidade de Ipiranga - PR, que participam das atividades ofertadas no SCFV da cidade citada e identificar o perfil destas pessoas. Ainda discorre sobre o possível tipo de educação que ali se desenvolve e como pode contribuir na emancipação da pessoa idosa.

Por fim, o quarto capítulo que busca trazer uma visão mais ampla como se deu a pesquisa, os caminhos percorridos, análise e discussões dos dados coletados, assim como, os fragmentos dos relatos das pessoas idosas, que frequentam o SCFV de Ipiranga - PR, deste modo, perpassando o objetivo geral, conforme os demais capítulos desta pesquisa, seguido das considerações finais.

CAPÍTULO 1

O ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO NO BRASIL E A POPULAÇÃO IDOSA DE IPIRANGA-PR

O presente texto discorre acerca dos aspectos demográficos sobre a pessoa idosa no Brasil e na cidade de Ipiranga-PR, traz considerações sobre o envelhecimento da população brasileira, visando à necessidade de refletir sobre políticas públicas que atendam essa população, assim como o atendimento destas pessoas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

1.1 O ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO NO BRASIL

Ao direcionar o olhar para a sociedade brasileira, observa-se que uma das transformações notáveis atualmente é o aumento da longevidade da população, o crescimento da faixa etária populacional tem subido significativamente e a mudança nesta estrutura demográfica é um fenômeno que tem sido mostrado em pesquisas.

O envelhecimento da população no Brasil é um fenômeno demográfico significativo que tem implicações profundas em diversas áreas, incluindo saúde, economia, previdência social e políticas públicas. Nas últimas décadas, o Brasil experimentou uma redução nas taxas de natalidade e um aumento na expectativa de vida, resultando em uma população cada vez mais idosa (Veras, 2009).

No contexto atual, o aumento do envelhecimento da população é um processo contínuo, com variações regionais, sub-regionais e entre países subdesenvolvidos e mais desenvolvidos. Conforme Veras (2009), do ponto de vista das suas implicações econômicas e sociais, é talvez a transformação mais importante desta época, movimenta políticas públicas envolvendo a sociedade como um todo em diferentes áreas como saúde, acessibilidade, educação, entre outras que influenciam na qualidade de vida.

De acordo com a Beauvoir (1970), questões relacionadas à velhice não inclui apenas a cronologia de um momento da vida, não é apenas a quantidade de tempo vivido. Inclui reconhecimento de outros aspectos como dimensões, atributos positivos e negativos, padrões culturais, são informações relevantes para desenvolver intervenções integrais, que contribuam para a prevenção e promoção da saúde para

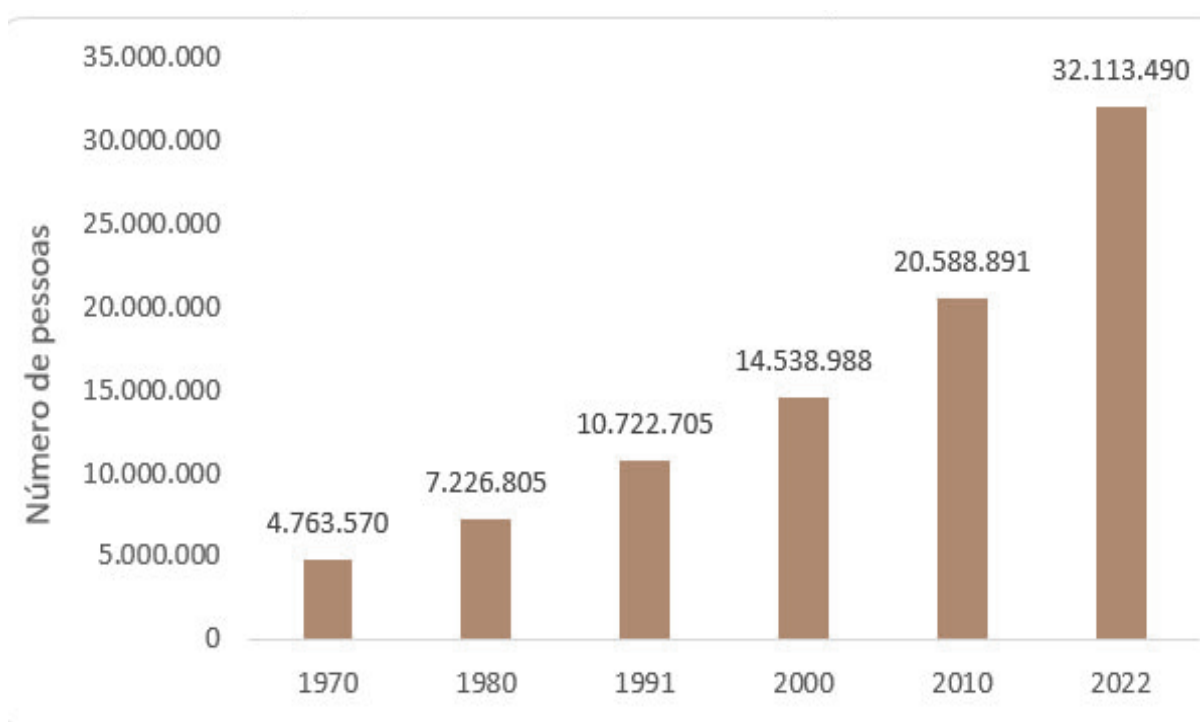
enfrentar a velhice com estereótipos positivos, com mínima dependência funcional, são realidades que devem caminhar junto a transformação demográfica.

Segundo o estudioso Veras (2009), “atualmente, chegar à velhice é uma realidade populacional mesmo nos países mais pobres. [...] envelhecer não é mais privilégio de poucos” (Veras, 2009, p. 549), é o que tem apontado as pesquisas ao longo dos anos.

Conforme a última pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, realizada em 2022, a qual afirma que no Brasil o envelhecimento da população cresceu consideravelmente nas últimas décadas. Segundo análise de Alves (2023), a população idosa de 60 anos ou mais, no Brasil, passou de 4,8 milhões de pessoas no ano de 1970, alcançando 10 milhões no ano de 1991, ultrapassando 20 milhões no ano de 2010 e chegou a 32,1 milhões de pessoas em 2022.

Houve um aumento da população idosa de mais de 6 vezes entre os anos de 1970 e 2022. É o que se observa no gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Pessoas Idosas no Brasil entre aos anos de 1970 a 2022



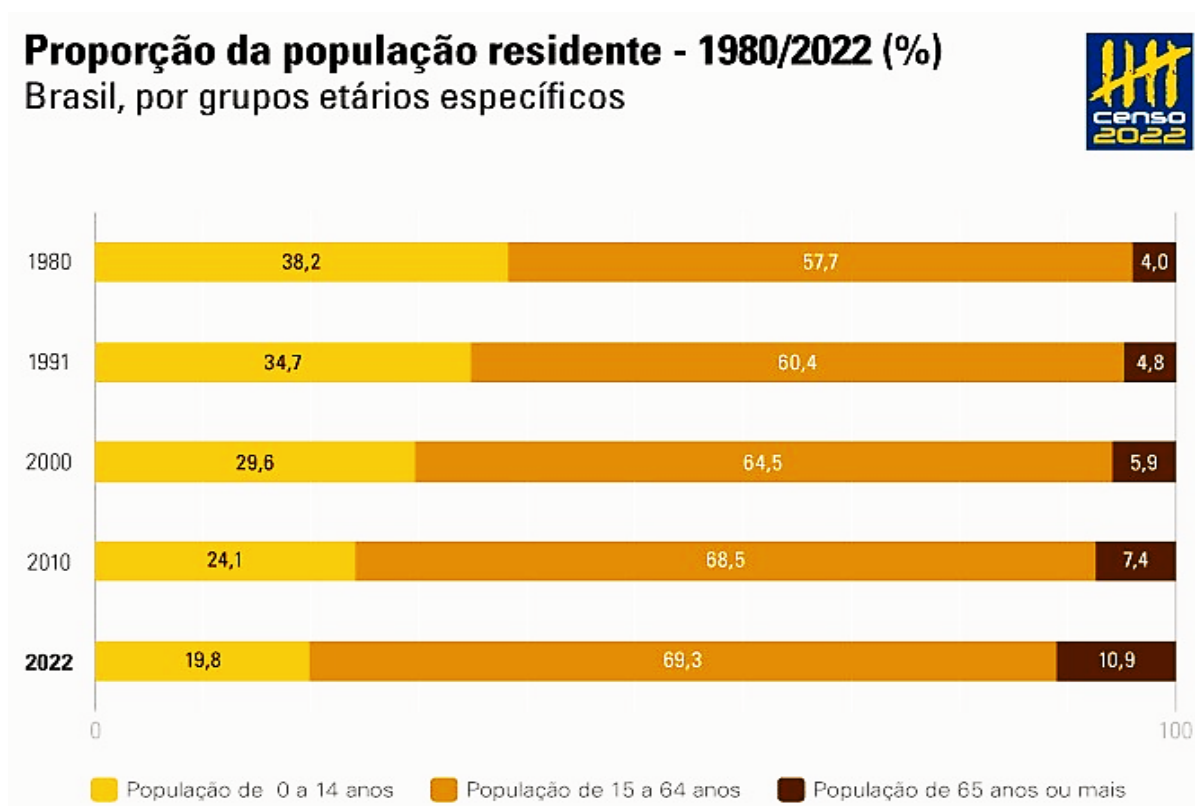
Fonte: Censo Demográfico do IBGE – 2022.

Portanto, o Brasil está envelhecendo e esse processo segue em ritmo acelerado (Alves, 2023). A magnitude e a velocidade das mudanças demográficas que estão ocorrendo e continuarão nas próximas décadas, são muito relevantes para a sociedade como um todo e estas estão associadas a um aumento mais gradual da dimensão da população.

O comportamento demográfico, apontado nas últimas pesquisas, traz observações de um Brasil com a face mais idosa, ao decorrer dos anos. Conforme apontam as pesquisas do IBGE, na década de 1980, a população era mais jovem, entre criança e adolescente de 0 a 14 anos chegavam a 38,2%, enquanto a população de 65 anos ou mais somavam 4,0%. Já no último ano de pesquisa, o Censo Demográfico de 2022, mostra que a faixa etária de 65 anos ou mais chegou a 10,9%, enquanto que de 0 a 14 teve uma queda diminuindo para 19,8%.

Tais apontamentos podem ser observados no gráfico a seguir, ilustrando o aumento da faixa etária na amostragem de 1980 até o último ano de pesquisa IBGE

Gráfico 2 – Faixa etária no Brasil entre os anos de 1980 a 2022.



Fonte: Censo Demográfico – IBGE 2022.

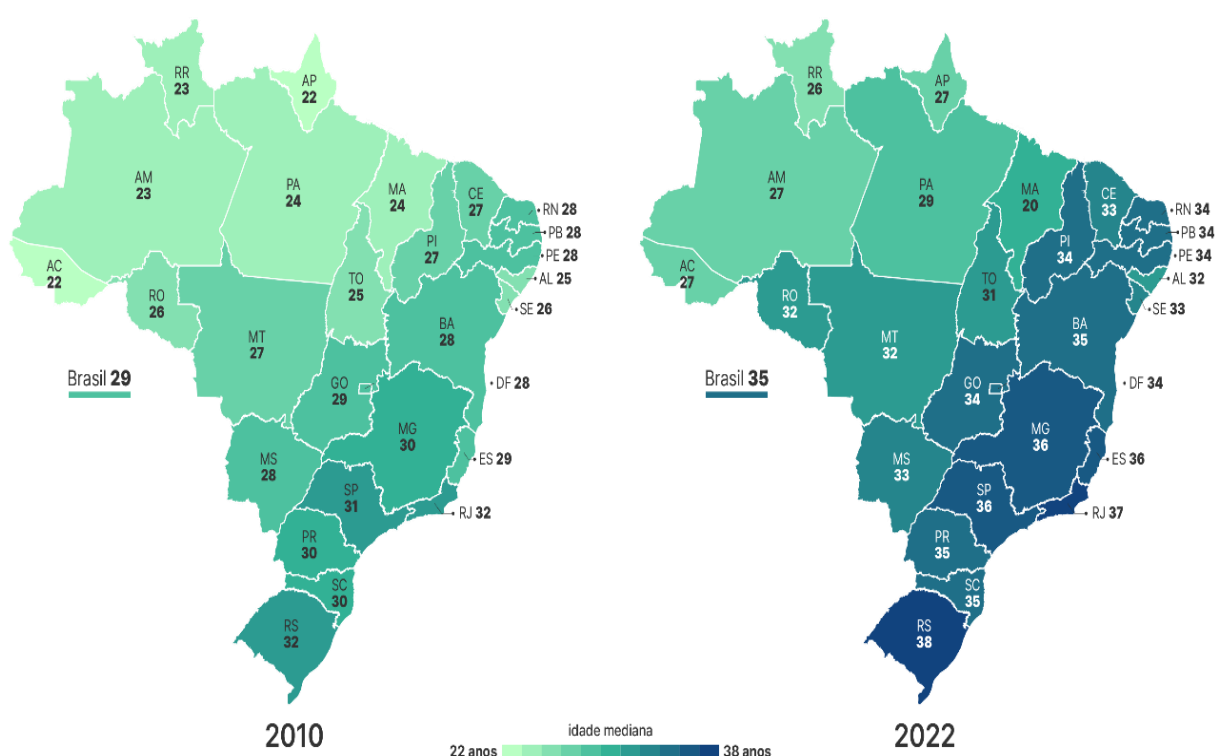
É o que se pode observar, segundo IBGE (2022) de 2010 a 2022, índice de envelhecimento sobe de 30,7 para 55,2.

Este índice é pela razão entre o grupo de pessoas de 65 anos ou mais de idade em relação à população de 0 a 14 anos e a idade mediana divide uma população em 50% mais jovens e 50% mais velhos.

Este cenário do comportamento que revelam as pesquisas, representam desafios. Faz-se necessário que o país se prepare para essa transformação demográfica, por meio de políticas eficazes que garantam qualidade de vida e inclusão social para a população idosa, promovendo um envelhecimento ativo e saudável desde agora (Oliveira, 2007).

Conforme pode se observar na figura a seguir, no Brasil, de 2010 a 2022, a idade mediana aumentou de 29 para 35 anos, refletindo o envelhecimento da população.

Figura 1 – Mapas de comparação da idade mediana no Brasil – 2010 - 2022

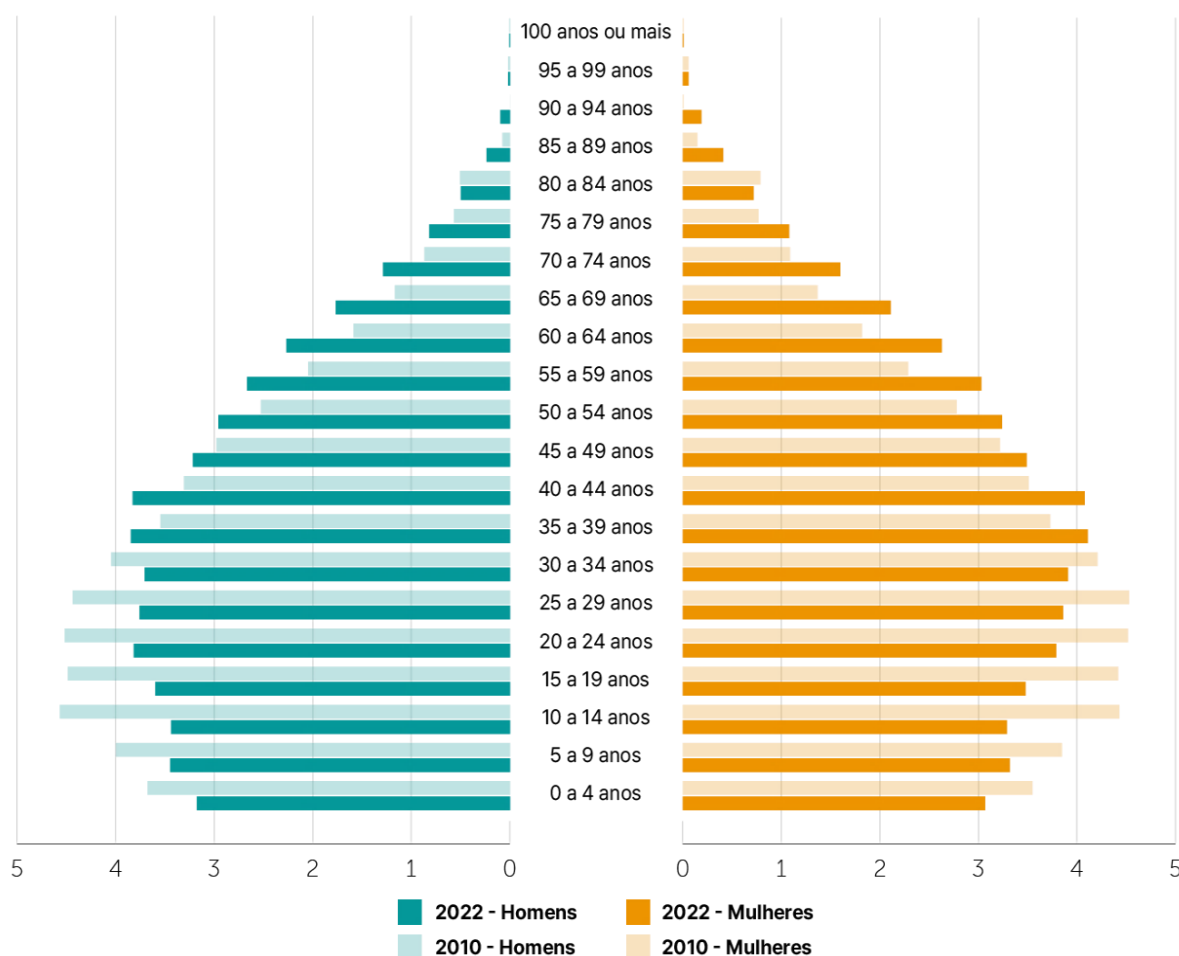


Fonte: Censo Demográfico – IBGE 2022.

Nota-se, observando a Figura 1, que nas cinco grandes regiões houve um crescimento da idade mediana: na região Norte, observa-se que de 24 anos subiu para 29 anos, na região Nordeste, de 27 subiu para 33 anos, na região Sudeste, de 31 subiu para 37 anos, na região Sul, de 31 subiu para 36 anos e região Centro-Oeste, de 28 subiu para 33 anos (IBGE, 2022), ou seja, todas as regiões tiveram a longevidade avançada.

Dessa forma, a pirâmide da população residente no Brasil vai ganhando uma nova configuração, a base onde está a distribuição dos mais jovens vai se estreitando em ambos os sexos, vai dando espaço para alargamento desde a média idade para o topo, conforme é visto no gráfico a seguir:

Gráfico 3 – Distribuição da população residente no Brasil por Idade e Sexo entre 2010 - 2022.



Fonte: Censo Demográfico adaptado – IBGE 2022.

Esse estreitamento do gráfico na população mais jovem, é visível principalmente na faixa etária de 35 anos para idade inferior, como já se pode observar a idade mediana em 2022 é em torno de 35 anos, enquanto em 2010, era em torno de 29 anos.

Esse aumento da população idosa, não é o que se tem observado apenas no Brasil, pois ao lançar o olhar para o mundo, essa aceleração do crescimento está caminhando de forma significativa também.

O envelhecimento da população mundial é uma tendência crescente observada nas últimas décadas e a Organização das Nações Unidas - ONU tem monitorado essa evolução, alertando seus impactos sociais e econômicos.

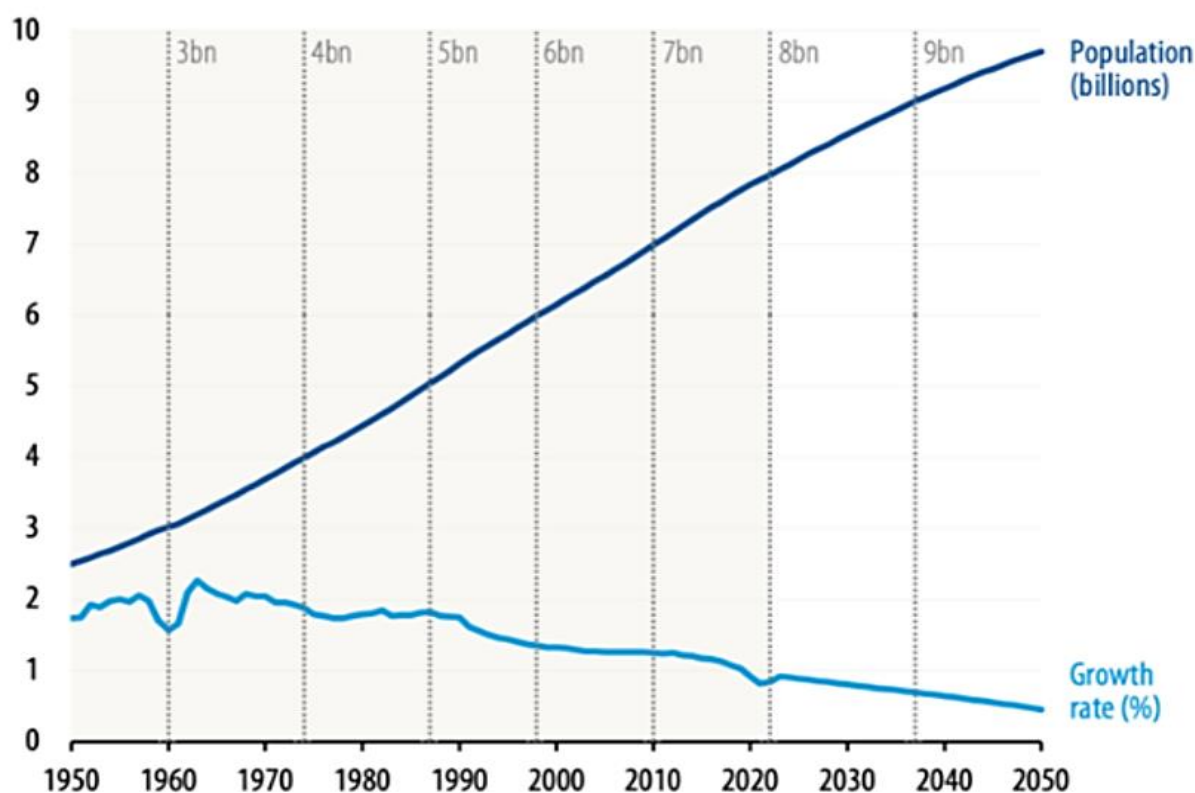
Conforme o relatório da *World Population Ageing* junto a ONU (2023), aponta que a população global está envelhecendo a uma taxa acelerada. Esse fenômeno é mais evidente em países de alta renda, mas também está se expandindo para países em desenvolvimento.

Segundo as últimas projeções da Divisão de População da ONU (2023), a principal característica demográfica do mundo atual é o envelhecimento populacional que aponta, conforme as pesquisas, que 1,1 bilhão são idosos de 60 anos e mais de idade, representando 13,9% do total populacional no mundo.

Entre 1950 e 2022, a população mundial triplicou e a população idosa sextuplicou, caminhando a passos largos. Os idosos são o grupo etário com maior crescimento nos últimos 72 anos e vão continuar crescendo de maneira mais acentuada nas próximas sete décadas, segundo a ONU (2023). Portanto, o envelhecimento populacional é a principal característica da dinâmica demográfica global, a expectativa de vida vai além dos países mais desenvolvidos.

E a tendência é continuar crescendo a perspectiva, segundo pesquisadores do Fundo Monetário Internacional - (FMI 2022) a população mundial em números efetivos poder chegar a 10 bilhões de habitantes, conforme se pode observar no gráfico a seguir:

Gráfico 4 – Gráfico de projeção do envelhecimento da população mundial



Fonte: Fundo Monetário Internacional - FMI 2022.

O gráfico mostra o aumento da (linha azul escura) e na taxa de crescimento anual (linha azul clara). E nesta perspectiva de aumento de pessoas idosas Veras (2009), que já acompanhava as projeções de aumento da velhice para 2020, diz que

O crescimento da população idosa é um fenômeno mundial e, no Brasil, as modificações ocorrem de forma radical e bastante acelerada. As projeções mais conservadoras indicam que, em 2020, o Brasil será o sexto país do mundo em número de idosos, com um contingente superior a 30 milhões de pessoas (Veras, 2009, p. 2).

Percebe-se que no Brasil, essa realidade de aumento da população tem acompanhado a estimativa mundial, corroborando com os apontamentos de Veras (2009). Conforme o gráfico a seguir ilustra, essa evolução nos doze países que mais pontuaram o índice de crescimento do envelhecimento da população, alcançando o quinto lugar no mundo, em 2050.

Gráfico 5 - Países com maior quantidade de idosos (60+) de 2022 a 2100

#	Países	2022	#	Países	2050	#	Países	2100
	Mundo	1.108.584		Mundo	2.132.389		Mundo	3.083.695
1	China	264.707	1	China	509.409	1	Índia	551.956
2	Índia	148.691	2	Índia	347.584	2	China	361.612
3	EUA	79.328	3	EUA	111.063	3	EUA	143.181
4	Japão	44.429	4	Indonésia	64.878	4	Paquistão	112.640
5	Rússia	32.978	5	Brasil	66.496	5	Nigéria	96.707
6	Brasil	31.500	6	Japão	45.305	6	Indonésia	93.927
7	Indonésia	29.919	7	Rússia	43.370	7	Etiópia	78.277
8	Paquistão	15.946	8	Bangladesh	43.362	8	Brasil	73.334
9	Bangladesh	15.854	9	Paquistão	36.572	9	Bangladesh	68.121
10	México	15.535	10	México	35.908	10	México	47.908
11	Nigéria	10.378	11	Nigéria	25.081	11	Rússia	37.821
12	Etiópia	6.098	12	Etiópia	18.749	12	Japão	32.879

Fonte: *UN Population Division. World Population Prospects* (publicado 11/07/2022).

O gráfico indica que, o mundo contabilizou em 1.108.584 bilhões de idosos em 2022 e aponta que os doze países com maior quantidade de pessoas de 60 anos ou mais de são, por ordem decrescente, China (264,7 milhões), Índia (148,7 milhões), EUA (79,3 milhões), Japão (44,4 milhões), Rússia (32,9 milhões), Brasil em 6º lugar com 31,5 milhões, Indonésia (29,9 milhões), Paquistão (15,9 milhões), Bangladesh (15,8 milhões), México (15,5 milhões), Nigéria (10,4 milhões) e Etiópia (6,1 milhões de idosos), estimativas da ONU (revisão 2022).

O aumento continuará em 28 anos. O mundo somará cerca de 2.132.39 bilhões de pessoas com 60 anos e mais, conforme a coluna do meio apresentada no gráfico, ou seja, mais que o dobro. E o mesmo acontece com a população idosa no Brasil, duplica e deve atingir um montante de 66.496 milhões até 2050 (ONU, 2022).

1.2 A POPULAÇÃO IDOSA DO ESTADO DO PARANÁ

Nesta perspectiva de crescimento demográfico, o Estado do Paraná acompanha o ritmo da atualidade. Em 2022, a população residente no Paraná somou 11,4 milhões de pessoas e destas 1,9 milhões são pessoas idosas, representando

assim, 16% de residentes no Estado (IBGE, 2022). E o Paraná está em sétimo lugar com mais idosos no país, conforme ilustra o gráfico a seguir:

Gráfico 6 - População idosa do Paraná e em outros estados do Brasil

capital	pop. total (milhões)	% da população por idade			idade mediana
		0-14	15-64	65 ou +	
RS	10,9	17,5	68,4	14,1	38
RJ	16,1	17,8	69,1	13,1	37
ES	3,8	19,3	69,4	11,2	36
MG	20,5	18,1	69,6	12,4	36
SP	44,4	18,0	70,1	11,9	36
BA	14,1	20,2	69,1	10,6	35
PR	11,4	19,2	69,5	11,3	35
SC	7,6	18,7	70,9	10,4	35
DF	2,8	19,0	72,2	8,8	34
GO	7,1	20,3	70,5	9,2	34
PB	4,0	20,8	68,2	11,0	34
PE	9,1	20,9	68,9	10,2	34
PI	3,3	20,8	68,5	10,7	34
RN	3,3	19,8	69,7	10,5	34
CE	8,8	20,5	69,1	10,4	33
MS	2,8	22,0	68,4	9,6	33
SE	2,2	21,2	69,6	9,1	33
AL	3,1	22,8	68,3	8,9	32
MT	3,7	22,7	69,6	7,7	32
RO	1,6	22,0	69,9	8,1	32
TO	1,5	23,2	68,1	8,6	31
MA	6,8	24,3	67,3	8,4	30
PA	8,1	24,5	68,2	7,3	29
AC	0,8	26,6	67,0	6,3	27
AP	0,7	27,0	67,5	5,5	27
AM	3,9	27,3	66,8	5,9	27
RR	0,6	29,2	65,7	5,1	26
Brasil	203,1	19,8	69,3	10,9	35

Fonte: IBGE – Censo 2022.

O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES, ao analisar os dados do IBGE, aponta que de 2024 a 2070, a idade média dos paranaenses passará de 36,4 para 48 anos. No mesmo período, a proporção de idosos subirá de 17% para 36,9% da população. “Em 2024, o IBGE projetou um total de 2,01 milhões de paranaenses idosos, número que deverá mais do que dobrar até 2070, quando as estimativas apontam para cerca de 4,23 milhões de pessoas com 60 anos ou mais residentes no Estado”. (IPARDES, 2024).

Para o Instituto, “a expectativa de vida para um paranaense nascido em 2000 era de 72,2 anos, passando para 76,8 anos em 2024 e 83,9 para os nascidos em 2070, segundo as atuais projeções” (IPARDES, 2024), colocando o Paraná em terceiro lugar.

Considerando os dados apresentados e direcionando o olhar para o *in loco* desta pesquisa, cabe situar e observar esse fenômeno do envelhecimento na cidade de Ipiranga-PR, tendo em vista que a ascensão da faixa etária abrange os quatro cantos do mundo e esta cidade tem sua contribuição.

1.3 A POPULAÇÃO IDOSA DA CIDADE DE IPIRANGA - PR

A cidade de Ipiranga-PR é considerada de pequeno porte e está localizada na região dos Campos Gerais, interior do Paraná, totalizando 14.142 habitantes, conforme o censo IBGE de 2022. Este número faz parte de uma parcela da população brasileira, que acompanha o envelhecimento crescente no Brasil, pois segundo o IBGE, em 2022, as regiões mais velhas são Sudeste e Sul com percentuais de pessoas idosas de 12% do Brasil, contemplando o estado do Paraná.

Em Ipiranga, assim como em outras cidades do Paraná e do Brasil, o envelhecimento populacional vem crescendo significativamente e, a estrutura demográfica vem se alterando e conforme dados do IBGE e censos demográficos, que mostram a evolução da população nas faixas etárias de 60 anos ou mais, logo o crescimento da densidade demográfica pode estar relacionada.

As pesquisas realizadas apontam que na cidade de Ipiranga

em 2022, [...] a densidade demográfica era de 15,7 habitantes por quilômetro quadrado. Na comparação com outros municípios do estado, ficou nas

posições 135 e 613 de 399. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava nas posições 2297 e 7397 de 5570” (IBGE, 2022).

É possível observar o crescimento da velhice da população de Ipiranga, com base no censo IBGE, realizado em 2010, que a população idosa chegava a 1.344 pessoas de 60 anos ou mais, conforme pode ser visto na figura a seguir, nas duas últimas linhas:

Figura 2 - População idosa em 2010 em Ipiranga – PR

Brasil / Paraná / Ipiranga Selecionar local Panorama Pesquisas História & Fotos Mapas	POPULAÇÃO RESIDENTE	
	Grupo de idade	
	> 0 A 4 ANOS	1.114
	> 5 A 9 ANOS	1.223
	> 10 A 14 ANOS	1.481
	> 15 A 19 ANOS	1.392
	> 20 A 24 ANOS	1.216
	> 25 A 29 ANOS	1.185
	> 30 A 39 ANOS	2.151
	> 40 A 49 ANOS	1.775
	> 50 A 59 ANOS	1.269
	> 60 A 69 ANOS	774
	✓ 70 ANOS OU MAIS	570

Fonte: Adaptado IBGE 2010

Em 2022, em Ipiranga-PR, o público de pessoa idosa chega ao número aproximado de 2.039, distribuídas nas faixas etária de homens e mulheres, segundo os dados do último IBGE (2022), conforme observado na tabela apresentada a seguir:

Tabela 1 - Pessoa Idosa em Ipiranga – PR

IDADE	MULHER QUANTIDADE	HOMEM QUANTIDADE	TOTAL
100 ou MAIS	0	0	0
90 - 95	5	3	8
90 - 94	10	7	17
85 - 89	31	36	67
80 - 84	74	71	145
75 - 79	119	115	234
70 - 74	176	185	361
65 - 69	258	278	536
60 - 64	324	347	671
65 ou mais	Total: 997	Total: 1.042	Total Geral: 2.039

Fonte: Organizado pela autora com a base de dados do IBGE 2022.

Conforme pode se observar na tabela sobre a cidade de Ipiranga, a velhice deu um salto significativo de 2010 ao último censo publicado em 2022. Cerca de 695 pessoas idosas a mais na última pesquisa, com 45 homens idosos a mais que mulheres idosas. A diferença entre sexos não é grande, mas mostra que os homens superam a faixa etária e essa informação é melhor pontuada no tópico sobre o perfil dos idosos, que frequentam o SCFV de Ipiranga.

É notório que a população da cidade de Ipiranga-PR acompanha o crescimento do envelhecimento e de forma acelerada. Com esse número crescente, retoma a premissa da necessidade de políticas públicas voltadas a essa população.

Dentre estas 2.039 pessoas idosas, uma parcela se encontra em algum tipo de vulnerabilidade social e é usuário do SCFV de Ipiranga, dentre os usuários do SCFV, a maioria é mulher e pode se observar no tópico do perfil desses idosos que frequentam o citado espaço.

1.4 OLHARES À PESSOA IDOSA E O ENVELHECIMENTO

A pessoa idosa é aquela, segundo a lei 10.142 de 1º de outubro de 2003, no Art. 1º que institui o Estatuto da Pessoa Idosa, é toda pessoa que tem a idade igual ou superior a 60 anos (sessenta) (Brasil, 2003). São pessoas que têm seus direitos garantidos, conforme o Estatuto da Pessoa Idosa

Art. 2º A pessoa idosa goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física, mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. (Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022) (Brasil, 2003).

O artigo citado refere-se à criação do Estatuto da Pessoa Idosa, estabelecendo sua instituição, com o objetivo de regulamentar os direitos garantidos às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. Em outras palavras, o Estatuto da Pessoa Idosa é uma legislação destinada a proteger e promover os direitos das pessoas idosas, reconhecendo as necessidades específicas desse grupo etário e assegurando-lhes condições dignas de vida. Estabelecendo, assim, a regulamentação dos direitos dessas pessoas idosas, visando garantir seu bem-estar e inclusão na sociedade.

Nesse contexto, tal público tem seus atendimentos também no SCFV, como um dos serviços: proteger e contribuir para o dever das políticas públicas serem direcionadas, para garantir os aspectos da cidadania. A pessoa idosa tem seu espaço na política da assistência social garantida dentro do perfil de direitos.

Pois conforme Veras,

O prolongamento da vida é uma aspiração de qualquer sociedade. No entanto, só pode ser considerado como uma real conquista na medida em que se agregue qualidade aos anos adicionais de vida. Assim, qualquer política destinada aos idosos deve levar em conta a capacidade funcional, a necessidade de autonomia, de participação, de cuidado, de auto-satisfação. Também deve abrir campo para a possibilidade de atuação em variados contextos sociais e de elaboração de novos significados para a vida na idade avançada. (Veras, 2009, p. 449).

Ao se refletir as supracitadas observações no que tange a pessoa idosa, que sofre o processo natural de envelhecimento, que por sua vez, envolve demandas que ocorrem acerca desse processo. Visto que, a velhice atingiu, nos últimos tempos, uma nova roupagem de compreensão, de visão sobre anciãos e reflexão acerca desses termos e políticas para pessoa idosa.

Constata-se que o mundo vive uma mudança demográfica voltada para este público da terceira idade e logo a necessidade de repensar ações para atender a essa mudança. Pois, “nada deveria ser mais esperado e, no entanto, nada é mais imprevisto que a velhice” (Beauvoir, 1990, p. 11).

No entanto, “a velhice nem sempre é encarada de forma natural. Muitos indivíduos querem viver por muito tempo, mas não querem envelhecer. Uma contradição que reflete essa situação pessimista e marginalizadora que a sociedade atribui ao idoso” (Oliveira, 2007, p. 281). Onde se sente fora de seu tempo, sente que o tempo de viver já não é mais dele.

O tempo que um homem considera como seu é aquele em que ele concebe e realiza seus projetos: então chega um período em que eles se fecham atrás dele. O homem idoso, improdutivo e impotente, se vê como uma sombra de uma época anterior. Por isso, ele tão prontamente se volta para o passado: isso foi o tempo que pertencia a ele, o tempo em que ele se via como um indivíduo de primeira classe, um ser vivo (Beauvoir, 1970, p. 435).

E surge a popular frase que se ouve por várias vezes de pessoas idosas: “no meu tempo”, que era onde sentia-se mais capaz, útil na sociedade.

Dessa forma, o crescimento da longevidade traz questões a se refletir sobre essas situações que atravessam os países, o Brasil, contemplando cidades como de Ipiranga-PR. Pois,

A velocidade do processo de transição demográfica e epidemiológica vivido pelo país nas últimas décadas, traz uma série de questões cruciais para gestores e pesquisadores dos sistemas de saúde, com repercussões para a sociedade como um todo (Veras, 2009, p. 449).

O grande desafio das próximas oito décadas é transformar essa configuração populacional, que vem crescendo, também no Brasil, em um envelhecimento saudável e ativo, com seus direitos garantidos, para que possam desfrutar da velhice com bem-estar humano, olhar como espelho de nosso futuro (Veras, 2009).

Porém, o que acontece muitas vezes na sociedade é

Ao invés de valorizarmos a experiência sobrevivida com a idade, a “maturidade”; reduzimos e sufocamos a memória e os projetos dos idosos, roubamos-lhes a confiança, as possibilidades de caminho e de sentido. Também nos recusamos a nos reconhecer no velho que seremos (Beauvoir, 1970, p. 221).

Neste prisma, Oliveira (2007) cita que “a tendência no Brasil é valorizar aquilo que é novo e desprezar o que é velho. [...] Dessa realidade, emerge a necessidade de programas alternativos que garantam maior qualidade de vida para essa população” (Oliveira, 2007, p. 281). E neste viés, a Política de Assistência Social, por meio do SCFV, traz alternativas de atividades que buscam, também, qualidade de vida para a pessoa idosa.

Para Veras (2009), a sociedade, assim como as políticas para a pessoa idosa, considera-se ser pessoa idosa por ter atingido a faixa etária de 60 anos, são pessoas que se conhece como pertencentes à terceira idade ou idosos. Porém, para o autor, o processo de envelhecimento começa desde o momento da concepção, o qual implica deterioração orgânico-progressiva, diminuição das habilidades, aumento da deficiência, produto de todas as mudanças e reajustes, que ocorrem nas pessoas ao longo da vida.

No entanto,

Definir velhice, em tempos de quebra de paradigmas, é um desafio. Há quem faça uso dessa palavra para designar algo ou alguém fora de moda, sem utilidade ou ainda, improdutivo. Felizmente, essa visão pejorativa do termo, vem sendo sobreposta por uma concepção mais ampla, onde fatores como o cronológico, biológico, psicológico e social devem ser analisados. A juventude e a velhice não são concepções absolutas, mas interpretações sobre o percurso da existência e, dessa maneira, são passíveis de transformações. (Oliveira, 2007, p. 280).

Nesse plano, destaca-se que a velhice “não é um passo para a morte”, todavia, mais uma etapa da existência humana, que deve ser encarada de forma constante. Pode-se dizer que “de todas as realidades, a velhice é, talvez, aquela de que conservamos por mais tempo, ao longo da vida, uma noção puramente abstrata” (Beauvoir, 1970, p.29).

Ou seja, o envelhecimento não é uma delimitação fixa, o processo depende de múltiplas variáveis, por exemplo, de uma perspectiva estatística, é definido como aquele estado caracterizado pelas condições físicas e mentais que mais frequência aparecem na população (Camarano, 2014). Arrisca-se dizer: é um privilégio que muitos não alcançam, chegar a velhice é algo para quem vive mais, mais tempo de experiências e realizações se olharmos pela ótica positiva.

Para Beauvoir, (2018, p. 317) “a velhice é o que acontece às pessoas que ficam velhas; impossível encerrar essa pluralidade de experiências num conceito ou mesmo numa noção. Pelo menos, podemos confrontá-las umas com as outras, tentar destacar delas as constantes”.

Por outro lado, o diagnóstico do envelhecimento e da velhice enquadra-se no contexto nacional e é o norte que constitui a base da política social, os dados atualizados ajudam na orientação para as ações das políticas públicas já existentes e para pensar em novas, se necessárias.

Ao considerar o explanado que

O Brasil vai continuar envelhecendo no século XXI e continuará envelhecido nos séculos seguintes. O que precisa mudar é a mentalidade daquelas pessoas que enxergam os idosos como um óbice ao invés de reconhecer as potencialidades da população da terceira idade (Silva, 2022).

Conforme Beauvoir (1970), a idade cronológica marca o início de uma nova etapa da vida e geralmente esse limite de idade na velhice, costuma estar associado no momento da aposentadoria como algo natural e por vezes feliz por alcançar uma etapa de maior tempo para outras vivências.

Isso não significa negar os condicionamentos genéticos, culturais, sociais a que estamos submetidos. Significa reconhecer que somos seres condicionados, mas não determinados. Reconhecer que a história é tempo de possibilidade e não de determinismo, que o futuro, permita-se-me reiterar, é problemático e não inexorável (Freire, 2019a, p.20).

Porém, por outro viés, trazem consigo alterações para quem chega na idade idosa, porque existe uma visão estereotipada e muitas vezes como um fator negativo à velhice pois muitas vezes “o processo de envelhecimento e a velhice são revestidos de preconceitos e de estigmas negativos” (Oliveira, 2013, p.79).

Neste prisma, entende-se que o aumento da longevidade populacional, ao passo que é visto como mais tempo de vivências, como o prolongamento de vida, há o outro lado, conforme discorre (Camarano, 2014, p.1), “mesmo que o envelhecimento seja desejável sob a perspectiva dos indivíduos, o crescimento da população idosa pode acarretar um peso sobre a população jovem e o custo de sustentá-la vir a se constituir numa ameaça ao futuro das nações”.

Como mostra a realização da transição demográfica, o aumento da longevidade tem avançado em todo o mundo e há a necessidade de se articularem ações e estratégias para atender às necessidades do panorama populacional no futuro breve. Pois, segundo a demógrafa Izabel Guimarães Marri, gerente de população do IBGE:

À medida que essas pessoas envelhecem, que esse grupo vai se tornando idoso, não vem um novo grupo tão grande assim para substituí-lo, uma vez que a base da pirâmide já é mais estreita. Ou seja, teremos um grupo menor tendo que produzir muito mais, para sustentar uma parcela maior de idosos (Marri, 2023).

Apesar dessas preocupações que levam a se pensar novas práticas e políticas públicas, sabe-se que a pessoa idosa pertence a uma população que já conquistou espaços no cenário brasileiro, como políticas públicas específicas. A Constituição Federal de 1988 aparece com o objetivo de garantir direitos como:

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

§ 1º Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares.

§ 2º Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos (Brasil, 2023, p. 191).

E principalmente o direito de acesso a outras políticas públicas em âmbito nacional. Com a conquista da Lei 8.842/1994, que instituiu a Política Nacional do Idoso, foi criado o Conselho Nacional do Idoso e também o já citado, Estatuto do Idoso (Lei n.º 10.741, de 1.º de outubro de 2003).

Na sua instituição, a Lei 10.741 era intitulada “Estatuto do Idoso” e passou no ano de 2022, por meio da Lei 14.423, a ser denominada “Estatuto da Pessoa Idosa”. Esta lei regulamenta direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, além de constituir importante proteção de pessoas da terceira idade, que traz no artigo 9º.: “É obrigação do Estado, garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas, que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade.” (Brasil, 2003,).

Dessa forma, essa política garante, no artigo 8º: “o envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social, nos termos desta Lei e da legislação vigente” (Brasil, 2003).

Outra conquista é a implantação das Políticas da Assistência Social, que ofertam serviços, ações com o objetivo de melhoria da qualidade de vida da população, inclusive da pessoa idosa. Como a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) que corrobora com fazer-se garantir direitos visando

coordenar a implementação da Política Nacional do Idoso, em observância à Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, e à Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, e coordenar a elaboração e implementação do Plano de Gestão Intergovernamental e da proposta orçamentária, em parceria com os Ministérios, apresentando para apreciação e deliberação dos Conselhos Nacional da Assistência Social e do Idoso (Brasil, 2004, p. 111).

Busca-se assim, a proteção básica da pessoa idosa, por meio do trabalho realizado pelo CRAS e SCFV, proporcionando a interação social e fortalecimento do vínculo familiar, reduzindo a necessidade de abrigamento nas Instituições de Longa Permanência e a intervenção em situações de vulnerabilidade social.

Com a implantação de espaços específicos para atendimento dos idosos como sujeitos de direitos, a exemplo dos SCFV, que trabalham com grupos de idosos ofertando atividades, ações diversas.

A implantação das Políticas de Atendimento ao Idoso é pensada para que esse público continue participando ativamente da vida em sociedade, com amparo e

condições. Esse documento visa a normatização dos cuidados e atendimento adequado à pessoa idosa, de maneira a garantir-lhes condições de qualidade de vida, especialmente diante do pressuposto fundamental da proteção integral, para que a pessoa idosa continue sendo importante na sociedade como pessoa.

Beauvoir (1990) traz reflexões acerca dessa questão e questiona:

Como deveria ser uma sociedade, para que, em sua velhice, um homem permanecesse um homem? A resposta é simples: seria preciso que ele fosse sempre tratado como um homem [...] A velhice denuncia o fracasso de toda a nossa civilização. É o homem inteiro que é preciso refazer, são todas as relações entre os homens que é preciso recriar, se quisermos que a condição do velho seja aceitável. Um homem não deveria chegar ao fim da vida com as mãos vazias e solitário (Beauvoir, 1990, p. 663-664).

Deste modo, entende-se que os fatos que cerceiam esse fenômeno, vistos a partir de uma determinada realidade, como vista também em Ipiranga, PR, são de grande valia para entender esse conjunto da sociedade. Entende-se esse olhar e amplia a visão sobre as noções da velhice e as demandas sociais, que são específicas dessa faixa etária. “Não se trata apenas de uma preocupação da sociedade política, mas também da sociedade civil, que precisa se conscientizar do envelhecimento da população brasileira” (Oliveira, 2007, p. 281).

É importante salientar, segundo Beauvoir (1990), que a longevidade era um privilégio dos mais abastados até o século XIX. Ao se falar de pessoa idosa, tratava-se principalmente de pessoas inferiorizadas ao longo da história, que não estavam em evidência nos registros mais antigos sobre o envelhecimento humano.

Faz-se necessário pensar ações de cuidados para a pessoa idosa:

Para que a velhice não seja uma irrisória paródia de nossa existência anterior, só há uma solução - é continuar a perseguir fins que deem um sentido à nossa vida: dedicação a indivíduos, à coletividade, a causas, ao trabalho social ou político, intelectual, criador. Contrariamente ao que aconselham os moralistas, é preciso desejar, na última idade, paixões fortes o bastante para evitar que façamos um retorno sobre nós mesmos. A vida conserva um valor enquanto atribuímos valor à vida dos outros, através do amor, da amizade, da indignação, da compaixão. Permanecem, então, razões para agir ou para falar (Beauvoir, 1990, p. 266).

Nessa perspectiva, a Política de Assistência Social, por meio dos SCFV, visa por uma população idosa mais participativa, conhecedora de seus direitos, bem como

a percebe como uma fase diferenciada e que, portanto, exige procedimentos para atendê-los ou inseri-los em projetos específicos.

Além de ser direito da pessoa idosa, o acesso e participação de projetos de políticas voltadas a ela, entende-se, que muitos idosos contribuem para a construção da identidade social, principalmente, de sua comunidade e familiar, de modo a trazer benefícios para a sociedade como um todo. Pode-se mudar a visão de uma sociedade mais inclusiva.

Essa premissa de inclusão está nas políticas da Assistência Social, o SUAS objetiva por meio do CRAS e SCFV a inclusão de pessoas idosas na sociedade considerando a importância da “inserção de sujeito inacabado num permanente processo social de busca” (Freire, 2019a, p.54).

Dessa forma, nota-se que o atendimento a essa demanda se constitui como preocupação no cenário nacional e é também a partir do que se orienta e delimita as ações em âmbito municipal, cada cidade deve ter a organização de CRAS e SCFV e disponibilizar os serviços, conforme o número de habitantes, visando o número de pessoas idosas que podem usufruir dos direitos que a Assistência Social oferece, como a proteção e a prevenção de vulnerabilidades.

A prevenção de vulnerabilidades deve ser uma abordagem prioritária nos domínios social, psicológico, econômico, saúde e prevenção tendo uma ênfase educativa. Toda a população, através da família, do sistema escolar e da mídia social, deve receber educação sobre seu próprio processo de envelhecimento e, além disso, conhecimento sobre como se relacionar com os idosos (Brasil, 2004).

Por sua vez, a população idosa da atualidade deve receber informação e assistência para seu autocuidado, considerar a pessoa idosa no seu contexto sociocultural e econômico.

Dessa forma, é crucial basear as ações em favor da população com 60 anos ou mais, desenvolver ações que levem ao reconhecimento da autonomia, da capacidade de cuidar de si, portanto, ter envelhecimento ativo. Isto implica necessariamente de planejamento de todas aquelas ações, que serão voltadas para o benefício da pessoa idosa, respeitando suas capacidades, diversidades e interesses (Veras, 2009).

A partir da ótica, observada e considerando a realidade de Ipiranga, PR, que acompanha a tendência do crescimento do envelhecimento no Brasil e no mundo, instiga a visão sobre a pessoa idosa em outros contextos de políticas públicas que atendem o público desta faixa etária, salientando o SCFV.

CAPÍTULO 2

AS POLÍTICAS PÚBLICAS QUE ORIENTAM OS SCFVs E OS ASPECTOS HISTÓRICOS DO SCFV NO BRASIL E NA CIDADE DE IPIRANGA – PR

O presente capítulo busca contextualizar o SCFV da cidade de Ipiranga - PR, o qual é o foco da pesquisa e as políticas públicas nacionais que orientam as atividades para pessoas idosas nesta instituição. Para tanto, faz-se necessário trazer sobre o cenário dessa instituição no Brasil e sua constituição como um equipamento do CRAS, que por sua vez é um setor da política pública da Assistência Social. Assim, tem por objetivo: caracterizar a política do SCFV no Brasil e na cidade de Ipiranga - PR.

2.1 POLÍTICAS E POLÍTICA PÚBLICA

Para que se entenda melhor sobre as políticas que regem o SCFV, faz-se necessário discorrer sobre política e políticas públicas.

Tanto a política como as políticas públicas estão ligadas ao poder social, são entidades diferentes, porém influenciam-se mutuamente, ambas são encontradas no sistema político. Embora a política seja um conceito amplo, relativamente ao poder em geral, as políticas públicas correspondem a soluções específicas, sobre como gerir os assuntos públicos (Saravia, 2006).

As políticas públicas são um fator comum na política e nas decisões do governo e da oposição. Dessa forma, a política pode ser analisada como a busca de estabelecer políticas públicas sobre determinados temas, ou de influenciá-los. Por sua vez, parte fundamental do trabalho do governo refere-se à concepção, gestão e avaliação de políticas públicas (Lobato, 2006).

Cabe dizer que a política, no seu sentido mais amplo, tende a moldar tanto as propostas de políticas públicas, como as que são implementadas. Por sua vez, entende-se os governantes como instrumentos para a implementação de políticas públicas.

Neste viés, o mais importante não vem a ser como se organizam as atividades no setor público, mas sim o importante como age o instrumento para a implementação de políticas públicas. Ou seja, a estrutura não é a mais relevante e sim, os resultados.

Deste modo, as políticas públicas contribuem para avaliar aspectos da política, como exemplo: a discussão da agenda pública em toda a sociedade ou as eleições entre candidatos e seus programas, ou as atividades governamentais e as atividades da oposição, se constituem em tarefas de análise sobre estas questões (Lobato, 2006).

Contudo, a política e as políticas públicas nem sempre são encontradas dentro de um determinado sistema político, ou podem ser encontradas de formas muito diferentes. Entende-se que política pública, conforme as

definições dos dicionários de ciência política, encontram-se os seguintes componentes comuns: a) institucional: a política é elaborada ou decidida por autoridade formal legalmente constituída no âmbito da sua competência e é coletivamente vinculante; b) decisório: a política é um conjunto de sequência de decisões, relativo à escolha de fins e/ou meios, de longo ou curto alcance, numa situação específica e como resposta a problemas e necessidades; c) comportamental, implica ação ou inação, fazer ou não fazer nada; mas uma política é, acima de tudo, um curso de ação e não apenas uma decisão singular; d) causal: são os produtos de ações que têm efeitos no sistema político e social (Saravia, 2006, p. 31)

Por um lado, pode haver política sem propostas de políticas públicas e então, temos um sistema político concentrado na distribuição de poder, entre agentes políticos e sociais. A política sem políticas públicas é mais demagógica, menos moderna. E, por outro lado, pode haver políticas públicas, que desconsiderem a política, o que enfraquece a governança social.

Cabe dizer que, políticas públicas sem política tem um problema de concepção. Ou seja, dentro do governo não se pode esquecer a política e fora do governo não se pode esquecer das políticas públicas. Caso contrário, são atividades que realizam uma longa marcha pelo deserto (Saravia, 2006).

O que ocorre segundo estudiosos da área (Brasília, 2019) que governantes, os políticos, sejam conservadores ou radicais, visam a estabelecer políticas públicas de sua preferência, ou bloquear aquelas que lhes são inconvenientes. Em qualquer aliança governamental, necessita a busca de concretizar políticas para realizar o seu papel.

Entende-se assim que para a

realização das políticas públicas, o relacionamento estado/sociedade é determinado pelas condições histórico-estruturais de desenvolvimento de uma dada formação social. Essas condições remetem ao desenvolvimento

das relações de produção, que, interagindo dialeticamente com características históricas e culturais, determinam padrões diversos desse relacionamento, em momentos históricos também diferentes, que permeiam direta ou indiretamente toda a sociedade. Mas os padrões desse relacionamento não são necessariamente passíveis de apreensão e podem, mesmo, ser contrariados, em situações políticas específicas. Já o plano de formulação de políticas públicas requer outras condições, que residem em um nível mais singular e são dadas pela organização sociopolítica específica onde se formula a política pública. Nessa, são relevantes as organizações sociais e políticas vigentes (regime político e padrão de organização da sociedade), as condições econômicas e, em maior ou menor grau, as condições tecnológicas e culturais. Como nível intermediário, a análise de formulação de políticas também não possibilita que se incorra diretamente sobre padrões de relacionamento estado/sociedade (Lobato, 2006, p. 302-303).

Políticas públicas de forma democrática são aquelas desenvolvidas pelo setor público e, frequentemente, com a participação da comunidade e do setor privado. Uma política pública de qualidade incluirá diretrizes ou conteúdos, instrumentos ou mecanismos, definições ou modificações institucionais e a previsão de seus resultados.

É notório que a criação de uma política pública, se resulta de lutas sociais de necessidades de melhoria na sociedade, a busca por direitos, por se cumprir direitos já conquistados, por lutas a se concretizar o que se trata na teoria, assim concorda-se com o estudioso educador Paulo Freire que “não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão. Mas, se dizer a palavra verdadeira, que é trabalho, que é práxis, é transformar o mundo” (Freire, 2005, p 38).

Cabe dizer que uma política pública corresponde ao trabalho de ação, reflexão, discussões e fluxos de informação relacionados com um objetivo político definido (Saravia, 2006), conforme pode-se observar nas políticas da Assistência Social, que orientam os SCFV.

2.2 OS SCFV NO BRASIL: ASPECTOS HISTÓRICOS E AS POLÍTICAS QUE ORIENTAM ESTE EQUIPAMENTO

2.2.1 Política da Assistência Social

No Brasil, o SCFV é instituído por meio das políticas públicas de Assistência Social. Ao falar das políticas que orientam o SCFV no Brasil, faz-se necessário voltar na década de 1980, ano em que a assistência social tem o espaço conquistado como

política pública. Ainda que houvesse a prática de assistência social, ela era vista mais como assistencialismo. Foi apenas em 1998, que se tornou uma política pública pensada para todos.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS “antes da Constituição Federal de 1988, a Assistência Social era uma política para poucos, pois era dirigida apenas para uma parcela da população, que podia contribuir com a seguridade social” (Brasil, 2023).

Para MDS era comum, como ainda se vê em alguns municípios a política da assistência social, as secretarias de assistência social serem comandadas pelas primeiras-damas ou mães de prefeitos ou governadores, sem a formação técnica-científica nesta área, ou seja, voltava-se para o populismo, muitas vezes subvencionada pela filantropia. “Também era fragmentada, descoordenada e mal distribuída entre os diversos territórios do país” (Brasil, 2023). Dessa forma, os direitos de proteção social não eram assegurados a todos os cidadãos.

Então, com a aprovação de um conjunto de direitos sociais estabelecidos na Constituição Federal de 1988, instituiu a política de Assistência Social integrando os direitos de proteção social, como benefícios da previdência social.

Ao se tornar direito da(o) cidadã(o), que deve ser garantido pelo Estado, sem contraprestação pelos usuários, ou seja, com caráter não contributivo, a política pública de assistência social seguiu uma trajetória de rompimento do quadro histórico de quase ausência estatal e ações marcadas pelo clientelismo e paternalismo, no qual a assistência era voltada à ajuda aos pobres, sob a lógica da caridade, filantropia e benemerência (Brasil, 2023).

E esta proteção social visa que os cidadãos tenham garantia de acesso a um conjunto de direitos que protegem de situações de vulnerabilidades sociais. Dessa forma, “a seguridade brasileira emerge como um sistema de cobertura de diferentes contingências sociais, que podem alcançar a população em seu ciclo de vida, sua trajetória laboral e em situações de renda insuficiente” (Yazbek, 2010, p.16).

A Constituição Federal de 1988, abriu espaço para que a Política da Assistência Social se tornasse uma política de garantias de direitos sociais da população brasileira, e mais tarde decorrente desta, outras políticas públicas foram desenvolvidas na perspectiva em atender e aprimorar a política da Assistência Social, no que dispõe a Constituição no capítulo II, Seção IV, que dispõe no artigo 203: “A

assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice” (Brasil, 1988, p.172).

2.2.2 Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS

Quando se fala em política social no Brasil, remete-se a traços da história brasileira, com as marcas de subordinação, da ausência de compromissos democráticos e que trazem também lutas em defesa dos direitos de cidadania (Freire, 2019).

A partir da conquista da organização da Política da Assistência, com base nas diretrizes da Constituição de 1988, foi promulgada em 7 de dezembro de 1993 a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (Lei n. 8.742/93), que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências e legislação correlata, regulamenta a política da Assistência Social.

“Foi criada com o objetivo de garantir uma política de proteção a quem necessita. Sua promulgação foi fruto do esforço conjunto de parlamentares, gestores, servidores públicos e representantes da sociedade civil” (Silva *in* Brasil, 2011, p. 8).

A Lei LOAS traz o que foi instituído na Política da Assistência dispondo no capítulo 1 as definições dos objetivos que são:

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

2 Art. 2º A assistência social tem por objetivos:

I – a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

- a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;
- c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- e) a garantia de um salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família;

II – a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

III – a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais;

IV – (revogado);

V – (revogado). 8 Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais (Brasil, 2011, p. 10 -11).

É notório que a LOAS tem um papel bastante relevante, que busca romper com a visão assistencialista, “cria uma nova matriz para a política de assistência social, inserindo-a no sistema do bem-estar social brasileiro, concebido como campo do Seguridade Social, configurando o triângulo juntamente com a saúde e a previdência social” (Brasil, 2004, p. 31), corroborando com o objetivo da instituição da política de Assistência Social, abrindo possibilidades de desenvolvimento da autonomia e do protagonismo dos sujeitos por meio das oportunidades de acesso à benefícios e serviços (Arregui, *et al*, 2007).

2.2.3 Política Nacional de Assistência Social - PNAS e Sistema Único de Assistência Social - SUAS

Neste viés, posteriormente a LOAS, se deu início às conferências da assistência social, eventos que objetivaram traçar metas coletivamente, com a proposta de avanços para melhores atendimentos dos usuários dessas políticas.

A primeira Conferência Nacional da Assistência Social ocorreu em novembro de 1995, porém foi na IV Conferência Nacional de Assistência Social realizada em dezembro de 2003, que ocorreu a deliberação para a construção do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, visando dar efetividade de forma mais organizada à assistência social como política pública.

Na perspectiva de colocar em prática o que se vinha pontuando nas conferências e política da assistência, surge o Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, com essa nomenclatura em 2003, que já existia como Plano Nacional de Atendimento Integral à Família - PNAIF, desde 1999 (Brasília, 2009), mas a nomenclatura trouxe mais ênfase em atendimentos à proteção da família, em organização de Centro de Referência.

O ano de 2004 teve um marco importante para as Políticas Públicas da Assistência Social. Foi um ano de cuidados com concepções de especificidades para

o cuidado com as desigualdades sociais no Brasil, conforme o caderno de concepções, Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (Brasil, 2017).

A partir de 2004, foi reafirmando mais a necessidade de desenvolver metodologias para combater as desigualdades e amenizar a impossibilidade de acesso aos direitos humanos sociais.

Tão logo, em novembro de 2004, foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, esta política visa colocar em prática as diretrizes da LOAS, que busca a inserção na Seguridade Social, tendo um cunho de política pública de caráter da Proteção Social com articulações com outras políticas do campo social na perspectiva da garantia de condições de dignidade de vida e de direitos aos cidadãos em geral.

A Política Pública de Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. Sob essa perspectiva, objetiva:

- Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem.
- Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural.
- Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família e que garantam a convivência familiar e comunitária (Brasil, 2004, p. 33).

A PNAS é uma política pública, que traz uma visão de proteção social na totalidade da população em toda região territorial. Realça a relevância dos serviços socioassistenciais de atuar em todas as esferas da sociedade.

Assim, na perspectiva dessa materialização, em 2005 foi implantado o SUAS o qual

define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de assistência social possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede socioassistencial e, ainda, os eixos estruturantes e de subsistemas conforme aqui descritos:

- Matricialidade Sociofamiliar.
- Descentralização político-administrativa e Territorialização.
- Novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil.
- Financiamento.
- Controle Social.
- O desafio da participação popular/cidadão usuário.

- A Política de Recursos Humanos.
- A Informação, o Monitoramento e a Avaliação (Brasil, 2004, p. 39).

Para efetivar a implementação desse sistema único da assistência social, foi implementado junto ao SUAS a Norma Operacional Básica - NOB, e assim possibilitando desempenhar o proposto da política da assistência social de uma forma unificada, com um direcionamento mais assertivo, então a nomenclatura fica NOB/SUAS, uma referência de unidade única que abrange “todo o território nacional de nomenclatura, conteúdo, padrão de funcionamento, indicadores de resultados de rede de serviços, estratégias e medidas de prevenção de riscos e vulnerabilidades sociais” (Brasil, 2005, p. 95), conforme já disposto, com a função de estabelecer parâmetros, para a organização da rede socioassistencial.

2.2.4 Centro de Referência da Assistência Social - CRAS

Com a implantação do SUAS, ficou mais visível e organizada a materialização das ações da política da Assistência Social por meio dos

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social, espaços físicos caracterizados como a porta de entrada dos usuários dos serviços de assistência social. Nestes centros, concentram-se as ações direcionadas às pessoas e famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social, prevenindo situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades, de aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Para desenvolver as ações de Proteção Social básica [...] (Martins; Mazur, s/ano, p.03).

O CRAS rapidamente foi ganhando espaço em todos municípios dos Estados brasileiro, uma conquista que se tornou uma sigla corrente. Porém, sua implementação não foi simples, gerou desafios de gestão municipal e monitoramento. (Brasil, 2009).

E decorrente dos anos, foram crescendo as unidades CRAS pelo Brasil, como citado anteriormente, em 2003, existiam 454 unidades espalhadas em lugares estratégicos visando atender os aspectos principais básicos da política de assistência

social e este número aumentou consideravelmente e segundo o último Censo SUAS⁴ (2022), no Brasil, constam 8.545 unidades de CRAS. Até o ano da citada pesquisa, sendo 573 unidades destas no estado do Paraná e uma destas na cidade de Ipiranga-PR, cidade *in loco* desta pesquisa.

Segundo a PNAS, as Unidades de CRAS são serviços de Proteção Social Básica que “potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais” (Brasil, 2004, p. 36). E sendo a “porta de entrada da Assistência Social. É um local público, localizado prioritariamente em áreas de maior vulnerabilidade social” (Brasil, 2019).

O estudo da região a ser construído o CRAS, faz-se necessário para atender a NOB/SUAS, colocar em prática PNAS, então “a partir do adequado conhecimento do território, o CRAS promove a organização e articulação das unidades da rede socioassistencial e de outras políticas. Assim, possibilita o acesso da população aos serviços” (Brasil, 2019).

Segundo a PNAS, o CRAS é uma unidade da Assistência Social que se distingue de outras, conforme o caderno de orientações do CRAS, “é a única unidade que desempenha as funções de gestão da proteção básica no seu território e de oferta do Programa de Atenção Integral à Família - PAIF. Além do PAIF, oferta obrigatória e exclusiva do CRAS” (Brasil, 2009, p.19).

Ou seja, essa singularidade se dá pelo fato de ter “as funções exclusivas de ofertar o Programa de Atenção Integral à Família - PAIF e de fazer a gestão da proteção básica no território de abrangência” (Brasil, 2009, p.20).

2.2.5 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV no Brasil

Após a consolidação do CRAS no Brasil, conforme cita o documento oficial a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, com a Resolução nº 109, de 11

⁴ O Censo SUAS é um processo de monitoramento do Sistema Único de Assistência Social. É a coleta de informações sobre os padrões de serviços, programas e projetos realizados na esfera de ação do Sistema Único da Assistência Social e de seu controle social. O Censo SUAS é realizado pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) conjuntamente com a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), e os questionários são preenchidos por gestores e conselhos municipais estaduais de assistência social. (Brasil, 2024).

de novembro de 2009, criada para organizar e direcionar melhor os trabalhos realizados pela Proteção Básica e Proteção Especializada. Esse documento levou à regulamentação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV (Brasil, 2009).

Desta forma, o SCFV no Brasil foi regulamentado pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais de 2009 e reordenado em 2013, pela Resolução CNAS nº 01/2013 (Brasil, 2013).

Desde o ano de instituição reordenado como SCFV, este serviço tem como papel promover junto ao CRAS, o atendimento social e acompanhamento familiar, ações socioeducativas com grupos, aprimoramento da oferta de ações, serviços, projetos e benefícios socioassistenciais no município, ações intersetoriais⁵ em parceria com a rede e com demais políticas públicas, garantir aos usuários o acesso a bens e serviços, como direitos sociais, através de ações que visem fortalecer o processo de articulação com a rede socioassistencial e outras políticas públicas (Brasil, 2017).

As Tipificações buscam também, aprimorar estratégia e metodologias do SCFV para oferta de serviços às famílias em situação de vulnerabilidade social e de extrema pobreza, realizar serviço de proteção social básica para pessoas com deficiência e pessoas idosas, desenvolver o programa de inclusão produtiva (encaminhar e incentivar capacitação e qualificação profissional e geração de renda) e enfrentamento a pobreza, garantir a prioridade de acesso nos serviços e ações socioeducativos, intersetoriais e socioassistenciais, visando à reconstrução e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários para as diferentes faixas etárias, conforme as necessidades de cada ciclo de vida (Brasil, 2013).

Neste viés, o SCFV atua referenciado diretamente ao do CRAS (ainda que existam Serviços de Convivência / Centro de Convivência indireto à referência do CRAS), atua na Proteção Social Básica - PSB, sendo um dos eixos que compõem a Política Nacional de Assistência Social, trabalha com público que tem como porta de entrada, como acesso ao CRAS.

⁵ É um trabalho conjunto realizado de forma articulada e integrada entre diferentes políticas setoriais, integração de diversos serviços, órgãos e instituições com a efetivação dos direitos sociais. (Brasil, 2004).

Nesta ótica, a Proteção Social Básica visa dar proteção integral ao cidadão, conforme preconizado na Carta Magna de 1988 (Constituição Federal) e na LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social de 1993, garantindo a Assistência Social como um direito garantido pelo Estado ao cidadão brasileiro (PNAS, 2004, p. 33).

Segundo a PNAS, o SCFV é criado como forma de garantir a segurança de famílias quanto a convivência, por meio de ofertas de atividades coletivas socioeducativas, lúdicas e socioculturais, que proporcionam o fortalecimento de vínculos familiares e com a comunidade, o convívio social. Dessa forma, complementando o trabalho do PAIF, proteção das famílias.

O “SCFV visa por meio de atividades grupais, fortalecer os vínculos familiares e comunitários, incentivando o protagonismo das famílias na superação das vulnerabilidades sociais” (Brasil, 2016, p. 7).

Ele é um setor complementar aos trabalhos sociais desenvolvidos em setores, é referenciado ao CRAS e este por sua vez, é um equipamento da Política da Assistência Social desenvolvido dentro da Proteção Social Básica, assim tem por finalidade: atendimento às pessoas e famílias em situação de vulnerabilidades diversas.

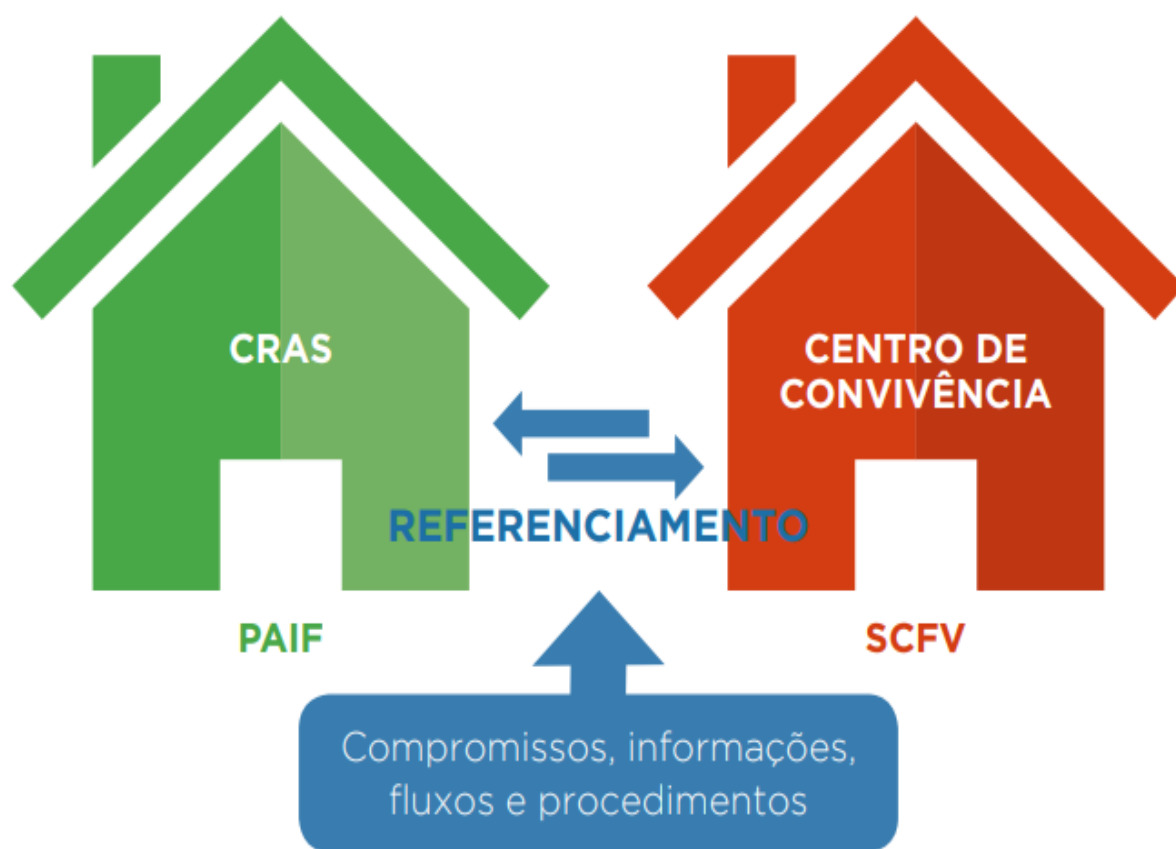
Dessa forma, atua na prevenção de situações de riscos, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo, visando ao desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias, bem como o fortalecimento e a qualificação de vínculos familiares, comunitários e de pertencimento, incluindo a família em situação de vulnerabilidades sociais como sujeitos da proteção social.

O CRAS como diz a sigla é Centro de Referência de Assistência Social para todas as outras instituições e ou órgãos que atuem em eixos que envolvam atividades e proteção básica da sociedade (Brasil, 2004), logo o SCFV atende essas especificidades.

Deste modo, torna-se imprescindível o desenvolvimento das ações de forma organizadas, sistematizadas e planejadas, visando maior alcance na contemplação de respostas às demandas apresentadas pela população. Para tanto, para contemplar a proteção básica no município, o CRAS, geralmente, é composto do SCFV, um setor como extensão do CRAS, que desenvolve atividades coletivas como: grupos e oficinas (Brasil, 2013).

As atividades desenvolvidas no SCFV “quanto os projetos e programas da proteção básica, que são desenvolvidos no território de abrangência do CRAS devem ser a ele referenciados” (Brasil, 2016, p. 8) é o que se chama de referenciamento, onde os dados dos usuários são compartilhados, cruzados, conforme a Figura 3 a seguir ilustra:

Figura 3 – Articulação e referenciamento entre os serviços do CRAS e SCFV



Fonte: Caderno de Orientações do SCFV - 2016. (Brasil, 2016, p.8)

Nota-se na figura 3, a articulação que se exige nos procedimentos na proteção básica, “tal articulação possibilita a operacionalização e a organização do atendimento e/ou acompanhamento das famílias dos usuários do SCFV e dos participantes de outros programas, projetos e benefícios da proteção social básica” (Brasil, 2016, p. 8).

Portanto, as atividades coletivas no SCFV já carregam o intuito de trabalhar a convivência, oportunizar acessos nas políticas públicas em geral, ser valorativo para os usuários, ações mais democráticas, visando a inclusão social. Assim, “o SCFV

organiza-se em grupos, de modo a ampliar as trocas culturais e de vivências entre os usuários, assim como desenvolver o seu sentimento de pertença e de identidade” (Brasil, 2016, p. 13).

Na descrição geral da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, documento que direciona os serviços da Assistência Social, afirma que o SCFV é um

Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social (Brasil, 2009, p.16).

No entanto, segundo orientações das Tipificações, para um atendimento adequado em todo território, para que se possibilite efetivar os serviços descritos de responsabilidades do SCFV, faz-se necessário uma organização de CRAS e SCFV em cidades, conforme as demandas em número populacional, que seja adequado ao número de profissionais e aporte a demanda para atendimento de qualidade.

Esta organização, parte da pesquisa territorial, quantos habitantes, região que residem, perfil populacional, políticas públicas existentes, perfil social e demográfico, são aspectos que contribuem para pensar ações e organizar a equipe necessária.

Desta forma, seguindo as normativas federais, em vista das necessidades de reorganização das políticas públicas para diminuir as desigualdades sociais, trabalhando nas situações de vulnerabilidades e, atendendo as orientações do ministério do desenvolvimento se deu a organização e a implementação do CRAS e tão logo, a implementação do SCFV na cidade de Ipiranga- PR, unidade referenciada diretamente ao CRAS, sendo este o espaço da presente pesquisa.

Cabe lembrar que referenciados diretos é quando o CRAS oferece este serviço e é desenvolvido pela própria equipe, diretamente ligada a gestão do CRAS, “significa, portanto, integrar o SUAS. Trata-se de gerir, a partir do CRAS e de maneira

coordenada com a rede socioassistencial, a acolhida, a inserção, o atendimento, o encaminhamento e o acompanhamento dos usuários do serviço” (Brasília, 2002, p. 63) e referenciado indireto é uma instituição que realiza atividade do SCFV por meio de entidades, fundações, ou organização de assistência social que tem equipe própria, ao invés de ser exercido por equipe pública diretamente. Mas o CRAS referência indiretamente, com as orientações e acompanhamento e deve ser seguido as diretrizes do SUAS.

Conforme o último Censo SUAS (2022), no Brasil, há 8.041 unidades de SCFV, sendo destes 204 serviços indiretos do CRAS e 7.837 referenciados diretos. Esse total se pode observar por Estado, conforme a tabela a seguir:

Tabela 2 - Quantidade de SCFV em cada Estado do Brasil referenciado diretamente ao CRAS

ESTADO	Nº de UNID de SFCV	ESTADO	Nº de UNID de SFCV
Acre (AC)	16	Paraíba (PB)	150
Alagoas (AL)	56	Paraná (PR)	630
Amapá (AP)	6	Pernambuco (PE)	376
Amazonas (AM)	149	Piauí (PI)	53
Bahia (BA)	331	Rio de Janeiro (RJ)	360
Ceará (CE)	173	Rio Grande do Norte (RN)	156
Distrito Federal (DF)	68	Rio Grande do Sul (RS)	432
Espírito Santo (ES)	196	Rondônia (RO)	41
Goiás (GO)	286	Roraima (RR)	3
Maranhão (MA)	289	Santa Catarina (SC)	244

Mato Grosso (MT)	76	São Paulo (SP)	2526
Mato Grosso do Sul (MS)	202	Sergipe (SE)	88
Minas Gerais (MG)	844	Tocantins (TO)	11
Pará (PA)	75		
Total de Unidades de SCFV no Brasil = 7.837			

Fonte: Organizada pela autora com base nos dados do Censo SUAS - 2022.

Conforme se pode observar na tabela apresentada, no Paraná, há 630 unidades de SCFV referenciada diretamente ao CRAS, sendo uma delas na cidade de Ipiranga - PR e sobre esta unidade, que se direcionou esta a pesquisa.

2.3 O SCFV NA CIDADE DE IPIRANGA - PR E AS POLÍTICAS QUE ENVOLVEM AS ATIVIDADES REALIZADAS NESTE ESPAÇO

2.3.1 Trajetória da política da assistência social do município de Ipiranga de 2003 até 2023

Para falar do SCFV de Ipiranga, cabe voltar os olhares para a trajetória da política da Assistência Social até a constituição desse equipamento nesta cidade.

Os marcos que se tem registro são do ano 2003, onde a Assistência Social ainda fazia parte da Divisão de Saúde. O atendimento ao público era realizado no Departamento Municipal de Saúde e a Ação Social contava com apenas uma assistente social. Nesta organização, não havia distinção entre serviços de Saúde e de Assistência Social.

Em 2006, a Assistência Social teve um avanço com a sua sede transferida para outro local, contando nesta ocasião com duas profissionais e o espaço físico. Também, os recursos da assistência foram separados da saúde, ainda que o atendimento ainda fosse unificado.

Dois anos mais tarde, em 2008, a Ação Social conquista mais espaço e inclusive físico, o prédio conhecido como Centro de Integração e Atenção à Mulher e à Infância (CIAMI), passou a ser denominado Departamento de Assistência Social e neste local, passou a realizar os atendimentos sociais e o programa Bolsa Família.

Outras conquistas importantes ocorreram em 2010. Naquele ano, foi nomeado um diretor para o Departamento de Assistência Social e a contratação de mais uma assistente social. Ocorreram novas reformas no local dos atendimentos e foram realizadas adaptações, para que iniciasse as atividades do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, o qual permanece até os dias atuais. Foram realizadas modificações na lei de criação do Conselho Municipal de Assistência Social, a fim de adequá-la ao SUAS - Sistema Único de Assistência Social.

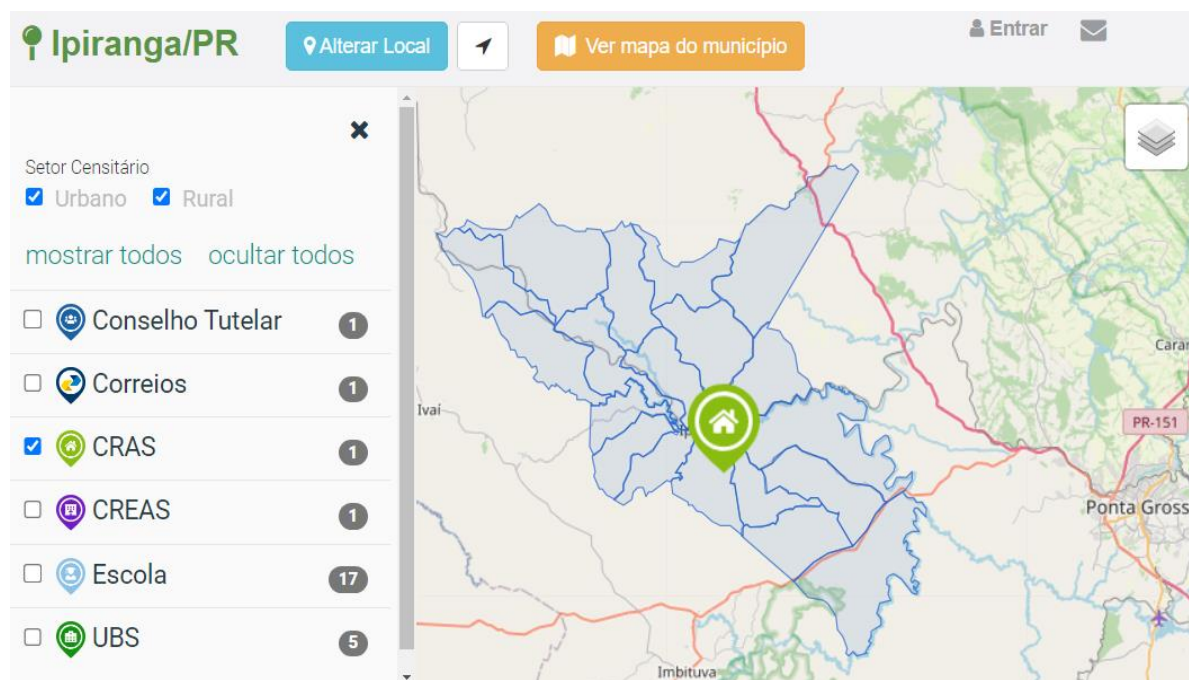
Além disso, foi reorganizando a estrutura organizacional da prefeitura, sendo que o Departamento de Assistência Social passou a ser denominado Secretaria Municipal de Assistência Social.

No ano seguinte, em 2011, foi criado o Fundo Municipal de Assistência Social. Só a partir de então, é que foram efetivamente separadas as demandas de atendimento: Saúde, Secretaria de Assistência Social e CRAS. A partir do CRAS, em 2017, se constituiu o SCFV.

2.3.2 O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos na Cidade de Ipiranga - PR.

Atualmente, o município de Ipiranga - PR, possui apenas uma unidade de CRAS, conforme ilustrado na Figura 4 a seguir:

Figura 4 – Mapa da localização da unidade CRAS/SCFV em Ipiranga – PR



Fonte: MOPS – Mapas Estratégicos para Políticas de Cidadania. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/mops/serv-mapa.php?s=1&codigo=411050>. Acesso em: 10 de nov. 2023.

Esta unidade de CRAS está localizada em um bairro considerado com demandas altas de vulnerabilidades sociais, quando sua pesquisa de implementação fica próximo ao centro da cidade. Sua implementação se deu no dia 01 de julho de 2010, atende toda população ipiranguense, que vivem na região rural e região urbana, conforme a demanda e as necessidades.

Com as políticas da Assistência Social se consolidando, de forma a articular metodologias para melhor desenvolver o papel social em todo o território brasileiro, posteriormente a implementação do CRAS, passados sete anos, foi implementado o SCFV no município de Ipiranga, em 2017.

Assim, a partir da política que já havia se reordenado no Brasil, com essa nomenclatura, no ano de 2013, o SCFV de Ipiranga-PR foi inaugurado no dia 05 de outubro de 2017, conforme pode ser observado na sequência na figura 5:

Figura 5 - Placa de inauguração do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Ipiranga – PR



Fonte: Arquivo da pesquisadora (2023).

Até ano de 2017, em Ipiranga-PR havia um Centro de Convivência do Idoso, que não era referenciado diretamente pelo CRAS, era conduzido com uma organização mais autônoma, com atividades mais livres dentro das organizações do público que frequentava e sem o compromisso de seguir as especificidades, as exigências que um grupo de SCFV referenciado direto ao CRAS necessita, então a organização não seguia, necessariamente, tais diretrizes das Políticas da Assistência Social.

As atividades funcionavam neste imóvel, onde se deu a implementação do espaço físico do SCFV e que funciona ainda, até o momento de pesquisa *in loco* neste ano de 2023, espaço ilustrado na figura 6 a seguir:

Figura 6 - Foto do local físico do Serviço e Fortalecimento de Vínculos de Ipiranga-PR



Fonte: Arquivo da pesquisadora (2023).

Com a implementação de uma unidade de CRAS e posteriormente, com regulamentação do SCFV no Brasil, havendo assim a necessidade de uma unidade direta de SCFV referenciada ao CRAS, o Centro de Convivência do Idoso da cidade de Ipiranga-PR passa a fazer parte das políticas de assistência e o grupo deste centro social é direcionado ao SCFV. As atividades passam a ser conduzidas por técnicos funcionários da equipe CRAS e orientados pelos documentos norteadores das Políticas Sociais.

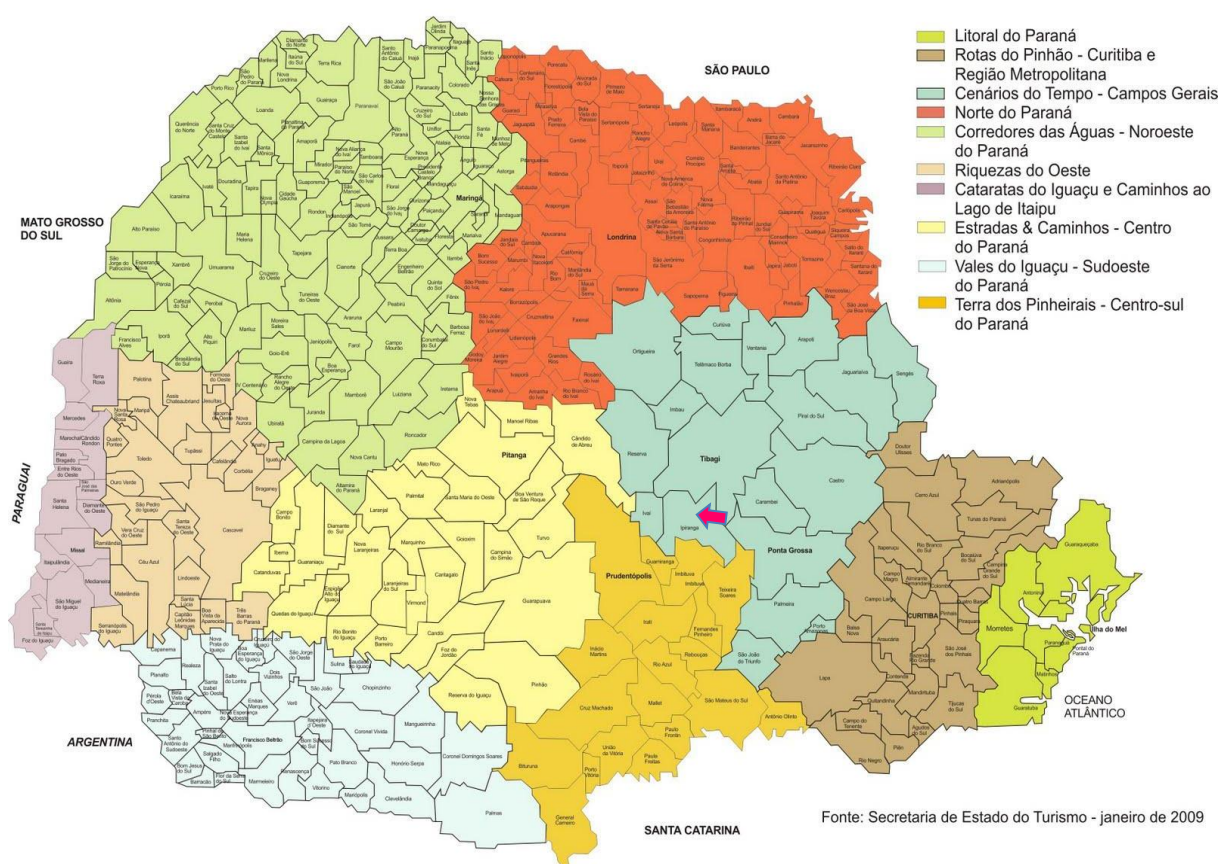
Até o ano de 2023, a cidade de Ipiranga continua com uma unidade de CRAS e uma Unidade de SCFV, devido às premissas da Política Nacional de Assistência Social - PNA e Sistema Único de Assistência Social - SUAS, que classifica os

municípios pelo porte, conforme índice populacional e a divisão dos serviços por proteção social básica e especial.

De modo a situar espacialmente, cabe dizer que o SCFV de Ipiranga-PR está localizado no Centro da Cidade, cuja cidade está situada nos Campos Gerais, no interior do estado do Paraná.

Na Figura 7, a seguir, é ilustrado o mapa do estado do Paraná, apontando a localização da cidade de Ipiranga, com uma marcação na cor rosa.

Figura 7 – Mapa do Estado do Paraná



Fonte: Secretaria de Estado do Turismo, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-2-Municipios-com-presenca-de-atrativos-na-Regiao-Turistica-Norte-do-Parana-Fonte_fig2_325662979. Acesso em: 20 de mai. 2023.

Conforme visto na Figura 7, o SCFV está localizado em um município do interior, que pertence aos Campos Gerais como é intitulado as regiões aproximadas da cidade de Ponta Grossa - PR.

Pelo fato do município de Ipiranga possuir uma população total estimada em 14.142 habitantes, entre região rural e urbana, segundo os dados contabilizados pelo IBGE, 2022⁶, é classificado como Município pequeno 1 - Município de Porte 1 - assim classificado por ser município com população até 20.000 habitantes.

2.3.3 Políticas de Acesso às Atividades Ofertadas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Considerando a tipologia da população e o contexto que estão inseridos, há uma parcela da população que, em especial as pessoas idosas, têm as atividades do SCFV, a conhecer mais adiante, como parte de suas rotinas e lazer. E para participar das atividades ofertadas no SCFV, há alguns critérios de acesso, que segundo a política da Assistência Social, é seguida por documentos norteadores que buscam garantir os direitos de quem realmente o possui e pode desfrutar destes.

São critérios das políticas da Assistência Social definidos, especialmente, pelas Tipificações Nacionais dos Serviços Socioassistenciais. Segundo este documento, as pessoas idosas para terem acesso precisam ter

Idade igual ou superior a 60 anos, em situação de vulnerabilidade social, em especial: - Idosos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada; - Idosos de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda; - Idosos com vivências de isolamento social por ausência de acesso a serviços e oportunidades de convívio familiar e comunitário e cujas necessidades, interesses e disponibilidade indiquem a inclusão no serviço (Brasil, 2009, p. 19).

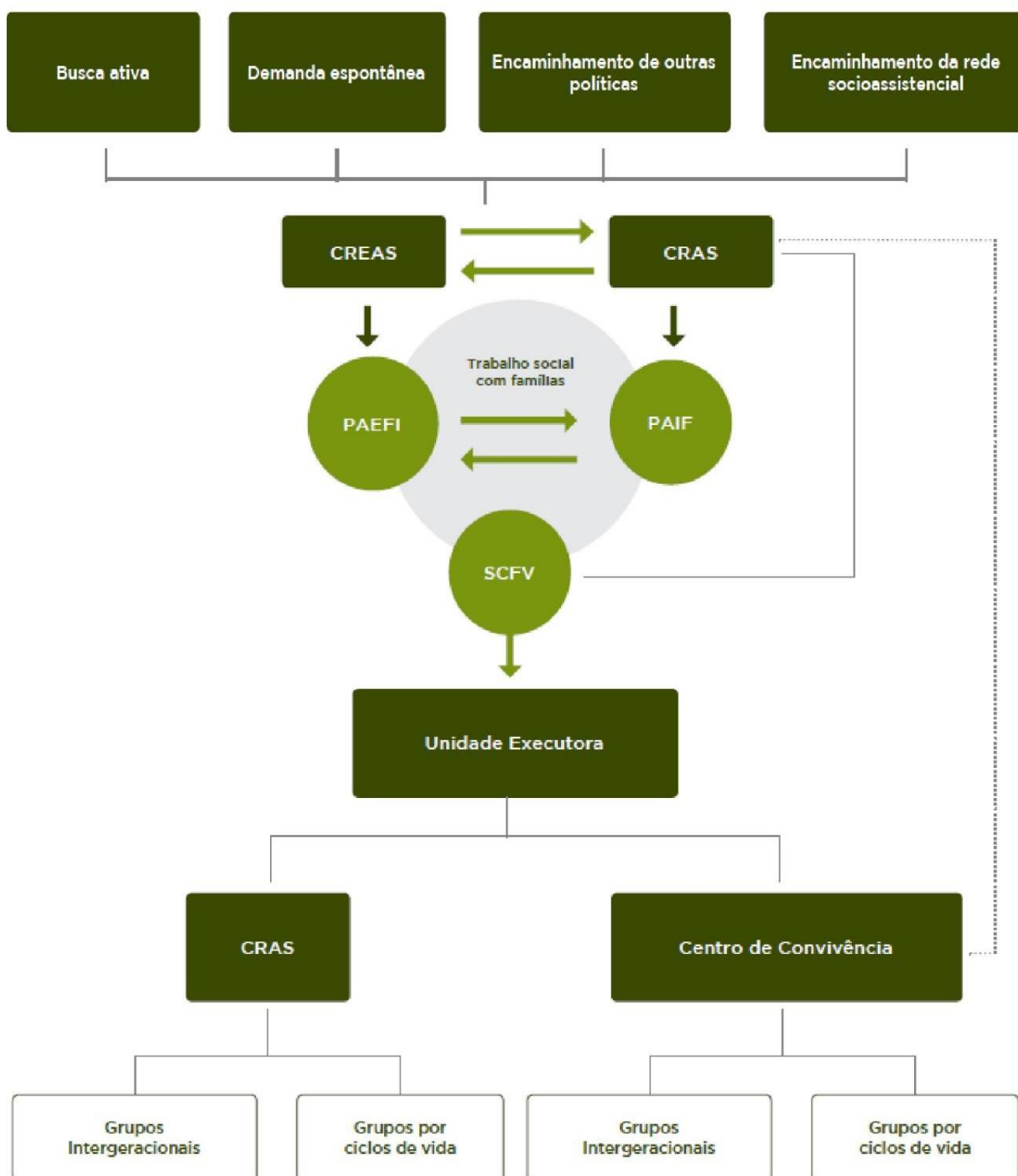
Desse modo, se o acesso depende da identificação de alguma ou mais vulnerabilidade social, essa identificação passa por um diagnóstico por meio de uma conversa direcionada, que envolve uma escuta de um técnico onde identifica se há fragilidades, alguma situação de vulnerabilidade, que se encaixe em algum ou mais critérios de prioridade.

Para que esse diagnóstico ocorra, o contato pode ser pelo meio da busca ativa por técnicos que atuam no CRAS, por meio acesso por encaminhamento de outros

⁶ Análise realizada conforme os dados retirados do site do IBGE, 2022, conforme a última pesquisa realizada e publicada que pode sofrer alguma alteração até a data de realização desta pesquisa.

serviços, por demanda espontânea, quando o usuário busca pelo serviço por conta própria, por algumas dessas formas, conforme se pode visualizar na figura a seguir:

Figura 8 – Formas de acesso ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos



Fonte: Caderno de Orientações do SCFV - 2016. (Brasil, 2016, p.10)

Como se pode observar na Figura 8: O acesso ao SCFV se dá por meio da busca ativa, que consiste nos técnicos do CRAS fazerem visitas domiciliares às pessoas com possíveis vulnerabilidades e averiguar a necessidade de encaminhar aos serviços do CRAS, como também participar das atividades do SCFV, ou por demanda espontânea, que é quando a pessoa busca por conta própria integrar-se aos serviços ou por encaminhamento de outras políticas e também pode se dar por encaminhamento da rede socioassistencial.

Quando se dá o acesso ao identificar vulnerabilidades, se embasa nas definições do contexto das políticas da Assistência Social, que segundo o caderno de concepção do SCFV,

[...] vulnerabilidade pode ser definida como exposição a contingências e tensões e às dificuldades em lidar com elas. Por um lado, os riscos, choques e tensões de que um indivíduo, grupo familiar, comunidade, é objeto e, por outro lado, desproteção, significando falta de meios para responder, sem perda prejudicial. É necessário destacar que a noção de vulnerabilidade precede a identificação dos grupos mais vulneráveis, uma vez que exige especificar riscos e determinar tanto a capacidade de resposta dos grupos como sua habilidade para adaptar-se ativamente. Nesse sentido, a fragilidade institucional, a falta de equidade socioeconômica e as precárias condições socioambientais do território são consideradas riscos, pois obstruem o desenvolvimento socioeconômico e impedem a coesão social (Brasil, 2017, p. 39).

Conforme as descrições, as pessoas idosas que se encaixam em algum desses critérios e tão logo se constitui perfis com diversas vulnerabilidades e vivências, são formados grupos com histórias, com bagagens heterogêneas, mas que se voltam para objetivos que se assemelham, em busca principalmente, de bem-estar. Perfis que se encaixam em alguma vulnerabilidade também são chamados na Política de Assistência Social de público prioritário.

Segundo o que traz a Resolução CIT nº 01/2013 e a Resolução CNAS nº 01/2013, considera-se público prioritário para o atendimento nos grupos ou oficinas do SCFV, crianças e/ou adolescentes **e/ou pessoas idosas** nas seguintes situações: isolamento; trabalho infantil; vivência de violência e/ou negligência; fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos; em situação de acolhimento; em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto; egressos de medidas socioeducativas; situação de abuso e/ou exploração sexual; com medidas de proteção

do ECA; crianças e adolescentes em situação de rua; vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência.

E neste prisma, o SCFV:

Tem por foco o desenvolvimento de atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social. A intervenção social deve estar pautada nas características, interesses e demandas dessa faixa etária e considerar que a vivência em grupo, as experimentações artísticas, culturais, esportivas e de lazer e a valorização das experiências vividas constituem formas privilegiadas de expressão, interação e proteção social. Devem incluir vivências que valorizam suas experiências e que estimulem e potencializem a condição de escolher e decidir (Brasil, 2009, p.18).

Deste modo, além das especificidades de perfil para o acesso ao grupo de SCFV, há histórias de vidas que já estão por vezes fragilizadas emocionalmente e ali encontra um espaço para retomar suas forças ou fortalecer laços com a sociedade. E ali são pensadas atividades que façam conexões com vivências e identidades dessa população, assim o perfil do público deve ser levado em consideração no SCFV.

CAPÍTULO 3

O PERFIL DA POPULAÇÃO IDOSA DE IPIRANGA-PR QUE PARTICIPA DO SCFV E AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PARA ESTE PÚBLICO

O presente capítulo dispõe sobre o perfil da população de pessoas idosas que frequentam o SCFV, na cidade de Ipiranga- PR e discorre sobre quais as atividades desenvolvidas e a respectiva relevância. Deste modo, objetiva também identificar a concepção educativa nas referidas atividades

3.1 O PERFIL DAS PESSOAS IDOSAS QUE FREQUENTAM AS ATIVIDADES DO SCFV DE IPIRANGA-PR

A cidade de Ipiranga-PR é uma cidade de pequeno porte localizada no interior do Paraná, totalizando cerca de 14.142 habitantes, conforme o censo IBGE de 2022. Dentre esse público, 2.039 são idosas e contabilizam uma parcela destas, que frequentam o SCFV de Ipiranga. Grande parte da população de Ipiranga reside na região rural chegando a 67% e parte desta porcentagem é o público que participa das atividades do SCFV.

Quadro 2 - Pessoas idosas que frequentam o SCFV de Ipiranga-PR

REGIÃO DE RESIDÊNCIA	MULHER QUANTIDADE	HOMEM QUANTIDADE
RURAL	19	0
URBANO	59	3
TOTAL	78	3

Fonte: Organizado pela autora - 2024

Essas pessoas são o público que frequenta o SCFV e trazem histórias que se cruzam com experiências vivenciadas do meio rural. Grande parte destes que atualmente residem na cidade, vieram do meio rural, da roça. Como percebe a tabela, ainda 25% destas vivem afastadas da cidade e são mulheres.

Então, o perfil dessas pessoas idosas, são grande parte de famílias que ainda vivem na lavoura e da lavoura, se isolam da cidade, do acesso aos serviços públicos, à educação. Há grande parcela que não tiveram a oportunidade de acesso à escolaridade e, portanto, o SCFV se torna uma forma de aproximar essas culturas e oportunizar práticas educativas. Para entender sobre essas práticas, faz-se necessário discorrer sobre as atividades desenvolvidas para este público.

3.2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PARA PESSOA IDOSA NO SCFV: ASSISTÊNCIA SOCIAL E A EDUCAÇÃO

Dentre as atividades ofertadas no SCFV de Ipiranga, em 2023, conta-se com quatro oficinas ministradas por professores contratados em licitação, e uma com professor voluntário. São ofertadas de segunda à sexta-feira, atendendo público de criança, adolescente, adulto e pessoa idosa.

São desenvolvidos ainda quatro grupos contínuos, um para pessoa idosa na modalidade remota, dois grupos para pessoa idosa na modalidade presencial, um para mulheres com faixa etária de 18 a 59 anos e um grupo de gestantes. Os grupos para pessoa idosa presencial são o foco desta pesquisa.

Todas as atividades contínuas são disponibilizadas e garantidas vagas para o público prioritário, conforme os critérios da política e Assistência Social, porém busca disponibilizar vagas para público em geral, de modo a não estigmatizar os usuários e proporcionar a interação social com públicos diversos.

Após a formação do grupo de Idosos no SCFV, geralmente há uma continuidade de ano a ano do usuário seguir no mesmo grupo do ano anterior, caso ainda não superou todas as vulnerabilidades que o trouxe ao grupo. Ele escolhe se quer seguir naquele grupo, dia e horário disponível, de modo que a pessoa idosa se sinta mais acolhida.

Com os grupos, dão início nas atividades que podem ser **realizadas semanalmente ou quinzenalmente**, conforme acordo dos integrantes e possibilidades do espaço e equipe técnica, assim como o/a coordenador/a do grupo e ou facilitador/a das atividades.

No **SCFV de Ipiranga-PR** os grupos para pessoas Idosas estão organizados na atualidade a ser **realizados semanalmente**, todas as terças-feiras e quintas-feiras

no período da tarde com duração de cerca uma hora e trinta minutos podendo estender para conversa livre com lanche por mais minutos. Essa organização de dia é um dia da semana para cada grupo de idosos, como o número de participantes é grande, então se divide em dois grupos.

Sempre tendo como direcionamento o planejamento anual de ações do CRAS e SCFV, este planejamento é realizado pela coordenação do CRAS, junto a equipe que atuam no CRAS e SCFV, é apresentado à Secretaria de Assistência Social, para o Conselho Regional da Assistência Social, para ser aprovado e publicado no Diário Oficial da Prefeitura com o aval do Prefeito.

Com base neste planejamento, se desdobram as atividades contínuas a serem realizadas para o público do SCFV, com a tomada de registro de presença. Cabe dizer que, além das atividades contínuas, no SCFV ofertam encontros esporádicos de discussão sobre temas transversais e datas comemorativas, eventos temáticos, alusivos às campanhas nacionais, oficinas e cursos de curta duração (Brasil, 2017).

As atividades são essencialmente realizadas no coletivo, com opções de colorir e ou desenhar e ou colagem, de modo que a cooperação e interação do grupo possa ser estimulado, enquanto realizam atividades, trocam experiências sobre a temática, sobre suas visões, e assim vai para além de simplesmente realizar uma tarefa proposta.

Por exemplo algumas atividades realizadas nos grupos de pessoas idosas do SCFV de Ipiranga-PR:

Exemplo1: roda de conversa sobre um tema indicado para o mês como: Agosto Lilás, a facilitadora do grupo pode convidar algum profissional ou junto da equipe técnica preparar uma fala com abordagens acessíveis para todo o grupo e depois dividir em grupos menores para confecção de guiada de cartazes, sobre a temática, abrir a conversa para quem se sentir à vontade fazer comentários, alguma vivência, etc. assim vão trocando o que sabem e ampliam suas visões sobre direitos também.

Exemplo 2: Produção artísticas, alguma pessoa que sabe ou gostaria declamar poesia com ajuda de um facilitador e os colegas produzem poemas temáticos como Dia da Mulher e apresentam para o grupo, ou evento da cidade.

Exemplo 3: Atividade cognitiva realizar atividade de jogos cognitivos com seus colegas como dominó, tabuleiro trilhas, dinâmicas dos sonhos, cada um trazer um sonho de infância e sonho de agora e adivinhar quem é o dono de cada sonho. Assim pontua e as adivinhações valem mimos preparados pela equipe.

Um dos exemplos de atividade desenvolvida para pessoa idosa no SCFV, se ilustra na Figura 9, a seguir:

Figura 9 – Exemplo de Atividade realizada no Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos



Fonte: Blog GSUAS – 2023.

Como pode se observar na Figura 9 é momento de trocas, de observações, de coletividade, de aprendizados além dos que trazem até aqui.

Na ocasião da Figura, a atividade é sobre a temática acerca do envelhecimento com vistas a desenvolver o debate e a reflexão sobre o papel e o lugar da pessoa idosa na sociedade e suas possibilidades de contribuição, o que eles representam na sociedade, o que pensam sobre. Essa temática é desenvolvida como um dos temas cruciais no SCFV.

Nesta perspectiva, as ações, as atividades ofertadas no SCFV, são organizadas “a partir dos ciclos de vida dos usuários, atentando-se às especificidades – características, necessidades, potencialidades e desafios - de cada etapa do desenvolvimento. Todavia, há aspectos da vida humana, que perpassam todas essas etapas e que integram os eixos orientadores do SCFV” (Brasil, 2022, p. 25).

E todas as atividades a serem realizadas seguem os Eixos.

Figura 10: Eixos orientadores do SCFV



Fonte: Organização da autora com base no Caderno de Perguntas Frequentes do SCFV – 2022.

Cada eixo traz os propósitos e guiam o SCFV, para adequar as atividades dentro das premissas da política social:

II. O eixo “Eu comigo” visa atender os interesses, as demandas e as necessidades próprias dos usuários. II. O eixo “Eu com os outros” enfatiza a importância da construção e do fortalecimento das redes de apoio social dos usuários, visando prevenir a sua segregação e/ ou institucionalização e assegurar o direito à convivência familiar e comunitária. III. O eixo “Eu com a cidade” propõe que os usuários se compreendam como cidadãos – sujeitos de direitos e deveres, agentes, interventores, partícipes – nos espaços em que estabelecem relações sociais – a sua moradia, a sua escola, o próprio

SCFV, os locais que costumam frequentar no cotidiano etc. (Brasil, 2022, p. 25-26).

Além dos eixos norteadores, o caderno de orientações traz sugestões de oficinas, de atividades que devem ser desenvolvidas no SCFV para a pessoa idosa tais como: oficinas de cidadania (palestras, informações sobre direitos, autocuidado); oficinas de esporte e lazer (atividades físicas, dinâmicas, jogos); oficinas artísticas e culturais (artesanato, pintura, música, danças, costura, etc); Sessões de cinema (proporcionar a reflexão e debate); passeios e visitas.

São sugestões de atividades que devem ser desenvolvidas com a seguinte metodologia:

1) Acolhida: boas-vindas com breve dinâmica - brincadeira, jogo ou afim -, que integre os participantes e estimule as primeiras interações em grupo; 2) Atividade principal: conversação e/ou fazer previstos para o encontro do dia, que podem ser precedidos da apresentação de seus objetivos e/ou da explicação sobre a atividade em si; 3) Fechamento da atividade: dinâmica que envolva reflexões que se conectem aos objetivos (Brasil, 2022, p. 150).

As atividades desenvolvidas visam os seguintes objetivos: contribuir para um processo de envelhecimento ativo, saudável e autônomo; proporcionar espaço de encontro para pessoas idosas e intergeracionais sempre que possível, promovendo a convivência familiar e comunitária; identificar suas necessidades e motivações; desenvolver potencialidades e capacidades para novos projetos de vida; proporcionar vivências que valorizam as suas experiências, que estimulem e potencialize a capacidade de escolher e decidir; desenvolver autonomia e sociabilidade; prevenir de situações de risco social (Brasil, 2017). São sugestões, conforme o Caderno de Orientações do SCFV,

Já para as pessoas idosas, o SCFV deve estar pautado nas características, interesses e demandas dessa faixa etária e levar em consideração que a vivência em grupo, as experimentações artísticas, culturais, esportivas e de lazer, bem como a valorização das experiências vividas, constituem formas privilegiadas de expressão, interação e proteção social. As atividades com os participantes dessa faixa etária devem incluir vivências que valorizem as suas experiências, que estimulem e potencializem a capacidade de escolher e decidir (Brasil, 2022, p. 29-30).

As atividades são desenvolvidas em grupos, envolvem temáticas dentro das sugestões de práticas da Política da Assistência Social, que indiretamente produz atividades educativas com vistas à inclusão social e melhor bem-estar da sociedade, a preocupação do envelhecimento com qualidade de vida.

As atividades produzidas no âmbito do SCFV, considerando o cumprimento dos aspectos de coletividade de envolvimento de todos, buscando o desenvolvimento de cada um, ao olhar da educação pode ser considerada um dos tipos de educação classificadas conforme as características a seguir:

3.3 OS TIPOS DE EDUCAÇÃO E AS ATIVIDADES DO SCFV

Quadro 3 – Características de tipos de educação

Tipo de Educação	Características
EDUCAÇÃO FORMAL	O Educador são os professores, a educação se desenvolve em escolas e instituições de ensino regulamentadas por lei, certificadoras e organizadas segundo diretrizes nacionais. Com conteúdos demarcados, forma sistematizada, com previsões e resultados, legalizada em lei. A educação formal exige tempo, local específico e pessoal especializado para atuar neste contexto. Garantia de ensino e aprendizagem dos alunos. Visa obter certificação e titulação com um currículo direcionado para cada etapa de ensino.
EDUCAÇÃO INFORMAL	O Educador pode ser qualquer pessoa que está no cotidiano de convívio. Não há objetivo pedagógico. A educação se desenvolve em qualquer espaço, não são conhecimentos organizados. Não se espera resultados específicos, ou seja, não tem intenção educativa. A educação acontece ao socializarem e podem adquirir conhecimento através das experiências que outras pessoas compartilham como familiares em geral, meios de comunicação em massa, em casa, em locais que tenha identificação, igrejas, espaços esportivos e outros ambientes espontâneos, sem uma sistematização de previsões. Por não ter

	organização sistematizada, os resultados não são medidos em notas, são no dia-a-dia e os resultados não pragmáticos, sem nível de aprendizagem a ser alcançado, são constantes.
EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL	O Educador pode ser as pessoas com quem interagimos de forma mais organizada, um educador social, um orientador de grupos, por exemplo. A educação se desenvolve em coletivo e envolve geralmente trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, em ambientes onde não exijam uma formalidade escolar institucionalizada, nem uma sequência didática escolar a seguir. O ensino e aprendizagem não se prendem às regras de conteúdos específicos, com intenção de atingir uma nota ou nível de aprendizado, porém, busca contribuir de alguma forma para o conhecimento do sujeito e na construção de identidades emancipadoras coletivas do grupo. Ocorre em ambientes recreativos, de maneira que se espera uma certa espontaneidade, também o critério de avançar com as atividades vai se dando pela identificação, a partir das experiências com grupo e os resultados vão criando consciência no grupo, um sentimento de pertencimento, construção de identidade, emancipar politicamente e projetar essa pessoa para a vida em sociedade.

Fonte: Organizado pela pesquisadora com base nos estudiosos: Gadotti (2005), Gohn (2005) e Trilla (1985).

Ao analisar as características apresentadas no quadro 3, a partir do que trazem os estudiosos, e com olhar atento às características das atividades desenvolvidas no SCFV, sugerem as atividades encaixarem-se como educativas no tipo educação não-formal.

Para entender melhor, cabe refletir mais sobre este tipo de educação.

3.3.1 EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL: UM OLHAR SOBRE AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO SCFV DE IPIRANGA-PR

Entende-se por educação não-formal, conforme aponta Trilla (1985), estudioso na busca de definir o termo, a chamada educação não-formal, começou no final dos anos 1960, quando foi detectada uma crise na educação, que foi criticada

globalmente. Esta crise foi derivada da insatisfação da demanda social, no âmbito da educação, que cresceu em quantidade e capacidade, mas não foi suficiente para satisfazer as necessidades da população em geral (Gadotti, 2005).

A educação não-formal ganha espaço em estudos para definir o termo, conforme Trilla (1985), na década de 1980, propostas mais específicas começaram a aparecer no intuito de caracterizá-la, e

[...] diz-se que a educação não-formal é promovida sem mediação pedagógica explícita; aquela que ocorre espontaneamente a partir das relações do indivíduo com seu meio humano, social, cultural, ecológico; aquela que não está institucionalizada como tal educação, embora as instituições sejam penetradas por ela; aquela que não é metódica, estruturada, consciente, intencional; aquela que não é realizada a partir da definição anterior de objetivos ou finalidades pedagógicas (Trilla, 1985, p. 18).

A educação não-formal se caracteriza por estar fora da sistematização escolar, pode ocorrer em diferentes espaços. Essa característica da educação vem ao encontro das atividades educacionais desenvolvidas com as pessoas idosas no contexto do SCFV, há sistematização das atividades, porém, é de plano flexível e o tempo passa com a assimilação do conteúdo apresentado, buscando entendê-lo e compreender a capacidade de cada usuário, pois cada um pode assimilar de formas e ritmos diferentes.

Corroborando assim com Gadotti (2005), quando diz sobre a educação não-formal, que para ele “é flexível, respeitando as diferenças e as capacidades de cada um, de cada uma. Uma das características da educação não-formal é sua flexibilidade, tanto em relação ao tempo quanto em relação à criação e recriação dos seus múltiplos espaços” (Gadotti, 2005, p. 2).

E essa flexibilidade sendo um aspecto básico da educação não-formal, o entendimento de que a aprendizagem se dá por meio da prática social, das trocas de saberes, das experiências das pessoas em trabalhos coletivos, que gera aprendizado (Gohn, 2005).

É dessa forma flexiva que se encaminham as diretrizes para as atividades no SCFV, por meio de trabalho no coletivo e vai ao encontro da afirmação da autora citada, quando diz que “a produção de conhecimentos ocorre não pela absorção de conteúdos previamente sistematizados, objetivando aprendizados, mas pelo

conhecimento gerado por meio da vivência de certas situações-problema” (Gohn, 2005, p. 103).

Como se pode ver, a educação não-formal se torna um componente essencial do processo educativo, que se distingue da educação formal por sua flexibilidade e diversidade de abordagens. Enquanto a educação formal ocorre em instituições estruturadas, como escolas e universidades, a educação não-formal abrange uma ampla gama de atividades e contextos, que promovem a aprendizagem fora desses ambientes tradicionais.

Esse tipo de educação pode incluir oficinas, cursos, programas comunitários, atividades culturais, treinamento profissional e iniciativas de voluntariado, entre outros. Um dos principais benefícios da educação não-formal é a sua capacidade de se adaptar às necessidades e interesses dos indivíduos, proporcionando oportunidades de aprendizado personalizadas e acessíveis para diferentes faixas etárias e contextos sociais.

Desse modo, Gadotti completa que a educação não-formal “engloba as experiências de vida, e os processos de aprendizagem não-formais, que desenvolvem a autonomia” (Gadotti, 2005, p. 2). Essa colocação se desdobra nas políticas que norteiam as atividades educativas no SCFV.

Para Trilla, a educação não-formal é o conjunto de meios e instruções que geram efeitos educacionais a partir de processos intencionais, metódicos e diferenciados, que contam com objetivos pedagógicos, prévia e explicitamente definidos, desenvolvidos por agentes cujo papel educacional está institucional ou socialmente reconhecido e que não faz parte do sistema educacional graduado ou que, fazendo parte deste, não constitui formas estrita e convencionalmente escolares (Trilla, 1985, p. 22).

Nesta ótica, o documento intitulado Perguntas Frequentes: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV de 2017, que visa orientar as atividades do SCFV, para atender de forma eficaz o que preconiza a principal política que embasa o SCFV, a Política Nacional de Assistência Social – PNAS de 2004, orienta sobre o que se deve trabalhar com as pessoas idosas:

Entre as atividades possíveis sugere-se: oficinas de cidadania, por meio das quais serão obtidas informações sobre acesso a direitos, riscos sociais, violência contra a pessoa idosa, etc.; oficinas de esporte e lazer, em que as pessoas idosas farão atividades físicas e participarão de dinâmicas e jogos

coletivos; oficinas artísticas e culturais, em que as pessoas idosas manifestam seus conhecimentos e habilidades com pintura, escultura, danças, costura, bijuterias, instrumentos musicais etc.; sessões de cinema como mote para a reflexão e debate dos temas abordados nos encontros do serviço (Brasil, 2017, p. 80).

Ou seja, constituem atividades organizadas que se contextualizam com as realidades desse público. As orientações ainda salientam que “[...] é preciso ter clareza de que a realização das atividades escolares não é o foco nem a finalidade do SCFV, nem deve se sobrepor à realização das atividades específicas do campo da Assistência Social” (Brasil, 2017, p.81).

A educação não-formal, assim como a educação em geral, de forma intencional, “é uma prática social cunhada como influência do meio social sobre o desenvolvimento dos indivíduos na sua relação ativa com o meio natural e social, tendo em vista, precisamente, potencializar essa atividade humana” (Libâneo, 2007, p.82).

As atividades educativas que são desenvolvidas no SCFV, conforme as orientações das PNAS de 2004, as quais devem ser realizadas no coletivo, em grupos pré-formados, dentro da faixa etária indicada nos documentos norteadores, se caracterizam como educação não-formal. Essa premissa também se pode notar na definição de Gohn, ao dizer que:

[...] a Educação não formal tem sempre um caráter coletivo que passa por um processo de ação grupal, é vivida como práxis concreta de um grupo, ainda que o resultado do que se aprende seja absorvido individualmente. O processo ocorre a partir de relações sociais, mediadas por agentes assessores, e é profundamente marcado por elementos de intersubjetividade, à medida que os mediadores desempenham o papel de comunicadores (Gohn, 2005, p 104).

Sendo assim, pode-se dizer que o SCFV é um espaço de educação não-formal, onde por meio das atividades educativas, tem “o objetivo de orientar, estimular e promover o desenvolvimento de habilidades, aquisições e potencialidades de forma progressiva” (Brasil, 2017, p. 87).

No Brasil, não existe uma educação voltada especificamente para a pessoa idosa, apenas algumas orientações no capítulo referente à educação no Estatuto da Pessoa Idosa, além de leis e diretrizes que orientam a educação brasileira na

Educação de Jovens e Adultos – EJA. Essa se volta para Jovens e Adultos e aí engloba a pessoa idosa.

Existem programas de educação permanente, como as Universidades da Terceira Idade (UATIs) que tem buscado por uma política de educação exclusiva para idosos, mas ainda tem um longo caminho a trilhar, para conseguir uma política pública educacional priorizando a pessoa idosa. “Apesar do crescimento e envelhecimento demográfico, o Brasil ainda não equacionou satisfatoriamente o preceito legal acerca da educação para o idoso” (Oliveira, 2013, p.79).

Neste contexto, é fundamental compreender a importância da educação não-formal como uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento pessoal e social, promovendo uma aprendizagem contínua e significativa ao longo da vida.

Logo, a educação não-formal também desempenha um papel crucial na formação de cidadãos críticos e participativos, uma vez que muitas de suas atividades incentivam o engajamento comunitário e a conscientização social. Além disso, ela se torna uma alternativa de acesso à uma educação ao oferecer habilidades práticas e conhecimentos que são diretamente aplicáveis no dia-a-dia, preparando os indivíduos para os desafios do mundo contemporâneo (Gadotti, 2005).

E as atividades do SCFV, ainda que atuem dentro da política da Assistência Social, sem cunho educativo, sugerem desenvolver esse tipo de educação em seus grupos de pessoas idosas.

3.4. ATIVIDADES CARACTERIZADAS EM POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA X DA EDUCAÇÃO

E ao entender que o SCFV é um espaço onde se desenvolvem atividades que podem ser consideradas educativas, cabe dizer que não é voltado para educação o que se oferece no SCFV e busca não se atravessar nas políticas da educação. Pode realizar atividades educativas, “desde que se compreenda o escopo de atuação da Assistência Social e não se assuma atribuições de outra política pública, em detrimento das próprias” (Brasil, 2022, p.155).

Porém, ainda que não tenha a intenção de ser atividade educativa no sentido escolar, acadêmico, (Gohn, 2005), elas podem ser consideradas um tipo de educação,

o tipo não-formal, pois gera conhecimentos, a partir das atividades coletivas e há um compartilhamento de informações, que agregam o aprendizado.

Dentro das políticas pautadas para realização de atividades no SCFV, há orientações, metodologias como desenvolver as atividades, a duração de tempo, organização de grupos e faixa etária, o que se deve ou não realizar e uma sugestão principal é não ser um espaço de escolarização. Ainda que as atividades educativas sejam permitidas, estas não têm intenção de ensino e aprendizagem no sentido escolar configurando a educação não-formal e atendendo o cunho social da política social.

O SCFV se pauta nas políticas da Assistência Social para desenvolver todas as ações e atividades. Nota-se que não pode haver cunho de escolaridade em nenhum aspecto dos serviços prestados no espaço (Brasil, 2017).

Na oferta das atividades desenvolvidas no SCFV, traz a diferença entre política da assistência e política da educação, que se configura na composição social, conforme a LDB:

“Art. 5º O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo.” (Brasil, 1996/2005),

Sendo assim, é um direito para todos, sem exceção. Já a política da Assistência Social é um direito para todos que dela precisarem, ou seja, para quem se encaixa nos parâmetros sociais, quer dizer, trazem no perfil alguma ou mais vulnerabilidades sociais. Já a educação, é para todos por direito, independe da condição social que a pessoa se encontre.

No entanto, as atividades ofertadas para as pessoas idosas no SCFV, seguem as diretrizes da Assistência que por sua vez buscam atender e respeitar o Estatuto da Pessoa Idosa.

Logo, o SCFV se torna um espaço que produz a educação não-formal, dentro da política da Assistência Social, em especial para o público da pessoa idosa, que tem uma continuidade mais consistente nos grupos.

O SCFV é um equipamento onde as atividades educacionais trabalhadas vão além das ações protetivas que ali se desenvolvem e podem contribuir para o

empoderamento do público participante. E este público, por sua vez, transforma sua realidade.

3.5 POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO SCFV PARA O EMPODERAMENTO DA PESSOA IDOSA

Para que se possa falar sobre as possíveis contribuições das atividades desenvolvidas para as pessoas idosas, que frequentam o SCFV de Ipiranga-PR, faz-se necessário retomar o perfil dessas pessoas e entender que não são sujeitos totalizantes e homogêneos que o constituem, conforme reflete o sociólogo Stuart-Hall quando fala que:

Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada, desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora “narrativa do eu”. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia (HALL, 2005, p. 13, grifos do autor).

O autor afirma que o sujeito traz dentro de si, identidades que estão se fragmentando ou descentralizando e nessa passagem, estão ingressando em colisão que se reconstroem cotidianamente.

A pessoa idosa também se insere nesta visão do autor, que segundo ele, a transformação do sujeito se dá pela transformação da identidade, que por sua vez, é sociológica e é formada por meio da interação entre o eu e a sociedade, o eu projeta a si mesmo na identidade cultural, ao mesmo tempo em que a internaliza, ou seja, o centro do “eu” sociológico passa a ser formado na relação com outras pessoas, com outras culturas, com conhecimentos.

3.5.1 Empoderamento da Pessoa Idosa

E esta relação com outras pessoas contribui para a autonomia do sujeito, para ter o que se entende por capítulo, inclusive, individual que segundo a Organização Mundial da Saúde - OMS (1998):

o empoderamento individual é o processo que permite o aumento do controle do sujeito sobre sua vida pessoal, decisões e ações que afetem a sua saúde. Permite que o indivíduo possa compreender melhor seus objetivos de vida e formas de concretizá-los, expressar suas necessidades e preocupações, elaborar estratégias para o envolvimento na tomada de decisão e realizar ações para atendimento a suas necessidades (OMS (1998) *In Kanashiro et al/ 2023*, p. 5),

E, neste sentido, remete-se a relevância de participarem das atividades, que podem ser consideradas educacionais em grupos no SCFV, pois segundo as Políticas da Assistência Social, em especial as Tipificações, citam que neste espaço se proporciona à pessoa idosa a olhar para si a partir do outro, assumir-se e ao

“Assumir-se” tem a força de mobilizar atributos para a construção coletiva de identidades próprias e singularidades. Pressupõe o reconhecimento da capacidade e do direito do outro de fazer escolhas. Ser capaz de fazer escolhas pessoais, políticas, afetivas requer um campo relacional protegido, que confirme as pessoas no leme de sua própria vida, pessoas que pensam, desejam e projetam horizontes para si e para aqueles que estão próximos. Em síntese, pode-se dizer que este é um traço eminentemente político da convivência: poder experimentar uma condição de igualdade para poder projetar com o outro mudanças para si e para a coletividade (Brasil, 2017, p.22, grifos do autor).

Observa-se que tais afirmações dos documentos da Assistência Social, que regem atividades no SCFV, defendem as atividades educacionais e amparam para que sejam realizadas neste espaço e entendem que as atividades em grupo acarretam significados para a vida das pessoas que participam, apontam que

É possível compreender que os sujeitos se constituem nas relações e lhes é apresentada uma pauta social de expectativas e que no exercício mesmo destes papéis, cada um pode transformar estes papéis e imprimir mudanças no repertório sociocultural de um grupo. (Brasil, 2017, p.26).

Entende-se, dessa forma, tendo em vista que as atividades educativas, essa prática que se dá em formas de diálogos, de rodas de conversas, conforme orientação das políticas da Assistência Social que regem atividades no SCFV, contribuem para (re)construções de identidades dos sujeitos que participam. Essa integração no grupo e logo o acesso de integração à comunidade contribuem para o empoderamento da pessoa idosa.

É necessário reconhecer, no entanto, que o empoderamento pessoal não se realiza de forma independente, mas implica um processo de integração na comunidade, em que as diferentes formas de engajamento são campos de aprendizagem e reconhecimento junto aos membros do grupo, contribuindo para fortalecer sentimentos como autorrealização, identidade e pertencimento. (Kleba; Wendausen, 2009, p.739)

O caderno de orientações do SCFV (Brasil, 2017a) é de cunho freiriano, vai ao encontro do que já dizia Paulo Freire sobre as mudanças sociais humanitárias serem produzidas por meio de práxis-educativas, para todos e todas as classes sociais, segundo Freire:

Transformar o mundo, dizer a palavra, não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens. Precisamos por isto, ninguém pode dizer a palavra verdadeira sozinho, ou dizê-la para outros, num ato de prescrição, com o qual rouba a palavra dos demais. O diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não esgotando portanto, na relação eu-tu (Freire, 2005, p. 38).

O SUAS orienta que ocorram as atividades educativas de forma organizada e assim, remetem ao termo educação não-formal, no coletivo, no diálogo, nas vivências, no fortalecimento de vínculos sociais e que englobe os sujeitos dessa política social, com a proposta de ampliar a visão de mundo destes, buscando a efetivação dos direitos sociais, cultura, lazer, esporte, saúde, acesso às outras políticas públicas, garantias e emancipação social.

E neste prisma das políticas da Assistência Social está a “educação não-formal que nossa sociedade tem feito crescer de forma muito notável é o composto por todas aquelas instituições e programas destinados à pessoas ou coletivos, que se encontram em alguma situação de conflito social” (Trilla, 2008, p. 44).

Pois, “a superação da educação para o idoso como compensação ou assistencialismo é premente, em contraposição é necessária a valorização das capacidades intelectuais, a sabedoria, as experiências e habilidades adquiridas ao longo da vida”. (Oliveira, 2013, p. 383).

Logo, é possível dizer que as atividades educativas na metodologia, como se dá no SCFV, a educação não-formal esta que se dá de formas intencionais, mas fora do ambiente escolar, as trocas entre os “eus”, esse encontro de sujeitos com bagagens de saberes diversos é uma das formas que transformam identidades e

trazem o sujeito ao convívio social, com mais autonomia e ampliam a visão de mundo, empoderando essas pessoas para sentirem-se capaz de fazer parte de políticas públicas, buscar por seus direitos.

CAPÍTULO 4

DOS CAMINHOS PERCORRIDOS: RELATOS DO PÚBLICO IDOSO QUE FREQUENTA O SCFV DE IPIRANGA-PR: ANÁLISES E DISCUSSÕES

Este capítulo busca analisar e discutir os dados coletados, assim como os relatos das pessoas idosas, que frequentam o SCFV de Ipiranga-PR, considerando toda discussão trazida até aqui e assim perpassando os objetivos pensados, conforme já perpassaram os outros capítulos percorridos.

Com base no exposto, buscou-se com esta pesquisa impulsionar a ir além do que se mostra pesquisando, sem perder de vista os estudos freirianos, instigando a direcionar vistas para esse caminho percorrido e lançar olhares ao que ainda pode ser trilhado. E, com esse olhar, foi percorrido o presente tópico.

4.1 DAS ANÁLISES DOS DADOS COLETADOS E DISCUSSÕES

4.1.1 Caminhos percorridos – O público idoso participante da pesquisa.

Os dados coletados com vistas a contribuir na pesquisa proposta, se deram como já citado, com aplicações de questões à pessoas idosas, que frequentam o SCFV de Ipiranga-PR. No total, foram 46 participantes, que responderam ao questionário conforme os **critérios para esta pesquisa**: estar frequentando o grupo de pessoas idosas do SCFV há pelo menos um ano e sentir-se à vontade para responder às questões pré-elencadas (Apêndice A). **Critérios de exclusão**: Estar a menos de um ano no grupo participante das atividades e/ ou ter idade menor de 61 anos (pois o acesso ao grupo de idosos é mínimo 60 anos e mais um ano de participação no grupo.)

Para melhor coleta dos dados, foi entendido a necessidade de reunir os grupos de idosos participantes do SCFV, apresentar do que se tratava a pesquisa para que finalidade seriam os dados de suas respostas, com o cuidado de não influenciar. Em seguida, foi entregue para todos os presentes os questionários impressos e lidos para todos, questão por questão. Após cada questão, cada um teve tempo para fazer suas colocações com calma e sem obrigação de responder. Assim, todos os presentes

participaram, porém a validade dos questionários, foi validado para as análises, dos que estavam dentro dos critérios propostos.

De modo a ilustrar melhor sobre os participantes, foi elaborado o quadro a seguir, que contempla a distribuição de participantes e perfil com a preservação de identidades e assim listados numericamente:

Quadro 4 – Perfil geral das pessoas idosas participantes da pesquisa

PARTICI- PANTE	IDADE	SEXO	REGIÃO QUE RESIDE ATUALMENTE	RESIDIU EM REGIÃO RURAL	ESCOLARIDADE
1	81	feminino	cidade	sim	1ª a 5ª série
2	81	feminino	cidade	sim	2º grau
3	77	feminino	rural	sim	1ª a 5ª série
4	76	masculino	cidade	sim	1ª a 5ª série
5	76	feminino	rural	sim	1ª a 5ª série
6	75	feminino	cidade	sim	1ª a 5ª série
7	75	feminino	cidade	sim	1ª a 5ª série
8	75	feminino	cidade	não	1ª a 5ª série
9	74	feminino	cidade	sim	1ª a 5ª série
10	74	feminino	rural	sim	1ª a 5ª série
11	73	feminino	cidade	não	1ª a 5ª série
12	73	feminino	cidade	sim	1ª a 5ª série
13	72	feminino	cidade	sim	2º grau
14	72	feminino	cidade	sim	1ª a 5ª série
15	71	feminino	cidade	não	1ª a 5ª série
16	71	feminino	cidade	sim	2º grau
17	71	feminino	cidade	sim	1ª a 5ª série

18	69	feminino	rural	sim	1ª a 5ª série
19	69	feminino	cidade	não	1ª a 5ª série
20	68	feminino	rural	sim	1ª a 5ª série
21	68	feminino	cidade	não	1ª a 5ª série
22	68	feminino	cidade	sim	1ª a 5ª série
23	68	feminino	cidade	sim	1ª a 5ª série
24	67	feminino	cidade	sim	1ª a 5ª série
25	67	feminino	rural	sim	1ª a 5ª série
26	66	feminino	cidade	sim	6ª a 8ª série
27	66	feminino	cidade	sim	1ª a 5ª série
28	65	feminino	rural	sim	1ª a 5ª série
29	64	feminino	cidade	sim	1ª a 5ª série
30	64	feminino	cidade	sim	1ª a 5ª série
31	63	feminino	cidade	sim	1ª a 5ª série
32	63	feminino	cidade	sim	1ª a 5ª série
33	63	feminino	cidade	não	2º grau
34	63	feminino	cidade	não	1ª a 5ª série
35	63	feminino	cidade	sim	1ª a 5ª série
36	62	feminino	cidade	sim	2º grau
37	62	feminino	rural	sim	1ª a 5ª série
38	62	masculino	cidade	sim	1ª a 5ª série
39	62	feminino	cidade	sim	1ª a 5ª série
40	62	feminino	rural	sim	1ª a 5ª série
41	61	feminino	cidade	sim	1ª a 5ª série
42	61	feminino	cidade	sim	1ª a 5ª série
43	61	feminino	cidade	sim	1ª a 5ª série

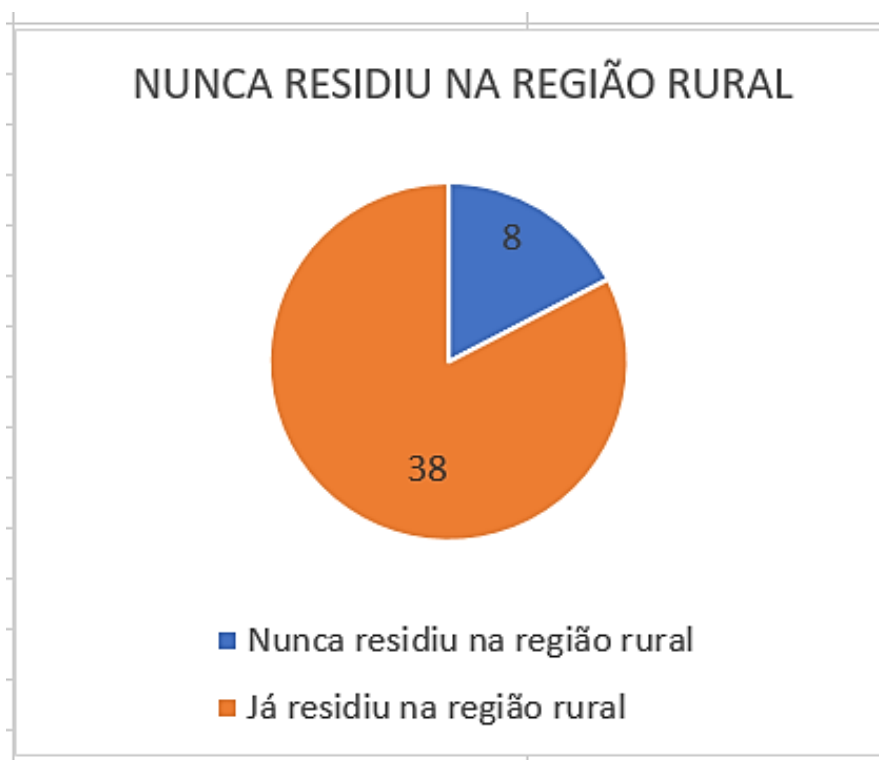
44	61	feminino	cidade	não	1ª a 5ª série
45	61	feminino	rural	sim	1ª a 5ª série
46	61	feminino	cidade	sim	1ª a 5ª série

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados coletados por meio de questionário - 2024

O quadro apresenta as principais informações sobre o perfil dos participantes, como onde residem, se residem ou residiram na região rural, a escolaridade e ilustrando a faixa etária do grupo, ainda que os inseridos nos grupos tenham 60+, aqui respeitando o critério apontado ser mais de um ano de frequência. Todos os selecionados têm 61 anos ou mais, como já citado.

Como se pode notar no quadro apresentado, a população idosa que frequenta as atividades do SCFV, de Ipiranga-PR, das 46 pessoas participantes da pesquisa, 38 destas tiveram parte da vida residindo ou ainda residem na região rural, ou seja, cerca de 82,61%, conforme ilustra o gráfico a seguir:

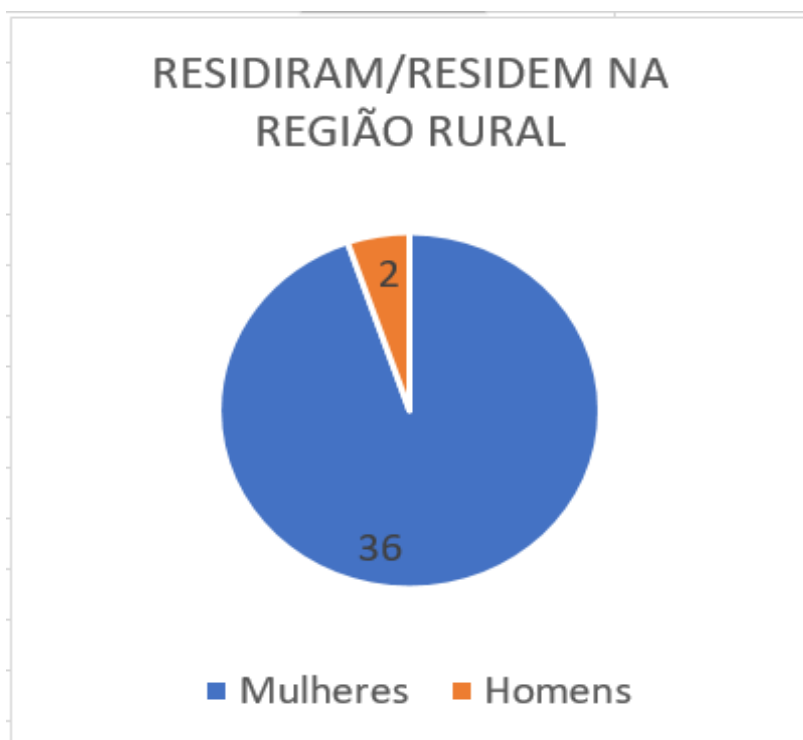
Gráfico 7 – Participantes que residiram ou residem na região rural



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados coletados por meio de questionário – 2024

E dessas 38 pessoas idosas que vieram da região rural ou ainda residem, 36 são mulheres, ou seja cerca de 94,74%. Cabe lembrar que o município de Ipiranga-PR, é formado por grande parte de bairros rurais, nomeados muitos deles por colônias, como os exemplos de Colônia Taió, Colônia Adelaide, Colônia Scheifer, Colônia Clock entre outras e são constituídos por famílias que tem na lavoura, a única fonte de sustento.

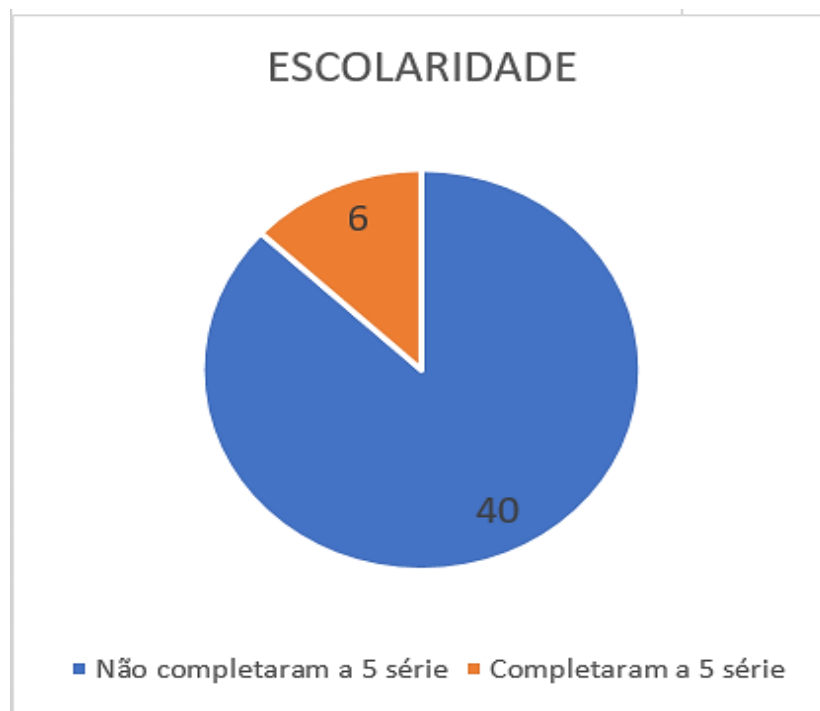
Gráfico 8 - Porcentagem de mulheres que residem ou residiram na região rural



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados coletados por meio de questionário – 2024

E dessas 36 pessoas que são idosas mulheres, 7 delas ainda residem na região rural e somam a porcentagem das que tiveram passagem rápida na educação escolar. Como pode-se observar no próximo gráfico, dos 46 participantes da pesquisa, entre homens e mulheres, 40, ou seja, a maioria (cerca de 86,94%) frequentaram curto espaço de tempo à escola, de 1ª a 5ª série, que seria do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental I, da atual grade curricular.

Gráfico 9 - Escolaridade das pessoas idosas participantes da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados coletados por meio de questionário - 2024

Apesar de não estar elencado na tabela 4, grande parte desse público não completou a antiga 4ª série, quando iniciavam, segundo os idosos, a ler e escrever, havia pais que solicitava o desligamento da escola, por não ver utilidade de estudo na roça e a necessidade de contribuir com os afazeres do dia-a-dia. Depois de casar, ainda na juventude, a vida se tornava um ciclo de viver para realizar as tarefas de casa e ajudar na lavoura.

Quando tinha acesso à escola, eram as escolas rurais municipais que atendiam apenas as primeiras séries e depois necessitava ir até a cidade para continuar os estudos. Grande parte da população não tinha condições, não tinham transporte e tinham que caminhar cerca de 10 ou mais quilômetros.

Dentre os 46 relatos sobre a participação na realização das atividades ofertadas, as 46 pessoas, ou seja, 100% dos participantes sugerem se sentir pertencentes à sociedade, por fazer parte de um grupo. Demonstram sentir algum tipo de valorização como pessoas, por ter um espaço de encontro para elas. São alguns dos aspectos que é possível notar por meio dos relatos colhidos.

4.1.2 Percepções das pessoas idosas sobre a participação nos grupos e atividades do SCFV de Ipiranga-PR

A seguir, foram selecionados alguns relatos das questões 3 e 4 do questionário aplicado (Apêndice A) como: conhecer os motivos que levaram a participar do Grupo do SCFV e como se sente participando das atividades, quais as percepções sobre esse espaço e o que oferece. As pessoas idosas participantes estão intituladas por letras distintas e estas não traduzem a sequência da tabela, de modo a preservar a identidade dos participantes.

Participante P01 – *“Gosto muito de participar, me sinto importante no grupo, sempre quis fazer parte de algum grupo da comunidade a gente pode fazer coisas diferentes né, sabe atividade que aprende a lidar com outras opiniões também. Tem atividade para a gente se divertir”.*

Participante P02 – *“Eu busquei o CRAS para motivo ver um assunto de ajuda com assistente social e ela disse que tinha o grupo, então eu disse tinha vontade de participar sabe. A gente que cuida dos filhos e depois fica sozinho mesmo é um neto ou outro que vem ali, mas cada um tem sua vida. Aí já faz mais de anos que participo e nossa, fiz amizade no grupo conversamos, fazemos atividades, a gente aprende mais coisas né, é muito bom”.*

Participante P03 – *“Ah eu gosto bastante de participar, aqui no grupo tem amigas da mesma idade. Eu fui convidada a participar estava com depressão que não tinha vontade de sair de casa, sabe como é, não queria nada da vida, só ficar trancada em casa e sozinha, não tenho companhia em casa, só eu e Deus sabe. É um motivo que acho bom estar no grupo”.*

É possível observar já nestes relatos P01, P02 e P03, que as pessoas idosas percebem a participação nas atividades desenvolvidas nos grupos do SCFV de Ipiranga-PR, como espaço de pertencimento a eles e ao espaço, entre outros aspectos positivos para suas vidas, que gostam. É o que se busca nas políticas da

Assistência Social, que esse público prioritário se sinta acolhido, visando o bem-estar (Brasil, 2004).

A seguir, se pode evidenciar em outros relatos que caminham também nesta linha, de ter o grupo de pessoas idosas como um lugar para lazer, para fazer amizades, um espaço social para trocar experiências, com pessoas da mesma faixa etária e se pode perceber o fortalecimento da autoestima, nessa construção de redes de apoio.

Participante P04 - *“Eu queria participar, aí deu certo gosto de fazer atividades, de participar dos bailinhos também, a gente não podia antes sair o marido não aceitava, não gostava de ir comigo e dizia que sair sem ele ficava mal falada era, mas agora eu posso e sabe sou feliz no grupo tenho as amigas que trocamos experiências”.*

Participante P05 - *“Nós já somos idosos e já trabalhamos tanto, ainda tem né trabalho em casa, mas agora podemos nos divertir e no grupo a gente aprende com as atividades. Gosto de jogar trilhas, quebra-cabeças, outros jogos, algum cartaz também e poder participar de algum evento na cidade, até desfile da cidade é bom pra cabeça, fica mais alegre”.*

Participante P06 - *“Gosto de participar é um grupo que distrai a cabeça, conversar com pessoas de outras localidades, pessoa que entende a gente já viveu coisa parecida é muito bom. Ficava sozinha em casa e já sofri muito, no grupo a gente vai fazendo atividades até chimarrão teve, é bom essas amizades pra gente.*

Participante P07 - *“Participar desse grupo é bom, ainda que às vezes não possa vir, por algum outro compromisso, tem as criação para atender, mas no grupo fui convidada para participar por motivo de depressão também. Aqui pode conversar com amigas, tem atividade para fazer sobre direitos de idosos a gente vai aprendendo mais né”.*

Participante P08 - *“Sabe que participar do grupo é melhor que ficar em casa, o trabalho de casa não tem fim, é lava, cozinha, arruma a casa, as criação a gente*

precisa cuidar né. Aqui, o grupo que fui convidada pelo CRAS que a dona foi lá me ver eu não estava muito boa e disse para participar, aí por esse motivo pouco de depressão eu quis vir. E já faz mais de ano. Aqui a gente pode conversar com as mulheres, distrai a cabeça e aprende bastante coisa”.

Nota-se, nos trechos apresentados, que a participação das atividades das pessoas idosas em frequentar as atividades do SCFV, vem por motivos na maior parte em querer relacionar-se com outras pessoas idosas é ter um espaço onde se possa fazer de um grupo, um lugar onde se sentem capazes, pois a tendência, segundo Oliveira (1999), na velhice é que a pessoa se sinta à margem da sociedade, incapaz de realizar atividades, que ainda é importante para si. Que contribuem para o empoderamento social seja individual ou coletivo (Gohn, 2004).

Haja a vista que “o empoderamento não pode ser fornecido nem tampouco realizado para pessoas ou grupos, mas se realiza em processos em que esses se empoderam a si mesmos” (Friedmann, 1996; Herriger, 2006a; Wallerstein, 2006 *in* Kleba; Wendausen, 2009, p.739).

Além disso, os trechos elencados mostram a importância da participação ativa das pessoas idosas na construção de políticas públicas que lhes dizem respeito (Oliveira, 2007). Cabe lembrar que, a oferta de atividades em um grupo e a valorização de suas experiências são essenciais para que as ações implementadas sejam realmente eficazes e atendam às suas necessidades e desenvolvem em si o empoderamento (Beauvoir, 2018).

4.1.3 Relatos de contribuições das atividades realizadas no SCFV de Ipiranga-PR para as pessoas idosas participantes.

A seguir, nota-se que a maioria das pessoas idosas explicitaram por meio de suas respostas, a relevância para elas das atividades que participam no SCFV. Dentre os 46 relatos, selecionamos alguns que fazem parte da 86,96%, que não tiveram acesso à escola para continuar seus estudos. Enxergam as atividades nos grupos como uma forma de viver, o que não foi possível até a velhice, como no exemplo a seguir:

Participante P09 – *“Depois de muito tempo trancada em casa, não podia estudar, sair, agora tenho vontade de fazer as coisas, de sair, eu sou mais feliz”.*

Participante P10 – *“Depois que comecei participar do grupo, tive mais pessoas para conversar, aumentou mais amizades da mesma faixa de idade, idosos né, eu queria estudar sabe, mas era muito longe para ir na escola e dificuldade da gente humilde, pouco recurso. Aqui gente aprende nossa eu até aprendi dos meus direitos, coisas que temos como benefício sabe não podemos ser maltratados”*

Participante P11 – *“Gosto de participar do grupo, das atividades, tem alguma mais difícil, não tenho cabeça boa, mas um ajuda o outro. Desde criança eu queria estudar sabe, mas a gente da roça sem recurso e não era obrigado ir também, mas agora mais idade, essa oportunidade para os mais velhos, idoso né, eu acho muito bom, aqui”*

Os dois trechos P09, P10 e P11 mostram o desejo de aprender e buscar por isso remetem ao que defende Freire quando diz que “só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros” (Freire, 1987, p. 33).

Essa inquietude se percebe nos relatos. Ainda que se entenda que as atividades educativas, que educação não-formal sozinha não irá empoderar a pessoa idosa, mas pode promover o despertar às contradições da realidade do sistema em que estão inseridos (Freire, 1986) e contribuir para reconstruções de identidades, ampliando a visão de mundo.

Participante P12 – *“Ah eu digo que mudou minha vida, eu estava com depressão e aqui me sinto útil, sinto capaz de fazer atividades e gosto muito de minhas amigas. Agora eu saio mais e sei mais coisas tem palestra, tão bonito para nós idosos, ah eu sinto assim valorizada.*

Participante P13 – *“Eu gosto de fazer atividades de montar pecinhas, e forma um desenho, não era coisa pra gente, não tinha condição e a gente não conhecia*

tanta coisa, as outras pessoas aqui também já falaram isso que não sabem escrever quase nada, mas uma ajuda a outra se precisa fazer alguma tarefa escrita, sabe. A gente fica feliz em participar.

Participante P14 – *“Eu escrevo pouco, rascunho..., não aprendi muita coisa, mas eu já aprendi mais com as atividades de pensar, fazer atividade de alguma arte para esses dias de datas, as roda de conversa é bom ouvir as amigas e também saber mais das coisas, de nossos direitos. A pessoa idosa era mais desprezada, mas temos nosso valor e agora estou mais entendida. Fico alegre de participar, as vezes desanimo quando chove pra sair, mas tento não faltar para não perder. Gostava da outra professora também, era fazia atividade pro corpo sabe...”*

Ao analisar esses trechos - P09, P10, P11, P12, P13 e P14, sendo um recorte dos 46 relatos mostra que a participação das pessoas idosas nas atividades do grupo de SCFV, contribui para maior entendimento que as políticas da Assistência Social oferece atividades educativas no citado espaço e contribui consequentemente para a oferta da educação não-formal pois,

O tempo livre e o desejo de acesso e usufruto da cultura num sentido nem acadêmico nem utilitarista geraram também uma importante oferta educacional não-informal, que já contempla pessoas de todas as idades, desde a infância mais precoce até a terceira idade. Pedagogia do lazer ou educação em tempo livre, animação sociocultural, etc. são denominações já consolidadas no discurso educacional contemporâneo, que por sua vez designam um amplo leque de instituições e atividades (Trilla, 2008, p. 43).

Essa parcela da população de pessoas idosas, que por motivos diversos revelados nos relatos, como marido, não aceitava ir estudar, vivia muito longe da escola etc, têm suas identidades transformadas.

Logo, as atividades ali desenvolvidas contribuem para o empoderamento dessas pessoas, as atividades educativas ampliam a visão de mundo como saber que idosos têm seus direitos e o espaço é um deles. Sentem-se mais livres, remetendo ao que diz Freire (1981), que a educação é essencial para o empoderamento, a autonomia e a transformação na emancipação cidadã.

Amplia o seu poder de captação e de resposta às sugestões e às questões que partem de seu contorno e aumenta o seu poder de dialogação, não só com o outro homem [mulher], mas com o seu mundo [...]. Seus interesses e preocupações, agora, se alongam a esferas mais amplas do que à simples esfera vital (Freire, 1986, p. 59).

Logo, as pessoas idosas refletem essa teoria de que o sujeito alcança a liberdade por meio do conhecimento. (Freire, 1986), na decisão de participar dos grupos, de buscar vivências, trocas de experiências com o outro, a reconstrução de identidades (Hall, 2005) vai acontecendo tornando-os sujeitos mais autônomos.

Portanto, mostra que a integração da educação não-formal, no contexto do SCFV, não só enriquece a vida das pessoas idosas, mas também fortalece vínculos familiares, fortalece a comunidade como um todo, promovendo acesso às políticas de direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da presente pesquisa, versou sobre as atividades desenvolvidas para pessoas idosas, que frequentam a unidade de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) de Ipiranga- PR e neste contexto, se observa como essas atividades contribuem para o empoderamento desta população, que vem aumentando demograficamente nas últimas décadas.

Conforme aponta a pesquisa do IBGE (2022), o envelhecimento da população está em processo de ascensão e este processo é uma tendência mundial. Na década de 2010, eram 20 milhões de pessoas com 60 anos ou mais e, em 2022, o Brasil chegou a 32,1 milhões.

A crescente longevidade da população brasileira traz à tona a importância de se discutir as políticas públicas voltadas para a pessoa idosa, especialmente no contexto dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Este fenômeno demográfico, que resulta de melhorias nas condições de saúde e qualidade de vida, exige que a sociedade e os gestores públicos repensem suas estratégias de inclusão e suporte a essa faixa etária.

Considerando o crescimento acelerado da população idosa, ainda que haja políticas voltadas para esse público, há uma parcela que não tem acesso aos seus direitos e ainda continuam à margem da sociedade.

Conforme apontado, as políticas públicas, ao buscarem garantir os direitos e a dignidade da pessoa idosa, devem se orientar por princípios que priorizem a autonomia, a emancipação cidadã, a participação ativa na sociedade e a valorização dessa população. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), instituído pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), emerge como uma estratégia fundamental, para a promoção de atividades socioeducativas, culturais e recreativas, que visam à inclusão e à valorização do idoso em sua pluralidade.

As atividades oferecidas no SCFV, como se pode ver ao longo do recorrido neste texto, não apenas promovem o bem-estar físico e emocional dos idosos, mas também favorecem a construção de redes sociais e o fortalecimento de laços comunitários e isso também se pode notar por meio dos relatos apresentados das pessoas idosas. Notou-se que 100% dos participantes teceram comentários sobre o

bem-estar e pelo menos um aspecto positivo para seu desenvolvimento enquanto pessoa, ao falarem sobre a participação do grupo e atividades ofertadas no SCFV de Ipiranga-PR.

Sendo assim, as afirmações trazidas por meio dos relatos e estudos dos documentos que guiam as atividades propostas, responde a pergunta que guiou a pesquisa, comprova-se que atividades desenvolvidas para a pessoa idosa no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV de Ipiranga - PR podem ser consideradas educativas e contribuem para empoderamento da pessoa idosa, por meio de processos educativos implícitos nas atividades. Ocorre o empoderamento, ao longo das participações das atividades nos grupos, aos serem incluídos nas ações e, se conscientizando de seus direitos como Pessoa Idosa, como cidadão participante da sociedade.

No entanto, uma política pública, ainda que desenvolva ações, visa a garantia dos direitos fundamentais como a cultura, segurança, saúde, educação, entre outros. Ou seja, atendendo o básico da lei proposta, pode amenizar as dificuldades, mas não é capaz de resolver entraves que a pessoa idosa vem enfrentando e muitas das vezes, a pessoa idosa entende como sendo muito o que recebe como o básico.

Sabe-se que é necessário ir além, é conscientizar e proporcionar a apropriação de conhecimentos, que é um dos processos para a transformação da realidade, porém, essas ações não deixam de ser uma contribuição necessária e importante.

Neste viés, o princípio educativo se mostra crucial para o desenvolvimento da pessoa idosa, tendo em vista que o conhecimento por ele adquirido não ocorre enquanto ação calculada em determinado período, com marco do início e do fim, porém, conforme discorre Freire (2007), é um processo que se desenvolve no conjunto de suas relações com o mundo e com o outro.

Sendo assim, o SCFV reflete um espaço que proporciona, por meio de encontros em grupos e atividades realizadas, esse conjunto de relações em um processo contínuo, com desenvolvimento educacional, pois para Freire (2007, p. 27-8), "A educação é uma resposta da finitude da infinitude. A educação é possível para o homem, porque este é inacabado". Ou seja, o homem, quer dizer ser humano, está em constante construção.

Ao entender a necessidade da educação, do conhecimento para ampliar a visão de mundo e compreensão da realidade, salienta que a prática educacional precisa ser contínua e não se limita aos espaços escolarizados formais (Gohn, 2005). As atividades, sem intenção específica educacional, não deixam de ser educação.

Considerando essas afirmações, fica explícito que nos dados e estudos realizados, que as atividades que se desenvolvem no SCFV são consideradas educativas no contexto da educação-não-formal (Gohn, 2005). Estas atividades contribuem para a autonomia, o empoderamento das pessoas idosas, a educação conforme aponta Oliveira (2007), que a educação para a pessoa idosa, vai além da ocupação do tempo livre ou simples transmissão de informações.

Ela possibilita que o sujeito encontre meios de trazer significados para a própria existência, traz ao sujeito a capacidade de entender que vive numa sociedade e que somente a ação coletiva poderá trazer significado e resultados às demandas da velhice, como a luta por seus direitos, por seu lugar de direito na sociedade. Assim, atendendo ao objetivo proposto, confirma-se a tese defendida.

Lembrando que a presente pesquisa buscou analisar as atividades desenvolvidas no SCFV e sua relevância, as percepções na vida do público idoso que participa destas atividades, já que nesta parcela de público, há sujeitos que não frequentaram a educação escolar e, se torna um espaço de aprendizagens, de trocas, que podem contribuir para a autonomia cidadã dos sujeitos (Brasil, 2017). É necessário evidenciar a importância de políticas públicas que promovam a inclusão, o respeito e a valorização desse grupo etário.

Ao longo do trabalho, foi possível compreender que as atividades realizadas nos grupos de pessoas idosas no SCFV ainda promovem aprendizagens, uma ferramenta essencial para a promoção do bem-estar e da autonomia das pessoas idosas, proporcionando espaços de aprendizado contínuo, socialização e fortalecimento de vínculos comunitários e assim transformando identidades (Hall, 2005).

Os resultados obtidos indicam que, apesar dos avanços nas políticas voltadas para a pessoa idosa, ainda existem desafios significativos a serem enfrentados, o crescimento acelerado do envelhecimento populacional e falta de uma política de educação permanente para a pessoa idosa no país, limitando o potencial de

desenvolvimento e a participação ativa das pessoas idosas na sociedade. Portanto, é crucial que o SCFV amplie suas ações, fortalecendo as atividades de educação não - formal, como um pilar fundamental em suas iniciativas, visando não apenas à assistência, mas também ao empoderamento e à inclusão efetiva desse público.

Os idosos constituem um segmento da população que precisa de atenção, investimento e espaço para uma vida de boa qualidade. É necessário que possibilitem continuidade e organização, em torno de seus interesses básicos. (Oliveira, 1999, p. 246).

Por fim, o SCFV se mostra um espaço a direcionar mais estudos, a partir da política educacional e repensar ações que aproximem essas duas políticas: Assistência Social e Educação nos Serviços de Convivências refletir a necessidade de propor melhorias e inovações nas práticas de atendimento ao idoso, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e emancipadora.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia; GIACOMIN, Karla Cristina (org.). **Política nacional do idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. 615 p.

ALMEIDA, Thiago de; LOURENÇO, Maria Luiza. Reflexões: conceitos, estereótipos e mitos acerca da velhice. **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, Passo Fundo, v. 6, n. 2, p. 233-244, maio/ago. 2009. Disponível em: [Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano](#). Acesso em: 5 jan. 2024.

ALVES, José Eustáquio Diniz. **Demografia e economia nos 200 anos da Independência do Brasil e cenários para o século XXI**. Colaboração de F. Galiza. Rio de Janeiro: ENS, 2022. Disponível em: [ENS](#). Acesso em: 7 nov. 2023.

ALVES, José Eustáquio Diniz. O envelhecimento do envelhecimento no Brasil e no mundo. **Portal do Envelhecimento**, 30 ago. 2022. Disponível em: [Portal do Envelhecimento](#). Acesso em: 20 nov. 2023.

ARREGUI, Carola Carbajal et al. **Assistência social: controle e política pública**. São Paulo: Instituto Polis, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, 2023. e-book.

BRASIL. **Guia de políticas e programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS**. Brasília, 2008.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social. Disponível em: [Planalto - Lei Orgânica da Assistência Social](#). Acesso em: 5 ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Disponível em: [Planalto - Estatuto da Pessoa Idosa](#). Acesso em: 2 fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Instrução Operacional e Manual de Orientações nº 01 SNAS-MDS/SEB-MEC**. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Perguntas frequentes: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2017a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2017b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

BRASIL. **Sistema Único de Assistência Social – SUAS**. Disponível em: [SUAS](#). Acesso em: 10 ago. 2022.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004: Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Portaria nº 134, de 28 de novembro de 2013**. Dispõe sobre o cofinanciamento federal do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

BRASIL. **Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS nº 01, de 21 de fevereiro de 2013**. Dispõe sobre o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Diário Oficial da União: Brasília, 25 nov. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. Brasília, 2019. Disponível em: [CRAS - Ministério do Desenvolvimento Social](#). Acesso em: 22 ago. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos**. Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. 1. ed. Brasília: MDS, 2009.

BRASIL. Senado Federal. **Decreto nº 43.033, de 14 de janeiro de 1958**. Brasília, 1958. Disponível em: [Senado Federal - Decreto nº 43.033/1958](#). Acesso em: 11 mar. 2022.

LOTTA, Gabriela (org.). **Teoria e análises sobre a implantação de políticas públicas no Brasil**. Brasília: Enap, 2019.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **A família contemporânea em debate**. 2. ed. São Paulo: EDUC; Cortez, 2016.

CAMARANO, Ana Amélia. Envelhecimento da população brasileira: continuação de uma tendência. **Coletiva**, Recife, n. 14, maio/ago. 2014.

CAMARANO, Ana Amélia. **Estatuto do Idoso: avanços com contradições**. Rio de Janeiro: Ipea, 2013. (Texto para Discussão, n. 1840).

ECKERT-HOFF, Beatriz Maria. **Escritura de si e identidade: o sujeito-professor em formação**. Campinas: Mercado de Letras, 2008.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 69. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FRIEDRICH, Márcia et al. Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 389-410, abr./jun. 2010. Disponível em: [SciELO](#). Acesso em: 2 maio 2022.

GADOTTI, Moacir. A questão da educação formal/não formal. In: **Institut International des Droits de l'Enfant**. Sion, Suíça, 2005. Disponível em: USP - Educação formal e não formal. Acesso em: 15 ago. 2022.

GADOTTI, Moacir. **MOVA: Por um Brasil alfabetizado**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e cultura política**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 20-31, maio/ago. 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022: população e domicílios: primeiros resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: [IBGE](#). Acesso em: 10 dez. 2024.

KANASHIRO, Ishimitsu L. M.; ALMEIDA, M. H.; PICAZZIO PEREZ BATISTA, M. Empoderamento no cuidado centrado na pessoa idosa: uma revisão integrativa. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, v. 28, 2023. Disponível em: [UFRGS - Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento](#). Acesso em: 20 jan. 2024.

KLEBA, Maria Elisabeth; WENDAUSEN, Agueda. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 733-743, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 2007.

LOBATO, Lenaura. Representação de interesses no processo de formulação de políticas públicas. In: SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (org.). **Políticas públicas: coletânea**. Brasília: ENAP, 2006. p. 289-313.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MAINARDES, Jefferson; CURY, Carlos Roberto Jamil. Ética na pesquisa: princípios gerais. In: ANPED. **Ética e pesquisa em educação: subsídios**. Rio de Janeiro: ANPEd, 2019. v. 1, p. 36-45. Disponível em: ANPED - Ética e pesquisa em educação. Acesso em: 20 nov. 2021.

MARRI, Izabel Guimarães. **Censo revela que população do Brasil está envelhecendo cada vez mais rápido**. Estadão, São Paulo, 27 out. 2023.

MARTINS, Mario de Souza; MAZUR, Silvana Marcela. O CRAS e a política de assistência social. In: **IV Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís: UFMA, [s.d.]. Disponível em: [UFMA - O CRAS e a política de assistência social](#). Acesso em: 19 maio 2023.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. A Universidade Aberta para a Terceira Idade e a educação do idoso nas dissertações e teses de 2000 a 2011. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 52, p. 372-386, 2013.

OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. O processo histórico do Estatuto do Idoso e a inserção pedagógica na universidade aberta. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 28, p. 278-286, dez. 2007.

OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. **Terceira idade: do repensar dos limites aos sonhos possíveis**. Campinas: Papirus, 1999.

PAIVA, Vanilda Pereira. Educação popular e educação de adultos. São Paulo: Loyola, 1983.

SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (org.). **Políticas públicas: coletânea**. Brasília: ENAP, 2006. p. 19-42.

SILVA, Lidiane Rodrigues Campêlo da et al. Pesquisa documental: pesquisa investigativa na formação docente. In: **EDUCERE: Congresso Nacional de Educação**, 9., 2009, Curitiba. *Anais [...]* Curitiba: PUC-PR, 2009. p. 4554-4566.

SPOSATI, Aldaíza. **A menina LOAS: um processo de construção da assistência social**. São Paulo: Cortez, 2004.

SPOSATI, Aldaíza. **Relatório técnico contendo metodologia de elaboração de indicadores e índices para análise de capacidade protetiva das famílias e resultados das respectivas variáveis pesquisadas**. Brasília: PNUD BRA/04/046, 2011.

TODARO, Monica de Ávila. **Alfabetização de idosos: a disciplina EJA no curso de Pedagogia**. Formação Docente: Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores, v. 12, n. 25, set./dez. 2020.

TRILLA, Jaume. A educação não formal. In: GHANEM, Elie; TRILLA, Jaume; ARANTES, Valéria Amorim (org.). **Educação formal e não formal: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2008.

TRILLA, Jaume. **La educación fuera de la escuela: enseñanza a distancia, por correspondencia, por ordenador, radio, video y otros medios no formales**. México: Planeta, 1985.

UNESCO. **Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: lições da prática**. Brasília: UNESCO, 2008. Disponível em: [UNESCO - Alfabetização de jovens e adultos no Brasil](#). Acesso em: 8 out. 2015.

VERAS, Renato Peixoto. A era dos idosos: desafios contemporâneos. In: SALDANHA, A. L.; CALDAS, C. P. (org.). **Saúde do idoso: a arte de cuidar**. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.

VERAS, Renato Peixoto. **Envelhecimento populacional contemporâneo: demandas, desafios e inovações**. Revista de Saúde Pública, v. 43, n. 3, p. 548-554, 2009.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA - UEPG
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO E DOUTORADO – PPGE UEPG

Doutoranda: Cleonice de Fátima Martins.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Rita de Cássia da Silva Oliveira.

Tese: "Políticas públicas e as atividades para pessoa idosa que frequenta o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos".

Local: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV de Ipiranga - PR.

Dados do participante da pesquisa:

Nome (opcional): _____

Sexo: feminino ☐ masculino ☐. **Idade** _____ anos.

Grupo da Pessoa Idosa do SCFV de Ipiranga que frequenta:

Grupo: Convivência ☐ **Grupo:** Alegria ☐.

QUESTÕES:

1) O/a senhor/a reside atualmente em qual região e a quanto tempo?

☐ Cidade - ☐ Região Rural / Há anos - ☐ Sempre vivi nesta região

2) Qual a sua escolaridade?

☐ 1 a 5ª série - ☐ 6ª a 8ª série - ☐ 2º Grau /Ensino Médio - ☐ Ensino Superior

3) Qual/ais o/s principal/ais motivo/s pelo/s qual/ais a/o senhor/a participa do Grupo do SCFV? Comente:

.....
.....

4) Conte como a/o senhor/a se sente participando do Grupo, gosta de participar das atividades? Comente:

.....
.....
.....

5) Em sua opinião, depois de participar das atividades no Grupo, mudou algo na sua vida? Comente:

.....
.....
.....
.....
.....

APÊNDICE B – TERMO CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO

Termo de Consentimento pós-informado

Eu, _____, RG _____, concordo com a participação na pesquisa *“Políticas públicas e as atividades para pessoa idosa que frequenta o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos”*, e dou o meu consentimento para que seja utilizada para fins científicos (Tese - Pesquisa de Doutorado em Educação PPGE-UEPG) todas as informações e reflexões decorrentes do questionário e entrevista. Estou ciente dos objetivos e procedimentos a serem realizados nesta pesquisa, que não oferecem riscos ou gastos, e concordo com a divulgação dos resultados, sabendo que poderei deixar de participar do estudo em qualquer momento sem a perda de nenhum de meus benefícios e ou ganho de algum prejuízo. Salienta-se que, caso seja do meu interesse como participante, manter-se-á total sigilo de minha identidade, de modo que a pesquisadora responsáveis pelo Tese compromete-se a manter o sigilo, caso eu demonstre interesse. Assim, vem a atender a todos os demais requisitos éticos, de acordo com a resolução nº 196 de 10/10/1996 do Conselho Nacional de Saúde.

Assinatura do participante

Assinatura da proponente pela pesquisa

Ipiranga-PR, _____ de _____ de 2024.

Este documento será preenchido em duas vias, ficando uma de posse do participante e outra com o pesquisador.

ANEXO A – APROVAÇÃO PLATAFORMA BRASIL - CONSELHO DE ÉTICA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA - UEPG



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: POLÍTICAS PÚBLICAS E AS ATIVIDADES PARA PESSOA IDOSA DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

Pesquisador: CLEONICE DE FATIMA MARTINS

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 79377124.0.0000.0105

Instituição Proponente: Universidade Estadual de Ponta Grossa

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.793.177

Apresentação do Projeto:

Projeto de Pesquisa:

POLÍTICAS PÚBLICAS E AS ATIVIDADES PARA PESSOA IDOSA QUE FREQUENTA O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto foi aprovado sem restrições, após avaliação documental. O projeto se encontra dentro dos princípios éticos e metodológicos, de acordo com o Conselho Nacional de Saúde, Resolução 466/2012 e 510/2016.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2301797.pdf	12/03/2024 11:11:57		Aceito

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco da Reitoria, sala 22

Bairro: Uvaranas

CEP: 84.030-900

UF: PR

Município: PONTA GROSSA

Telefone: (42)3220-3282

E-mail: propespsecretaria@uepg.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 6.793.177

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_consentimento.pdf	12/03/2024 11:08:27	CLEONICE DE FATIMA MARTINS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_pesquisa.pdf	12/03/2024 11:08:07	CLEONICE DE FATIMA MARTINS	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto.pdf	12/03/2024 11:07:38	CLEONICE DE FATIMA MARTINS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PONTA GROSSA, 29 de Abril de 2024

Assinado por:
ULISSES COELHO
(Coordenador(a))